



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 141 – QUINTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – PTB – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i>		
3º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i> Suplentes de Secretário <i>1º Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>2º Marluce Pinto – PMDB – RR</i> <i>3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> <i>4º Vago ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i>		
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Vago ⁽⁴⁾</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>		
PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO</i> <i>Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</i>		
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Artur da Távola</i> Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> LIDERANÇA DO PMDB – 24 Líder <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i>	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 15 Líder <i>Geraldo Melo</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Freitas Neto</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PFL – 18 Líder <i>José Agripino</i> Vice-Líderes <i>Francelino Peretra</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Moreira Mendes</i> <i>Maria do Carmo Alves</i> <i>Bello Parga</i>	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10 Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i> LIDERANÇA DO PDT – 4 Líder <i>Sebastião Rocha</i> Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i> LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder <i>Carlos Patrocínio</i> Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Ademir Andrade</i> Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i> LIDERANÇA DO PL – 1 Líder <i>José Alencar</i>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) O Senador Nilo Teixeira Campos deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 9.10.2002

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 349, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado de Goiás.	22860
Nº 350, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	22860
Nº 351, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.....	22860
Nº 352, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.....	22860
Nº 353, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.	22861
Nº 354, de 2002, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.	22861

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 136ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2002

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 326, de 2002 (nº 1.014/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.571, de 25 de novembro de 2002.	22862
Nº 327, de 2002 (nº 1.015/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	

da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de seiscentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e três mil, novecentos e noventa reais, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.572, de 25 de novembro de 2002.	22862
--	-------

Nº 328, de 2002 (nº 1.016/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 56, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito especial no valor total de um milhão, quatrocentos e vinte mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.573, de 25 de novembro de 2002.	22862
---	-------

Nº 329, de 2002 (nº 1.017/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 79, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministé-	
--	--

rio da Defesa, crédito especial no valor de três milhões e cem mil reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.574, de 25 de novembro de 2002..... 22862

Nº 330, de 2002 (nº 1.019/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 97, de 2002-CN, que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor global de cento e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.576, de 25 de novembro de 2002. 22863

2.2.2 – Pareceres

Nº 1.152, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2002 (nº 1.459/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão do Piauí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí..... 22863

Nº 1.153, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2002 (nº 1.719/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sogipa de Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul..... 22864

Nº 1.154, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2002 (nº 4.590/2001, na Câmara dos Deputados), que dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de “Aeroporto de Navegantes – Ministro Victor Konder”..... 22866

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2002, cujo parecer foi lido anteriormente..... 22868

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR RICARDO SANTOS – Solicitação ao Ministro da Agricultura para inclusão do café arábica tipo sete na resolução do Banco Central que especifica o preço mínimo para o café..... 22868

SENADOR OLIVIR GABARDO – Reivindicação de recebimento, pelos municípios do Paraná, de **royalties** pela exploração de petróleo na Bacia de Santos. Defesa de políticas governamentais destinadas ao incentivo da produção de combustíveis alternativos, como o álcool e o gás natural..... 22870

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Considerações sobre entrevista publicada pela revista **Veja** com o atual Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. 22873

SENADOR NEY SUASSUNA – Posicionamento favorável ao fortalecimento do Mercosul como instrumento garantidor para melhores condições nas negociações referentes à instalação da Alca..... 22876

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO, como Líder – Solicitação às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos de promoção de seminário destinado à discussão do reajuste dos medicamentos. 22878

SENADOR ROMEU TUMA – Registro dos resultados da viagem do Presidente da República a Portugal, Reino Unido e República Dominicana..... 22880

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esclarecimentos ao Plenário sobre pronunciamento do Senador Roberto Requião, ontem, referente a projeto de lei de autoria de S. Exª que estabelece a isenção de ICM para produtos que compõem a cesta básica..... 22882

2.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 676, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 238 e 248, de 2002, que alteram os arts. 185 e 792, do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal). Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 22883

2.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que altera a Lei nº 10.525, de 2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências. Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa. 22883

2.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 324, de 2002 (nº 1.023/2002, na origem), de 25 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada à contratação de operação de crédito externo, no valor total de até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência – PREV-MUNICÍPIOS. À Comissão de Assuntos Econômicos. 22884

Recebimento da Mensagem nº 325, de 2002 (nº 1.024/2002, na origem), de 25 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada à contratação de operação de crédito externo, no valor total de até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Projeto Diversidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos. À Comissão de Assuntos Econômicos. 22884

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2001 (nº 1.130/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a liberação da contribuição de Conselhos Profissionais regionais e federais. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. 22884

Término do prazo, sexta-feira última, sem recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar terras de propriedade desse Estado, até o limite de 16.000 (dezesesseis mil) hectares, à Socôco – Agroindústrias da Amazônia Ltda. Será incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de dezembro próximo. 22884

Lembrando ao Plenário a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional. 22884

2.2.8 – Fala da Presidência

Proposta de transferência da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (Reforma do Judiciário) para a sessão do dia 4 de dezembro próximo, com a finalidade de organizar a matéria para votação artigo por artigo, sendo com eles votadas também todas as emendas e destaques pertinentes. **Aprovada**, após usarem da palavra os Srs. Romero Jucá, Bernardo Cabral (Relator) e José Eduardo Dutra, tendo o Sr. Presidente Ramez Tebet prestado esclarecimentos. 22884

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2002, proveniente da Medida Provisória 64, de 2002, que dispõe sobre recursos para subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda, e dá nova redação aos arts. 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. **Aprovado**, após Parecer do Relator Revisor, Sr. Paulo Souto, tendo usado da palavra a Srª Heloísa Helena, ficando prejudicadas a Medida e as emendas. À sanção. 22886

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo. **Retirado da pauta**. 22895

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995, 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999, 1, 5, 20, de 2000 e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22895

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22895

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Althoff, que acrescenta parágrafos aos arts. 27 e 168 e altera os arts. 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22895

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que acrescenta parágrafo art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Luzia Toledo, que acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal, para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a alínea a do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs

21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista tríplice à escolha do Procurador-Geral da República. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22896

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que altera a competência do Superior Tribunal de Justiça. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22897

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 81, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22897

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que altera o artigo 104 da Consti-

tução Federal e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22897

Item 17

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22897

Item 18

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 29, de 2000; e 15, de 2001). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22897

Item 19

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000). **Transferido** para a pauta da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro. 22897

Item 20

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. **Retirado da pauta.** 22897

Item 21

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de im-

portação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior. **Retirado da pauta.** 22898

Item 22

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação). **Retirado da pauta.** 22898

Item 23

Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001-Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. **Retirado da pauta.** 22898

Item incluído na pauta com a aquiescência do Plenário

Parecer nº 1.123, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 307, de 2002 (nº 971/2002, na origem), por meio da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Almirante-de-Esquadra Domingos Alfredo Silva. **Aprovado.** (Votação nominal e secreta) 22898

Item incluído na pauta com a aquiescência do Plenário

Mensagem nº 280, de 2002 (nº 791/2002, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Frederico Cezar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália. **Aprovado,** após leitura do Parecer nº 1.155, de 2002-CRE. (Votação secreta) 22900

Item incluído na pauta com a aquiescência do Plenário

Mensagem nº 281, de 2002, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Ronaldo Edgar Dunlop, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana. **Aprovado,** após leitura do Parecer nº 1.156, de 2002-CRE. (Votação secreta) 22900

Item incluído na pauta com a aquiescência do Plenário

Mensagem nº 287, de 2002, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 1.157, de 2002-CRE. (Votação secreta) . 22901

2.3.1 – Comunicação da Presidência

Referente à posse dos Excelentíssimos Senhores Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar da Silva, que será no dia 1º de janeiro de 2003, quarta-feira, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados. 22901

2.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 24

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do art. 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais o direito à alimentação). **Não houve oradores** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno. 22901

Item 25

Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal (competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República referentes a atos internacionais). **Não houve oradores** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno. 22902

Item 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2002 (nº 1.593/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado de Goiás. **Aprovado**. À promulgação. 22902

Item 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2002 (nº 1.614/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. **Aprovado**. À promulgação. 22902

Item 28

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2002 (nº 1.499/2001, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais. **Aprovado**. À promulgação. 22903

Item 29

Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2002 (nº 1.409/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí. **Aprovado**. À promulgação. 22903

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2002 (nº 1.388/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uttinga, Estado da Bahia. **Aprovado**. À promulgação. . 22904

Item 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2002 (nº 1.550/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais. **Aprovado**. À promulgação. 22904

Item 32

Projeto de Resolução nº 82, de 2000, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a Polícia do Senado Federal. **Discussão adiada** para reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 677, de 2002. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 22904

2.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Comentários às sugestões do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil e da Associação dos Magistrados Brasileiros sobre os destaques à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000. 22905

SENADORA MARINA SILVA – Lançamento do livro **A Fome que não Sai no Jornal**, de autoria do pesquisador João Bosco Bonfim, amanhã, no Centro Cultural de Brasília. 22919

SENADOR ROMERO JUCÁ – Explicações dadas pela Petrobrás sobre notícia veiculada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, referente a favorecimento daquela estatal a empresa de origem norueguesa. 22920

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Importância da inclusão, na Constituição Federal, da alimentação como direito social do cidadão. Apelo para liberação de recursos de emendas de

bancada destinados à recuperação da BR-156, no Estado do Amapá. 22922

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Homenagem a Euclides da Cunha pelo transcurso do centenário da obra *Os Sertões*. 22922

2.3.4 – Fala da Presidência

Indicação do Senador Romeu Tuma como Observador Parlamentar para acompanhar os trabalhos da Assembléia-Geral das Nações Unidas em Nova York, além dos nomes anteriormente indicados. *Aprovada*. 22927

2.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MOREIRA MENDES* – Necessidade de reajuste nos valores repassados às clínicas conveniadas ao SUS pelos serviços de diálise. 22927

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Importância da atuação do Museu de Valores do Banco Central do Brasil, localizado no Edifício-Sede do Banco Central, para preservação da história do dinheiro no Brasil. 22929

SENADORA *MARIA DO CARMO ALVES* – Transcurso, hoje, do Dia Nacional de Combate ao Câncer, destacando o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Combate ao Câncer – Inca. 22930

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2002, que estabelece critérios para a distribuição e aplicação dos recursos administrados pelo BNDES. 22931

2.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 22932

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RAMEZ TEBET, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2002

4 – ATAS DE COMISSÕES

22ª e 23ª Reuniões da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da Instalação do Respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo Decreto s/nº de 5 de junho de 2001), realizadas em 30 de outubro e 6 de novembro de 2002, respectivamente. 22937

6ª Reunião da Comissão Mista Especial criada pelo Requerimento nº 81, de 2000-CN, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002, realizada em 12.11.2002. 22948

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

7 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 349, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 424, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 350, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 432, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 351, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 210, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 352, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 324, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 117, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de junho de 2001, que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

SENADO FEDERAL**Ata da 136ª Sessão Deliberativa Ordinária
em 27 de novembro de 2002****4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Carlos Wilson, Luiz Otávio e Bello Parga

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – José Serra – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pastore – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Olivir Gabardo – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE**MENSAGENS****DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Nº 326, de 2002 (nº 1.014/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.571, de 25 de novembro de 2002.

Nº 327, de 2002 (nº 1.015/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de seiscentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e três mil, novecentos e noventa reais, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.572, de 25 de novembro de 2002.

Nº 328, de 2002 (nº 1.016/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 56, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito especial no valor total de um milhão, quatrocentos e vinte mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.573, de 25 de novembro de 2002.

Nº 329, de 2002 (nº 1.017/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de

Lei nº 79, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de três milhões e cem mil reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.574, de 25 de novembro de 2002.

Nº 330, de 2002 (nº 1.019/2002, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 97, de 2002-CN, que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor global de cento e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.576, de 25 de novembro de 2002.

PARECERES

PARECER Nº 1.152, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2002 (nº 1.459 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão do Piauí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Relator: Senador **Benício Sampaio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2002 (nº 1.459, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão do Piauí Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 535, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de junho de 2001, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio e Televisão do Piauí Ltda., (cf fl. 48):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Irene Maria Fonseca	
Guimarães – Sócia-Gerente	90.000
• Elizete Rodrigues da Silva	10.000
Total de Cotas	100.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Jorge Bittar.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, é disciplinado, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 538, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não

contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 538, de 2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela Aprovação do ato que outorga concessão à Rádio e Televisão do Piauí Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26-11-2002. – ,Presidente
– , Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 538/02 NA REUNIÃO DE 26/11/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[Assinatura]* Senador Ricardo Santo
RELATOR: *[Assinatura]* Senador Benício Sampaio

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-OLIVIR GABARDO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLYCI - PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES - PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA - PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
(VAGO)	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá da aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1153, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2002 (nº 1.719/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sogipa de Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Luiz Pastore

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2002 (nº 1.719, de

2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sogipa de Comunicações para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.963, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 690, de 14 de novembro de 2000, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição da diretoria da Fundação Sogipa de Comunicações (cf. fl. 60):

- Presidente: Milton Souza Dri
- Diretor Financeiro: Normélio David Eckert
- Diretor Secretário: Osvaldo Roberto Vaz Ferreira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Luiz Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do RISF.

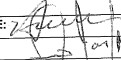
A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 562, de 2002, não detectou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, . – , Presidente, , Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 562/02 NA REUNIÃO DE 26/11/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: 	Senador Ricardo Santos
RELATOR: 	Senador Luiz Pastore
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SERGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUIZ PONTES	6-OLIVIR GABARDO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
(VAGO)	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.154, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2002 (Nº 4.590 2001, na Câmara dos Deputados), que dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de “Aeroporto de Navegantes – Ministro Victor Konder”.

Relator: Senador **Geraldo Althoff**

I – Relatório

O projeto em pauta, originário da Câmara dos Deputados, tem por objetivo homenagear a figura de Victor Konder, mediante atribuição de seu nome ao aeroporto da cidade de Navegantes, no Estado de Santa Catarina.

O autor da proposição inicial na Câmara dos Deputados, Deputado Antônio Carlos Konder Reis, destaca o importante papel desempenhado pelo homenageado, nascido em Itajaí em 1886 e falecido em 1941, aos 55 anos de idade.

Victor Konder foi um dos principais responsáveis pela introdução da aviação em nosso país. Ministro de Viação e Obras Públicas no Governo do Presidente Washington Luis, entre os anos de 1926 e 1930, foi o primeiro a estabelecer uma política federal de navegação aérea. Mediante autorização para que empresas estrangeiras operassem no País, implantou a primeira linha aérea regular de passageiros e serviços postais de Natal até Pelotas. Em sua gestão construíram-se as rodovias Rio – São Paulo e Rio – Petrópolis, eletrificou-se a Central do Brasil e implantaram-se estações radiotelegráficas em todo o território nacional. Em Santa Catarina, foi construído o porto de Itajaí e feita a dragagem do canal de Florianópolis.

Filho do imigrante alemão Markus Konder Sênior, Victor Konder foi aluno interno do Colégio Santo Antônio, em Blumenau, fez estudos de nível médio no Colégio Conceição, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, tradicional academia que congregava expressivos valores da intelectualidade nacional.

Advogado em Blumenau, Victor Konder logo ingressou na vida pública. Antes de assumir o Ministério, foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal, Secretário Estadual da Fazenda e Deputado Federal.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável das Comissões de Viação e Transportes; de Educação, Cultura e Desporto; e de Constituição e Justiça e de Redação. Ante a inexistência de recurso para o Plenário, foi o projeto definitivamente aprovado e encaminhado ao Senado Federal.

Recebido nesta Casa em 30 de outubro de 2002, o projeto foi distribuído à Comissão de Educação (CE), não tendo sido oferecidas emendas.

II – Análise

Sobre a denominação de aeroportos, dispunha a Lei nº 1.909, de 1953:

Art. 1º Os aeroportos brasileiros terão em geral a denominação das próprias cidades, vilas ou povoados em que se encontrem, declarando-se a posição norte, sul, leste ou oeste, quando houver mais de um na localidade.

§ 1º Sempre mediante lei especial para cada caso poderá um aeroporto ou um aeródromo ter a designação de um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da Aviação, ou de um fato histórico nacional.

Posteriormente, os aeroportos foram incorporados ao Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973. Em 1979, foi editada a Lei nº 6.682, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, a qual estabelece:

Art. 1º As estações terminais, obras-de-arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvido, previamente, em cada caso, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade.

Victor Konder prestou relevante serviço à causa da aviação e à Nação. Seu nome atende, portanto, aos critérios estabelecidos por ambas às leis.

A proposição respeita os preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de estar redigida em boa técnica legislativa.

As informações oferecidas pelo autor da proposição na Câmara dos Deputados demonstram o mérito do homenageado, justificando plenamente a aprovação do projeto.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 90, de 2002.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2002.

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 90/02 NA REUNIÃO DE 26/11/2002 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Senador Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Senador Geraldo Althoff</i>
PMDB	
AMIR LAMBO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
LUIZ PASTORE	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4-SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEIRO TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3-CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
LUÍZ PONTES	6-OLIVIR GABARDO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
(VAGO)	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 1.909, DE 21 DE JULHO DE 1953

Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Os aeroportos brasileiros terão em geral a denominação das próprias cidades, vilas ou povoados em que se encontrem, declarando-se a posição norte, sul, leste ou oeste, quando houver mais de um na localidade.

§ 1º Sempre mediante lei especial para cada caso poderá um aeroporto ou um aeródromo ter a designação de um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da Aviação, ou de um fato histórico nacional.

§ 2º São conservadas as denominações "Santos Dumont" e "Bartolomeu de Gusmão" para os aeroportos do Rio de Janeiro e "Salgado Filho", "Pinto Martins", "Augusto Severo", "Guararapes" e "Palma-

res”, respectivamente, para os aeroportos de Porto Alegre, Fortaleza, Natal, Recife e Maceió.

Art. 2º Excluem-se da regra estabelecida no texto do art. 1º os aeródromos que poderão ter denominação previamente aprovada pelo Departamento de Aeronáutica Civil.

Art. 3º São revogados o Decreto-Lei nº 2.271, de 3 de junho de 1940, e quaisquer outras disposições contrárias a esta lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de julho de 1953. – **João Café Filho**.

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de viação, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2002**, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupamos esta tribuna para abordar algumas questões relativas à política cafeeira, tendo como foco central os problemas defrontados pelos produtores do nosso Estado, o Espírito Santo, depois de experimentarmos, por mais de dois anos, uma das mais agudas crises de setor.

Nesse período de preços deprimidos para o café, acompanhamos com muito interesse a ocorrência de determinados fatores estruturais que se constituíram no pano de fundo para essa conjuntura de preços tão baixos:

– o aumento da produção mundial de café, tanto do café arábica quanto do café robusta – este último especialmente nos países asiáticos, o Vietnã em particular – gerou elevados excedentes de oferta;

– as dificuldades de entendimento entre os países produtores em adotar, de forma conjunta, políticas efetivas de controle da produção, provocou uma acirrada disputa entre esses países para ganhar posição no mercado internacional.

Esses dois fatores, ocorrendo de maneira simultânea, determinaram a ruptura do equilíbrio do mercado, devendo convergir, daqui para frente, para o novo equilíbrio em patamar mais baixo de preços em relação àqueles verificados antes da crise.

Observamos os efeitos dessa crise cafeeira sobre a atividade econômica das regiões produtoras do País e, de forma muito especial, no segmento produtivo localizado no Espírito Santo.

Para o nosso Estado, a produção de café representa a principal atividade do setor agrícola, ocupando atualmente cerca de 600 mil hectares de terra, em 56 mil propriedades rurais, a maioria delas representativa da agricultura familiar. São, ao todo, 78 mil famílias, dentre as quais, 36 mil famílias de pequenos proprietários, 37 mil de parceiros e, ainda, 5 mil famílias de empregados rurais, totalizando cerca de 360 mil pessoas envolvidas diretamente na produção cafeeira.

No auge da crise, verificou-se em nosso Estado declínios de preços superiores a 50% para o café arábica e a 65% para o café robusta.

Vale relembrar, neste momento, as medidas adotadas pelo Governo Federal, muitas delas conflitantes para o enfrentamento dessa crise:

– Logo no início, o Poder Executivo Federal implementou a política de retenção de estoques, não cumprida por vários países membros da Associação dos Países Produtores de Café, o que resultou em perda da posição brasileira no mercado internacional e no declínio da receita cambial brasileira da ordem de US\$700 milhões;

– Sem abandonar formalmente a retenção de estoques, mas admitindo seu insucesso, o Governo passou a adotar o financiamento à estocagem, como forma de enxugar o mercado interno.

– Simultaneamente e de forma contraditória, o Governo realizava leilões dos esto-

ques reguladores oficiais, para aumentar a liquidez necessária ao financiamento dos estoques privados.

Nesse quadro desalentador de preços baixos, os produtores pressionavam para a prorrogação de suas dívidas, cujo passivo chegou a alcançar cerca de R\$ 1,4 bilhão, isso para todos os estados cafeeiros.

Sacrificou-se, nesse período, o ingresso de recursos para investimentos em melhoria de qualidade do café – apenas alguns programas especiais, a exemplo do Pronaf e do Finame Rural – e viabilizaram alguns financiamentos, mas, no conjunto, de pouca expressão para a magnitude do parque cafeeiro nacional.

Finalmente, a partir da Resolução nº 3.007, de 2 de setembro passado, por decisão do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil autorizou a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab a ofertar contratos de opção de venda de café, safra 2001/2002, a produtores rurais e suas cooperativas, amparando os seguintes tipos de café:

- café arábica, tipo 6, bebida dura para melhor;
- café robusta, tipo 6, peneira 13 acima, com até 86 defeitos.

Essa resolução, inclusive, foi alterada pela Resolução nº 3.015, de 28 de agosto de 2002, por solicitação da Federação da Agricultura do Espírito Santo, com nossa interveniência, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Banco Central, incluindo, a partir da nova Resolução, o café Robusta, tipo 7, delegando à Secretaria de Produção e Comercialização a fixação de preços, tendo estabelecido limites máximos para os diversos tipos de café.

A citada Resolução nº 3.015, do Banco Central do Brasil, atendeu parcialmente à solicitação dos representantes dos produtores do Espírito Santo, ao incluir o café Robusta, tipo 7, e não considerou a inclusão do café Arábica, tipo 7, sem restrição de bebida, objeto também da mesma solicitação.

A Federação da Agricultura do Espírito Santo, em documento encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, datado de 20 de novembro deste ano, volta a enfatizar a necessidade de inclusão do café Arábica, tipo 7, agora especificando o padrão de bebida: Arábica, tipo 7, bebida Rio, e solicita a atualização dos limites dos preços de exercício, a saber:

– Arábica, tipo 7, bebida Rio – até R\$130,00, para contratos com exercício em março de 2003:

– Robusta, tipo 7 – para contratos com exercício em março de 2003 –fixando-se o preço mínimo em R\$120,00.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a nova política de sustentação de preços para o café, estabelecida pelo Poder Executivo, reveste-se da mais alta importância, ao sinalizar um referencial para o mercado, incluindo o café, dessa forma, na política de preços mínimos.

Sua oportunidade também deve ser destacada, porquanto estamos iniciando novo ciclo de recuperação de preços, determinado pelas expectativas da redução da colheita de 2003, já identificada não só em nosso País como em vários países produtores.

Acredita-se, inclusive, que a produção mundial do próximo ano será inferior à demanda, cujo déficit será coberto por estoques das safras anteriores.

A produção brasileira, apesar de não ter sido realizada, ainda, previsão oficial, deverá situar-se em torno de 30 milhões de sacas em 2003, contra uma produção de 45 milhões de sacas colhidas neste ano. A redução prevista decorre de efeitos climáticos e da característica bianual da produção cafeeira.

Nos países asiáticos, a safra de robusta também será substancialmente menor. No Vietnã, por exemplo, para uma produção de 14 milhões de sacas em 2001 e 2002, espera-se uma colheita de 10 milhões de sacas no próximo ano, portanto, 40% menor.

Na defesa da inclusão do café Arábica, tipo 7, bebida Rio, ao abrigo do programa de opção de vendas do Governo Federal, cabem aqui algumas considerações adicionais:

– Em primeiro lugar, a classificação bebida Rio, muito presente no Espírito Santo e na Zona da Mata Mineira, é um padrão de bebida com mercado assegurado interna e externamente, especialmente para países da América do Sul, Oriente Médio e Leste Europeu.

– Em segundo lugar, a bebida Rio tem origem em regiões produtoras com características naturais de inverno úmido, onde a fermentação do café ocorre no terreiro ou até mesmo na própria lavoura, em frutos secos, ainda não colhidos.

Nessas regiões, produzir com alta qualidade exige cuidados especiais e investimentos significati-

vos em infra-estrutura e operacionalização da colheita, o que aliás vem sendo realizado com um esforço sistemático e permanente por parte de grupos de produtores capixabas que já produzem cafés especiais, seja da variedade Arábica ou Robusta. Mas há que se considerar que, nessas regiões, em função de fatores climáticos, parte substancial do café produzido será de bebida Rio.

Registramos, nesta oportunidade, como exemplo de esforço e incentivo para a melhoria de qualidade de café no Espírito Santo, a realização do II Concurso de Qualidade, que vem sendo organizado pelas empresas Tristão – Companhia de Comércio Exterior e Ueshima Coffee Company (UCC), do Japão, o que tem fomentado e estimulado a produção de cafés especiais na zona serrana, consolidando a marca “Café de Montanha do Espírito Santo”.

No ano passado, os produtores classificados chegaram a vender café a preços superiores a US\$400.00/saca.

O estímulo à produção de cafés especiais, na região serrana do Espírito Santo, é digno de registro e merece o nosso reconhecimento e aplauso, mas seguramente é ilusório admitir que todo café arábica do Estado, ou mesmo do Brasil, será, no futuro, bebida especial.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fundamental, neste momento, inserir o café arábica, tipo 7, bebida Rio, no conjunto dos cafés amparados pelo Programa de Opção de Venda do Governo Federal, conforme já comentamos.

Neste sentido, estamos encaminhando novamente, em apoio à Federação da Agricultura do Espírito Santo, ao Ministério da Agricultura e o Banco Central do Brasil, nossa solicitação para que reexaminem a questão da inclusão do Arábica, tipo 7, bebida Rio, no Programa de Opção de Venda do Governo Federal.

O êxito da reivindicação da Federação da Agricultura do Espírito Santo pode ser avaliado pela franca ascensão dos preços do café Robusta, verificado no Espírito Santo – hoje cotado a R\$130,00/saca – que, em parte, se deve à inclusão desse tipo de café na política de opção de venda. Os preços de referência fixados como limites nessa política têm balizado o mercado do Robusta e, no caso do Arábica, tipo 7, sua não-inclusão está retardando a recuperação dos preços, hoje cotados a R\$112,00/saca.

Outra questão importante refere-se à necessidade de liberação de crédito de custeio para esta safra que já iniciamos. No mês de outubro passado, o Banco

Central, pela Resolução nº 3.026, instituiu linha de crédito de até R\$300 milhões, para custeio, ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé. Contudo, até agora, os recursos não chegaram aos produtores. Já estamos esgotando o início dos tratamentos culturais, da aplicação de adubos e corretivos, do combate a pragas e doenças. Os produtores, vindos de quase três anos de crise de preços, estão descapitalizados, não podendo, com recursos próprios, proceder às operações de manejo, aquisição de insumos e tratamentos culturais necessários à produção da lavoura. Se, em razão da renegociação das dívidas, o Funcafé não dispõe de recursos para o financiamento do custeio, é fundamental, neste momento, viabilizar outras fontes de recursos para atender aos produtores.

Acreditamos que o postergamento do crédito de custeio não seja mais uma forma indireta de controlar a oferta de café, no próximo ano. Os produtores foram penalizados demais, nesses últimos anos, para suportar mais essa contingência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Olivir Gabardo, do Paraná.

O SR. OLIVIR GABARDO (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para tratar de um assunto que considero de relevante importância para os destinos desta Nação, especialmente, o futuro da nossa economia.

Não resta dúvida de que a expansão do sistema capitalista teve como resultado o enriquecimento e a prosperidade dos países que o adotaram. Foi igualmente responsável pela criação de condições propícias para as crises mundiais que se repetem ao longo do tempo. O exaustivo uso do modelo de crescimento, baseado no consumo excessivo de energia, teve como resultado grandes crises energéticas que afetaram diretamente as economias em torno do planeta. A mais recente crise energética que se tem conhecimento foi a registrada no final da década de 90, causada pela elevação nas cotações internacionais do petróleo, que provocou sérios efeitos para as economias mundiais.

Essa situação de crise é justificada pelo elevado índice de consumo de energia no mundo, tendo o petróleo como carro-chefe e pelo controle da fonte do produto em mãos de uma minoria, que detém a produção de petróleo e que está centrada na Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, si-

tuada em uma região de conflito e marcada por uma instabilidade permanente.

Uma constatação cruel é a de que os maiores prejudicados pelos altos preços do petróleo no mercado internacional são os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Para implementar suas políticas desenvolvimentistas, esses países esbarram sempre na necessidade de importação de petróleo e em dificuldades com seus balanços de pagamentos. O Brasil não foge a essa regra geral. É inegável que o País vive hoje um período de razoável estabilidade, mas é igualmente verdadeiro que a dependência externa da importação de petróleo constitui um forte obstáculo ao seu pleno crescimento. É que se contrapõe as suas necessidades internas de consumo com a sua capacidade de produção de petróleo, o que tem como consequência a pressão permanente em seu balanço de pagamentos.

A consequência é que o país vive eternamente um desequilíbrio em sua balança comercial. Por isso devemos louvar o esforço da Petrobrás em sua obra de pesquisa e prospecção, pois somente com o incremento da nossa produção de petróleo e gás natural será possível diminuir essa dependência externa de energia. Louve-se, portanto, o esforço que a estatal do petróleo tem desenvolvido, muito especialmente na prospecção das atuais e de novas bacias petrolíferas.

Ainda nesta luta para diminuir, senão acabar, com a dependência externa de energia, desejo destacar a importância do Pró-álcool, que tem dado notável ajuda na redução do consumo do petróleo. É preciso reativar o programa e incentivar o uso de veículos movidos a álcool e até mesmo a metanol, que são menos poluentes que o petróleo.

Urge, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo ofereça maiores incentivos às montadoras para fabricação de veículos equipados com motores mais avançados tecnologicamente, visando melhor desempenho e mais eficiente aproveitamento desse combustível, que é fonte renovável. Por isso, seria salutar para o País que a frota de veículos movidos a álcool fosse substancialmente aumentada.

Ressalte-se, nessa mesma linha de pensamento, o expressivo aumento do número de veículos movidos a gás natural, especialmente nos Estados beneficiados com o abastecimento do gás natural procedente da Bolívia – esse é o caso do Paraná. É digna de destaque a extraordinária economia em torno de dois terços do valor da gasolina gastos pelo mesmo veículo.

Tenho, inclusive, experiência nesse sentido, pois possuo veículos movidos a gás natural e tenho

tido constantemente uma economia da ordem de dois terços do preço da gasolina no mesmo percurso percorrido pelo mesmo veículo.

É fundamental, portanto, Sr. Presidente, a prática de políticas públicas mais agressivas nesse setor, a fim de reduzir os efeitos profundamente negativos para o nosso desenvolvimento, particularmente em caso de uma nova e abrupta elevação dos preços do petróleo em consequência, por exemplo, da deflagração de uma guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.

Portanto, todos os encômios são devidos à Petrobrás pelo programa de pesquisa e prospecção de novos poços para a exploração comercial de petróleo e gás natural que venha a diminuir a dependência externa do País de fontes de energia, que tem causado tanto desequilíbrio em nosso balanço de pagamentos, em face das constantes altas do petróleo no mercado internacional.

Mas, curiosamente, a alta do petróleo tem produzido resultados bastante positivos para a economia de um Estado brasileiro. Refiro-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao Estado do Rio de Janeiro, o maior produtor de petróleo do País e que detém a maior parte das reservas nacionais do produto. A expansão das atividades de produção da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, para a extração de petróleo e do gás natural, ao longo da década, tem contribuído para o retorno do crescimento econômico daquele Estado. O Rio de Janeiro e seus Municípios que fazem fronteira com a Bacia de Campos vêm sendo beneficiados com o pagamento das chamadas participações governamentais ou, em outras palavras, com os pagamentos de **royalties** devidos pela lavra do petróleo no território nacional.

É fácil imaginar que esses recursos provenientes do pagamento de **royalties** têm-se traduzido em excelente reforço financeiro para essas administrações e representam um grande potencial quanto aos montantes devidos para o futuro.

Os recursos repassados aos Governos Federal, Estadual e Municipal, oriundos dos **royalties** pela produção de petróleo e gás natural, cresceram mais de 400% em todo o País desde o ano de 1997, segundo dados do Boletim de Economia Fluminense. O Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios ficaram com 43% do total dos **royalties** distribuídos. Esses recursos estão promovendo melhoria da situação fiscal do Estado e também dos Municípios fluminenses beneficiados, dando oportunidade para a realização de investimentos de infra-estrutura pública, saneamento

básico, despoluição e segurança pública, apesar de a violência continuar a crescer naquele Estado.

Essas considerações me vêm a propósito de informação que recebi recentemente sobre a produção de petróleo e gás natural na Bacia de Santos e também do litoral do Paraná e de Santa Catarina.

São as mais promissoras as perspectivas nos três poços da Bacia de Santos que estão sendo explorados pela Petrobrás: o Poço de Estrela do Mar, o de Coral e o de Tubarão. Hoje esses poços estão produzindo uma média acima de 10 mil barris diários e, com a exploração comercial, que terá início no próximo ano, essa produção tende a crescer muito mais.

O bom dessa notícia é que os poços em exploração na Bacia de Santos estão, em situação geográfica, bem próximos do litoral do Paraná. O que vale dizer que também aos Municípios litorâneos do meu Estado devem ser pagos **royalties** por essa exploração. Sim, porque esse é um aspecto que merece a maior atenção. Trata-se da questão da projeção do mar territorial, em que se busca, com clareza, estabelecer a quem caberá receber os **royalties** pela exploração do petróleo no mar territorial.

O art. 20, §10, da Constituição Federal, assegura aos Estados e Municípios costeiros a participação nos resultados ou pagamento de compensação financeira pela exploração econômica dos recursos minerais e energéticos no mar territorial, plataforma continental ou zona econômica exclusiva. Pela legislação atual, há mudança de traçado cada vez que se amplia a extensão da zona econômica exclusiva, o que ocorre em razão do avanço tecnológico, e os critérios são diferentes para os Estados e Municípios, sendo que apenas os Estados do Paraná e Piauí não têm linhas de projeção do seu território paralelas, em razão da configuração côncava de seu litoral.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Olivir Gabardo, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OLIVIR GABARDO (Bloco/PSDB – PR) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Penso que V. Ex^a está abordando um tema de importância muito grande. V. Ex^a citou, com muita propriedade, essas fontes de energia, como o caso do petróleo. Creio que chegará um tempo em que não teremos mais petróleo, embora o Brasil esteja se preparando e há reservas e novos poços para um abastecimento a longo prazo. Quero fazer uma referência especial ao Programa Nacional do Álcool, o Próalcohol, que foi lançado neste País. Para mim, ele era uma das grandes expectativas para exportarmos o produto, a cana, o ál-

cool. Em se tratando de um País de extensão continental como o Brasil, seria interessante mostrarmos a pujança da nossa agricultura, uma vez que dissemos que a exportação é o segredo, a palavra de ordem do atual momento. Quero também fazer uma referência ao uso do gás natural, que é uma das melhores alternativas que podemos ter. Logo que assumi o Senado, um dos primeiros pronunciamentos que fiz foi justamente direcionado ao gasoduto, naquele período em que o “apagão” surpreendeu o nosso País. Solicitei que fossem tomadas medidas no sentido de que o ramal do gasoduto Brasil-Bolívia passasse pela nossa região. Estive na Petrobrás, visitei membros dos grandes escalões do Governo e, finalmente, foi aprovado. Já há destinação de verbas e emendas especiais para se trazer essa malha do gasoduto para a Região Centro-Oeste, a exemplo do que V. Ex^a cita que ocorreu nos Estados do Sul. Tudo já foi aprovado. A idéia era trazer o gasoduto para cá porque as indústrias que estavam se instalando na Região Centro-Oeste – Goiânia, Anápolis e Brasília – ficaram temerosas em fazer investimentos sem ter certeza se posteriormente haveria energia suficiente. Haveria novos “apagões”? Quais seriam as alternativas? Portanto, o Centro-Oeste teve essa dúvida. Esperamos que, dentro de um ano ou um ano e meio, tenhamos esse gasoduto, porque o gás natural pode ser usado até no carro, como V. Ex^a bem sabe. Quero parabenizá-lo pelas colocações, pela maneira com que vem abordando um tema de suma importância e que merece uma reflexão de todos nós. Os meus cumprimentos.

O SR. OLIVIR GABARDO (Bloco/PSDB – PR) – Eminentíssimo Senador Lindberg Cury, acolho com muita satisfação e alegria o seu aparte. V. Ex^a é um brilhante representante do Distrito Federal.

Devo dizer que, apesar dos meus poucos dias nesta Casa, granjeei amizades, entre as quais a de V. Ex^a, que muito me honra. Acolho o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento, porque ele coincide exatamente com o meu pensamento.

Creio que esses dois outros programas, o Proálcool e a exploração do gás natural, devem ser incentivados sobremodo neste País. E devo lhe dizer mais: no meu Estado, inclusive, a Petrobrás está prospecando gás natural na região de Pitanga, onde pode existir uma grande reserva de gás natural, o que propiciaria uma boa parte do abastecimento de hoje, acabando a nossa dependência externa.

Portanto, estou muito agradecido a V. Ex^a pelo aparte, que acolho e incorporo ao meu pronunciamento.

Em face dessa situação, a denominação bacia de Santos não tem acolhida pacífica entre os geólogos, eis que ela abrange também os Municípios litorâneos do Paraná. É justamente dada a essa situação geográfica que reivindico, aqui da tribuna, o pagamento de **royalties** pela exploração da denominada bacia de Santos, também aos Municípios do litoral do meu Estado. Faço-o ao mesmo tempo em que solicito à Mesa da Casa que encaminhe requerimento a S. Ex^a o Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando que aos Municípios de Paranaguá, Antonina, Morretes, Quaraqueçaba, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba sejam pagos os **royalties** por aquela exploração.

Tenho certeza de que o pleito será atendido pela justeza com que ele se impõe, afinal, a exploração se dá em área confrontante com aqueles Municípios, que estão inseridos, sem dúvida alguma, na bacia de Santos e que, por via de consequência, fazem jus ao recebimento das participações governamentais, para que, do mesmo modo que os Municípios confrontantes do Estado de São Paulo, possam receber os **royalties** que irão impulsionar o seu progresso com reflexos positivos no bem-estar da sua população.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, eminentes Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo destacar aqui o papel extraordinário que desempenhou a **Gazeta do Povo**, que se edita em Curitiba, mas que tem circulação em todo o Estado do Paraná, na luta para que o Estado receba **royalties** resultantes da exploração do petróleo. Esse valoroso órgão da imprensa e seu proprietário, o eminente jornalista Francisco da Cunha Pereira, que se empenhou em campanha para que o Estado recebesse participação pela exploração do poço PR-S4, depois denominado de P-14, em sua disputa com Santa Catarina, por certo vai se engajar também nessa reivindicação pelo recebimento dos **royalties**, provenientes da exploração da denominada bacia de Santos. Disso não tenho a menor dúvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Dando prosseguimento à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, do PMDB de Mato Grosso do Sul, por permuta com o Senador Olivir Gabardo, que usou da palavra há pouco.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a revista **Veja** publicou uma entrevista histórica com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mais do que um balanço dos seus oito anos de governo, temos ali uma

análise lúcida e esclarecida da realidade brasileira. Gostemos ou não, façamos críticas ou não ao período presidencial que ora se finda, não se pode negar a importância das reflexões desse que se mostrou um verdadeiro estadista à frente dos interesses e imensos desafios que é administrar o Brasil.

Mais do que um depoimento surpreendentemente franco e direto, muitos dos trechos das declarações do Presidente da República podem ser compreendidos como o desabafo de um homem que viveu uma experiência extremamente rica e que encerra lições importantes para aqueles que desejam mergulhar nos chamados intrincados e complexos mecanismos da governança de um País de dimensões continentais como é o nosso.

No decorrer das análises do Presidente, vai ficando evidente que os atos de governo são cada vez menos fruto da vontade individual do governante e muito mais do ordenamento dos desejos coletivos. Quem se dispõe à tarefa de decidir os destinos de uma sociedade multifacetada como a nossa muitas vezes padece dos riscos da ausência de consensos.

Por mais que tentemos implementar medidas que satisfaçam o desejo das maiorias, terminamos com a sensação de que alguém ou algo ficou de fora, que a abrangência das nossas propostas era limitada e que nossos esforços acabaram sendo pouco diante de tantos anseios a serem atendidos.

Governar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passa a ser uma corrida contra o tempo, uma urgência nunca atendida plenamente, uma necessidade na qual o muito não existe e o pouco é uma constante inabalável.

Nesse sentido, uma lição importante deixada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, nestes seus oito anos de Governo, é aquela que compreende a realidade como um processo e que as conquistas sociais importantes acontecem no plano do microcosmo, no cotidiano de cada cidadão, longe, na maioria das vezes, dos olhares da imprensa que tende, por suas limitações naturais, a apenas enxergar e dar relevância à superfície do mundo real, esquecendo-se das razões profundas das coisas.

Seria nesse aspecto – e a título de exemplificação esclarecedora do que queremos aqui destacar mais adiante –, de fundamental importância que os membros desta Casa atentassem para os acontecimentos que vêm se sucedendo após as últimas eleições.

Aos poucos, todos os Partidos (e a maioria dos Deputados e Senadores, reeleitos ou não) vão com-

preendendo a exata dimensão da crise vivida pelo País e começam, dessa maneira, a agregar às suas reflexões e atitudes os dados fundamentais da realidade, refutando as propostas demagógicas e irresponsáveis, reafirmando assim o compromisso democrático de não ceder à tentação do oposicionismo voluntarista por intermédio do debate estéril em torno de propostas inexequíveis.

O atual momento histórico, nesse sentido, é pedagógico. Ele está a nos ensinar uma lição fundamental: o País só poderá mudar na medida que compreendamos que não se avança fortalecendo os chamados núcleos das propostas inviáveis e nem se repetindo os mesmos erros cometidos pelos Partidos de oposição em passado não tão distante. O País só poderá mudar se mudarmos a maneira de se pensar e de se fazer política.

Por isso, confesso que estou cada vez mais impressionado com o fato de que a expectativa de ser governo termina por estimular um poder transformador nas atitudes, nas falas e nos gestos daqueles que, meses atrás, apontavam contradições e erros onde apenas havia lógica e coerência.

Na verdade, lembrando ainda a frase presidencial, tudo é um processo, o tempo amadurece e o Brasil segue em frente. Fico, assim, satisfeito quando observo os movimentos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, reiterando seus compromissos com os contratos estabelecidos, promovendo uma transição tranquila, dando segurança ao País, sinalizando que pretende seguir o caminho da ordem, da justiça, da paz social, sem criar um clima de incerteza, garantindo a todos um sinal inequívoco de que em seu Governo não haverá aventuras nem mágicas surpreendentes.

Mesmo assim não podemos deixar de considerar que o momento econômico é delicado e o contexto internacional cada vez mais adverso. O Brasil, nos últimos anos, teve a oportunidade de demonstrar ao mundo que adotou políticas macroeconômicas corretas, o que não impediu que houvesse um crescente endividamento externo e interno, o que hoje preocupa a todos indistintamente, em função da nossa crescente fragilização diante dos intensos fluxos de capitais na direção de outras regiões do Planeta.

No próximo ano, precisaremos de novos investimentos e não podemos nos dar ao luxo de arriscar em experimentalismos, que podem até causar impactos psicológicos surpreendentes e de momentos, mas não garantirá crescimento econômico, investimentos sociais e perspectivas de desenvolvimento tecnológico.

Sabemos que 2003 será um ano difícil, tumultuado e repleto de complicadores no horizonte político. Para todos será um verdadeiro teste de resistência emocional. Haverá dúvidas, controvérsias e perplexidades. Mas não podemos nos perder em detalhes esquecendo os objetivos gerais da Nação.

Temos que nos desvencilhar dos acontecimentos de curto prazo e vislumbrar os movimentos gerais num processo histórico. Não podemos ter a ilusão de que todas as mudanças prometidas na última campanha eleitoral venham sem esforço coletivo, num ato apenas de vontade pessoal do Presidente da República, à margem das instituições, numa simples canetada ou em gestos simbólicos.

Nada disso: a mecânica do poder exigirá negociações permanentes além do apelo reiterado ao bom senso e à coerência. O momento é de esforços conjuntos e de abdicação de vaidades. O País é maior do que nossas ambições individuais e a busca permanente de consenso devem ser sempre a regra e nunca a exceção.

Não temos dúvida de que a ampliação de programas como o de controle à fome deve ter tratamento prioritário, bem como a diversificação e ampliação de programas de renda mínima para atender a população carente de todo o País. Mas é preciso não dispersar esforços e recursos e agir sem que antes se tenha dimensionado com exatidão quais são as verdadeiras facetas da miséria brasileira. Caso contrário, corremos o risco de dar um passo atrás, fortalecendo o mero assistencialismo sem dar os instrumentos necessários para que a população mais carente supere suas adversidades no rumo da emancipação, mas com trabalho.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, tempos atrás, que sua vitória eleitoral era uma demonstração de que a esperança havia vencido o medo. Pois acreditamos que, a partir de agora, devemos reafirmar que não se deve temer a perda gradual do sentimento de esperança por causa dos desdobramentos de uma realidade incerta, nebulosa e repleta de dúvidas.

Estamos convencidos de que a linha correta é estar todos os dias construindo um novo País, de maneira incansável, com determinação e com a certeza de que venceremos as inúmeras dificuldades, principalmente se agirmos compreendendo de que nada poderá ser mais prejudicial do que a ruptura inconsequente e a descontinuidade de projetos de fundamental importância estratégica para os Estados.

A equipe de transição do Presidente eleito deve trabalhar sem perder a perspectiva daquilo que é im-

portante para o desenvolvimento de cada região do País, não permitindo que o rompimento de vários programas prejudique os esforços empreendidos até o momento.

Nesse sentido, falando do meu Estado, governado pelo PT, seria um contra-senso não dar continuidade a um trabalho de extrema relevância para Mato Grosso do Sul e também para Mato Grosso, que é o Programa Pantanal. Esse Programa representará não só a redenção dos dois Estados como a reafirmação da nossa principal vocação: desenvolvimento agropecuário sustentável e preservação ambiental, em projetos que vêm sendo resultado de esforços técnicos e políticos nos últimos oito anos, sem que se tenha conseguido, até o momento, iniciá-lo de maneira efetiva e consistente.

Acredito que deva haver esforços convergentes entre as Bancadas federais dos dois Estados para levarmos essa importante questão ao próximo Governo e, com isso, possamos, finalmente, tirar do papel o que até o momento foi objeto de muito discurso e pouca ação concreta.

Por isso, estou aqui para cobrar providências dos Governos federal e estaduais (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) para que não permitam a paralisação do Programa Pantanal, visto que se tratam de investimentos fundamentais para o desenvolvimento da bacia do alto Paraguai, que depende, mais do que nunca, dos recursos previstos para a execução dos inúmeros projetos envolvendo desde proteção ambiental até saneamento básico de uma região de suma importância para todo o País.

Causa-me estranheza, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, depois de tanto se falar em Programa Pantanal, depois de se promoverem inúmeras reuniões e debates no âmbito dos Governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e do BIRD, o assunto esteja amortecido, sem que se saiba claramente o que está sendo ou não realizado, em que fase encontram-se os projetos.

O mais grave são as notícias de que os órgãos estaduais não concluem os projetos técnicos necessários para dar andamento aos processos, visto que organizações não-governamentais estão reivindicando a revisão da licitação que escolheu a gerenciadora do Programa, o que tem provocado reiterados atrasos em seu andamento. É lamentável ter que esperar para ver acontecer um Programa que há quase uma década é discutido sem que haja força de vontade política para operacionalizá-lo.

Vejo que está havendo descaso com um Programa que pode, por exemplo, resolver o grave problema do assoreamento do rio Taquari, que a cada ano tem

sua situação agravada, criando um problema ambiental de proporções imensas numa das regiões mais belas e ecologicamente frágeis do planeta.

O Programa Pantanal entrou num círculo vicioso, prevalecendo um verdadeiro jogo de empurra-empurra entre os Estados e a União, e acredito que somente com mobilização política podemos fazer com que o processo avance e supere as atuais dificuldades.

Como disse no começo deste pronunciamento, evocando a entrevista do Presidente da República à revista **Veja**, muitas vezes os governantes não conseguem fazer prevalecer as suas vontades em função da necessidade da formação de consensos.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Juvêncio da Fonseca, quero dizer à Casa que tive o prazer de, em companhia de V. Ex^a, visitar Mato Grosso do Sul e também inúmeros projetos que me impressionaram sobremaneira, tendo em vista a abundância da riqueza natural daquela região. Um Programa dessa envergadura, como o Projeto Pantanal, não deve ser postergado. Muitas vezes, pela limitação de recursos e por diversas dificuldades não conseguimos fazer tudo o que desejamos. No entanto, penso que nós, brasileiros, temos que investir neste Projeto por se tratar de uma região diferenciada, que trará riquezas para o País, seja no campo da exploração do turismo, na produção de produtos naturais e de essências, enfim, são tantas as vertentes produtivas para aquela região que, com certeza, muitas riquezas trarão para nosso País e para a região. Portanto, não podemos tardar na implantação do Programa Pantanal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, o aparte de V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento. E aproveito este momento para render minhas homenagens a V. Ex^a. Quando Ministro da Integração Nacional, V. Ex^a visitou praticamente todo o Estado de Mato Grosso do Sul, fiscalizando e incentivando a execução de projetos. Naquela oportunidade pôde ver quão importante é aquele Estado, quão importante é aquela região e quão frágil é o Pantanal, que precisa de cuidado ambiental. E este Projeto, Senador Ney Suassuna, de suma importância para o País e para nós, não é apenas de preservação ambiental, é também de desenvolvimento econômico sustentado. Portanto, é grande a nossa esperança. Em Mato Grosso do Sul serão mais de 25

Municípios abrangidos por este Projeto que envolve desde o de saneamento básico, passando pela de infra-estrutura urbana e chegando até à preservação ambiental.

Sr. Presidente, este Projeto é de importância capital tanto para os mato-grossenses-do-sul quanto para os mato-grossenses que, com certeza, também estão ansiosos para que ele saia do papel e das gavetas para ser implantado naquele grande ecossistema, a grande região úmida deste País, que se chama Pantanal, trazendo para todos nós os seus benéficos resultados.

O Governador do meu Estado, acredito, pôde perceber no exemplo do Programa Pantanal as inúmeras dificuldades enfrentadas por um governante ao necessitar operacionalizar interesses multilaterais para viabilizar recursos importantes que irão contribuir decisivamente para o desenvolvimento das potencialidades regionais. Este é um caso típico para se promover parcerias amplas, envolvendo parlamentares, técnicos e entidades de classe no sentido de dar encaminhamento e solução de problemas de interesses regionais e nacionais.

Sr. Presidente, eu diria que a minha esperança maior para que esse Projeto realmente caminhe está justamente no fato de o nosso Governador pertencer ao PT, e, portanto, ter o apoio e a simpatia do futuro Presidente da República, que tomará posse em 1º de janeiro. Certamente, Mato Grosso do Sul e a Presidência da República estarão em perfeita harmonia.

Espero que esta Casa possa, a partir de agora, trabalhar para ajudar a definir prioridades, sem o ranço das diferenças políticas, e dar sua contribuição decisiva para o crescimento do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a é o orador inscrito para honrar a Casa nesta hora.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, em companhia do Senador Edison Lobão e dos três futuros Senadores desta Casa – Senador Crivela, Senador Magno e Senador Paulo Octávio –, por meio de convite endereçado a esta Casa, tive o prazer de participar de um encontro com o Presidente da República Argentina, além da presença de dois ministros daque-

le governo, para visitarmos empresas brasileiras naquele país.

Sr. Presidente, saímos felizes daquele encontro ao vermos, hoje, a importância do relacionamento Brasil-Argentina.

E digo mais: estão exultantes os argentinos, pois o primeiro país a ser visitado oficialmente pelo Presidente Lula será a Argentina.

Sr. Presidente, no mundo globalizado, no mundo dos blocos, os quais mandam e desmandam, a união Brasil-Argentina é imprescindível e primordial para o bloco do Mercosul, que deverá crescer mais e mais. Estamos em um mundo globalizado, onde não temos muita vontade própria. Queiramos ou não, a globalização é irreversível e nos atinge de modo fulminante. Coisas que no passado levavam algum tempo para chegar até os nossos Estados, hoje chegam em tempo real. Países que mal conhecíamos ontem, hoje têm importância dentro dessa junção de países, que é o mundo globalizado. E, queiramos ou não, temos que nos fortalecer, unindo-nos aos mais semelhantes, que são os nossos vizinhos do Mercosul. Passos grandiosos já foram dados, mas precisamos andar mais, e rápido, porque a Alca está aí a nossa porta, e, queiramos ou não, teremos que ingressar nela. Isso é irreversível! Podemos entrar mais confortavelmente ou sermos atropelados por ela.

Sr. Presidente, conversávamos com o chanceler argentino, Carlos Ruckauf, e também nós ficamos satisfeitos, com a visão expressada por ele, de que, com certeza, sem o Brasil a Argentina não irá adiante. Ele disse ainda que países como Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile poderiam fazer economia e ainda ter uma presença bem maior se estivessem unidos, por exemplo, em consulados mundo afora. O Uruguai, a Argentina e o Paraguai separadamente, talvez não pudessem ter um consulado na Ucrânia, por exemplo. Mas se estivessemos unidos, se as despesas fossem rateadas, se o consulado fosse dos países do Mercosul, nós poderíamos ter consulados e embaixadas em vários países.

Sr. Presidente, fiquei exultante com essa idéia, aliás, dela comungam vários embaixadores e diplomatas brasileiros, além de muitos brasileiros. Ou seja: de termos a marca “Mercosul” para todo o mundo. Esta marca bem divulgada e trabalhada venderia nossos produtos. A marca até poderia ter um subitem indicando de qual país do Mercosul a mercadoria seria procedente, mas seria uma marca genérica para a carne, para o café, para o açúcar, para os produtos têxteis, para o suco, para o aço. Isso mostraria a nossa união e a nossa força.

É claro que temos que nos aprofundar nesse debate. É claro que precisamos, inclusive, dar passos menores, como o da uniformidade da legislação, por exemplo. Esta Casa, o Senado da República, na semana passada fez isso, por intermédio de uma medida provisória, quando buscava homogeneizar as medidas referentes a produtos agropecuários. Mas, temos que fazer mais!

Já demos outro passo gigantesco quando começamos a assinar um protocolo para que cidadãos da Argentina e do Uruguai possam viver e trabalhar no Brasil, e vice-versa. É um passo grandioso, que precisa ser consolidado. Mas existem áreas que ainda não foram homogeneizadas.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço o nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, cumprimento V. Exª pelo assunto que traz à tribuna, como sempre inteligente, voltado para um melhor desenvolvimento do comércio brasileiro e, hoje, mais especificamente, do Mercosul ou, talvez, do Cone Sul, já que V. Exª incorpora o Chile ao seu discurso. Quero informar que acompanhei o Presidente Fernando Henrique à XII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Governo e de Estado, que aconteceu em Santo Domingo, na República Dominicana. E lá foi discutida, entre os 21 presidentes que se faziam presentes – quando chegar a minha vez, farei um pronunciamento sobre a viagem –, a importância dessa aproximação entre os países de língua portuguesa e espanhola, desse trabalho, que V. Exª descreve, de somar esforços e garantir maior competitividade aos países do Mercosul, por intermédio daqueles que também estão ligados à União Européia. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi designado, por proposta do Primeiro-Ministro espanhol, José María Aznar, para ser presidente de uma comissão especial, assim que deixar a Presidência da República, que vai estudar pontos para o comportamento futuro da comunidade ibero-americana. Penso que esse é um dos pontos importantes que V. Exª levanta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Romeu Tuma. Realmente, falou-se nisso quando da entrevista com o Presidente da República da Argentina. Farei uma pequena citação sobre esse assunto, que V. Exª lembra muito bem.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Ney Suassuna, não pensamos em concorrer com argentinos, uruguaios, paraguaios, chilenos, bolivianos, em absoluto. A idéia é formar uma parceria, para, juntos, termos condições melhores para conversar com o pessoal do Norte ou com outros mercados que se aglomeram. Devemos unir forças, esse é o sentido, o espírito. V. Exª fala em remanejar essa ou aquela mercadoria, em se tirar daqui ou dali, em fazer com que haja entre nós esse trânsito mais livre, mas penso que isso deveria ocorrer não só no âmbito do comércio, mas também das profissões. Por exemplo, o engenheiro argentino poderia atuar no Brasil ou em qualquer país do Mercosul, assim como o médico brasileiro. Penso que, aos poucos, o trânsito entre nós no campo cultural, das inteligências, das profissões, nos fará mais irmãos. Cumprimento V. Exª, que demonstra um interesse extraordinário nesse assunto. V. Exª tem jeito para isso. Precisamos somar. Vou debater, depois, a crise que enfrentamos, de escassez de milho no Brasil. Há uma discussão entre nós, os argentinos e os uruguaios sobre a possibilidade de trazer o milho, mas o produto não está com aquela taxa externa comum que lhe garante isenção. Há a idéia da cobrança de 20% para trazer o produto de lá. Precisamos de mais para agregar valores. Neste momento, penso que temos de ser mais irmãos. Vou até analisar a questão do setor da suinocultura em Santa Catarina, prejudicado pela falta de matéria-prima. Os vizinhos a tem, mas existe uma barreira que precisamos derrubar. Cumprimento V. Exª, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Casildo Maldaner. Estivemos em Santa Catarina, acompanhando aquela estiagem que grassou no Estado e provocou uma verdadeira crise não só na suinocultura, mas também na agricultura; juntos buscamos solução. E a encontramos, tanto que criamos um novo tipo de bolsa, a bolsa-estiagem, que não atendeu, plenamente, os Municípios do Estado de V. Exª, mas minorou o problema sério por que passavam.

Srªs e Srs. Senadores, conversávamos sobre o chanceler argentino, e eu dizia da minha alegria de ver os argentinos, hoje, mais abertos a uma parceira conosco. E a nossa surpresa não foi maior, quando, em quase uma hora de conversação com o Presidente Eduardo Duhalde, obtivemos uma grande demonstração de simpatia pela parceria e de preocupação com aspectos que não passavam pela nossa cabeça.

Por exemplo, a religião no Brasil não é um problema de Estado; a Igreja é separada. Mas, na Argentina, como em outros países hispânicos, há uma secretaria em nível de Ministério, a Secretaria do Culto. Causa-nos admiração a importância que dão a esse assunto, cujo tratamento também precisa ser homogeneizado. Naquele país, as igrejas não podem ter rádio ou emissora de televisão, algo que é preciso superar. Alguns países, por exemplo, o Chile, já mudaram a legislação em relação a esse item; outros terão de fazê-lo, mais cedo ou mais tarde, para que aumente a homogeneidade.

Entretanto, não nos enganemos. Não faremos essa união sem oposição. Ela já foi tentada antes, na época de Getúlio Vargas. Nós nos unimos naquela época, mas tivemos a oposição dos americanos, que hoje têm interesse que participemos de uma aliança maior, a Alca – que será inexorável.

Se estivermos muito unidos no Mercosul, teremos a vantagem de, em bloco, negociar melhor, até porque o grande problema que hoje a Alca nos traz diz respeito aos serviços. Os serviços dos países do Norte são mais baratos e eficientes e, se chegassem, hoje, a ser implantados de forma aberta, haveria muito desemprego em nossa região, em nossos países.

É preciso que nos fortaleçamos, como fizemos em relação aos eletroeletrônicos, aos têxteis, à área química, etc. Na área de serviços, ainda precisamos progredir, nos apressar, e esse é um desafio para os países que formam o Mercosul.

Outra preocupação nossa é não fazermos a abertura para a Alca, total e imediatamente. E a filosofia que está sendo adotada, com prudência, pelos países do Mercosul, é a de fazer uma cesta de itens, de produtos que farão parte do mercado comum.

Quando o Senador Casildo Maldaner fala do milho que os vizinhos têm, necessário à nossa suinocultura e à nossa avicultura, mas que está faltando no Brasil, lembramos que, na Alca, querem taxa zero para a maioria dos produtos. Mas qual é a produtividade ou o subsídio dissimulado que há, por exemplo, em alguns outros países? Precisamos examinar isso, sob pena de quebrar nossos agricultores. Se não houver muita transparência nesse processo, poderemos, enganadamente, abrir e dar alíquota zero para determinado produto que, de forma dissimulada, recebe estímulos, subsídios ou auxílios num país do hemisfério norte, o que criará problemas para os nossos produtores. Esses são, portanto, problemas sobre os quais precisamos nos debruçar; precisamos avaliá-los e, com muita ponderação, avançar.

Ontem, nós, os cinco Senadores que estivemos longamente com o Chanceler argentino, Carlos Ruckauf, e com o Presidente argentino, Eduardo Duhalde, saímos com uma tranqüila impressão e uma grata satisfação: a de que, realmente, os argentinos querem estar mais próximos de nós e estreitar laços, porque sabem que, unidos, seremos fortes e, separados, estaremos vulneráveis diante de uma globalização que, às vezes, tem aspectos muito selvagens.

Queria apenas dar conta dessa nossa missão e do seu sucesso. Foi uma aproximação importante.

No próximo ano vou tentar organizar outras delegações para que façam nos demais países o mesmo trabalho que fizemos ontem na Argentina. Terei grande satisfação de convidar outros Senadores para que, juntos, façamos grupos parlamentares que visitem esses países, abram o diálogo e busquem soluções para problemas que afligem a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos, pelo Regimento Interno.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi uma correspondência vazada nos seguintes termos:

Senador Carlos Patrocínio,

Tendo conhecimento do compromisso de V. Ex^a com a defesa dos mais de 50 milhões de brasileiros que não podem comprar medicamentos e de sua indignação ante os aumentos sucessivos e abusivos dos preços dos medicamentos, o IDUM – Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos – e o CRF-DF – Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal – vêm solicitar a V. Ex^a que avalie a possibilidade de, em regime de urgência, propor medidas para prorrogar a Lei 10.213, impedindo assim nova alta nos preços dos remédios a partir de janeiro próximo, e também propor medidas que destaquem nas embalagens o nome do fármaco (princípio ativo), aumentando, desse modo, o poder de escolha do usuário e de informação para o prescritor, pelos motivos que se seguem:

– A maioria dos medicamentos sofreu reajustes nos preços da ordem de 9,92%, no mês de novembro;

– Do Plano Real até agora o aumento médio é de 140%, chegando a 370%. É o caso do Rivotril, do Laboratório Roche [um produto essencial para os epiléticos, Sr. Presidente];

– Do início do Plano Real até agora o faturamento da indústria farmacêutica cresceu acima dos 300% (vide tabela). Neste mesmo período o número de unidades de medicamentos vendidos aumentou apenas 1% (tabela anexa);

– Durante o mesmo período, o preço médio da matéria-prima no mercado internacional caiu, em média, 40%, e, em alguns casos, até 80%. O motivo é a expiração de patentes e a abertura de novos mercados como Índia e China, por exemplo;

– Os medicamentos genéricos também aumentaram seus preços neste mês em 9,92%;

– Os medicamentos genéricos já possuem diferenças de preços entre si que ultrapassam os 100% – ou seja, genéricos iguais, produzidos por correspondente, gerando assim a *empurroterapia* do mais caro no balcão da farmácia;

– Apenas de junho/2001 até a presente data mais de 2000 medicamentos alteraram fórmula, embalagens, posologia, apresentação, etc., fugindo assim do parcial congelamento de preços, definido na Lei 10.213. Os produtos novos lançados no mercado custam, em média, 10 vezes acima do preço médio dos demais;

– Os medicamentos genéricos colocados no mercado usaram como parâmetro para formação de preços os medicamentos de referência (mais caros). Este equívoco é responsável pela situação esdrúxula de haver genéricos mais caros que [os produtos de] marcas (tabela anexa);

– A CPI dos Medicamentos bem como outras investigações comprovaram a cartelização de medicamentos no Brasil. Apesar de haver mais de 6.000 marcas, apenas 300 detêm 80% do mercado;

– Vale lembrar que, no Brasil, cerca de 50 milhões de pessoas não podem comprar medicamentos e dependem do serviço público, que não tem seus orçamentos atualizados em função dos reajustes praticados

pela indústria; talvez em função deste quadro é que vem crescendo assustadoramente o número de óbitos por falta de acesso aos medicamentos. Além disso, cerca de 30% das internações nos hospitais são consequência de quadros clínicos agravados pela falta de medicamentos.

– A Lei nº 10.213 perde seu efeito, porque diz no art. 3º que: “A partir de 19 de dezembro de 2000 e até 31 de dezembro de 2001 as empresas produtoras de medicamentos observarão, para o reajuste dos seus preços, as regras definidas nesta Lei.” No parágrafo único, a Lei limita ainda que: “Não serão permitidas elevações de preços dos medicamentos durante o período compreendido entre os dias 19 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.” Após este prazo e para prorrogar o disposto na Lei, foi editada a MP nº 2.230, de 6/9/2001, definindo que os preços dos medicamentos não poderiam ser elevados até 31 de dezembro de 2002. Como essa medida [provisória] não foi reeditada e o prazo de controle definido na Lei já se expirou, na prática, significa que os preços dos remédios no Brasil ficam liberados a partir de 31 de dezembro de 2002.

Diante do exposto, rogamos mais uma vez a intervenção de V. Exª para evitar que a partir de 1º de janeiro de 2003 haja liberação dos preços dos medicamentos, possibilitando uma caótica alta nos preços dos remédios, e propomos também que seja realizado seminário sobre preços e política de medicamentos, com o objetivo de, através do debate, buscarmos soluções para tão preocupante problema.

Essa carta me foi dirigida pelo IDUM e pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal.

A eficácia da Lei nº 10.213 expira no próximo dia 31 de dezembro. Já tivemos alta no preço dos medicamentos no mês de novembro. Evidentemente, se o Congresso Nacional, se as autoridades constituídas não tomarem as devidas providências, haveremos de ver uma alta no preço dos medicamentos preocupante em nosso País.

Por isso, estou enviando ofício às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos do Senado Federal para que promovam um seminário para tratar desta matéria, se possível ainda no decorrer

deste ano. Se não for possível, que no início do próximo Governo tomem as providências necessárias para evitar que o preço dos medicamentos se torne inviável para aqueles que usam medicamentos de uso continuado, indispensáveis à manutenção de sua vida.

É uma providência que acho que o Congresso Nacional deve tomar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para destacar a importância e os resultados da recente viagem realizada pelo Senhor Presidente da República a Portugal, Reino Unido e República Dominicana, entre os dias 11 e 16 de novembro.

Tive a honra de integrar a comitiva do Presidente e faço questão agora de trazer aos caros colegas Senadores meu testemunho pessoal não apenas da extraordinária recepção que foi dispensada nesses três países ao Chefe da Nação, mas sobretudo do impacto muito positivo que teve mais esse exercício da diplomacia presidencial para a projeção externa dos interesses do País. Devo dizer que, pela Câmara dos Deputados, integrou também a comitiva do Presidente o Deputado Arnaldo Madeira, Líder do Governo naquela Casa.

O Presidente da República participou em Lisboa da VI Cimeira Brasil-Portugal, reunião de cúpula que se realiza anualmente entre os chefes de governo dos dois países. Portugal é o único país da União Europeia com o qual o Brasil mantém um mecanismo regular de diálogo e coordenação no nível de chefe de governo. Esse fato é revelador do grau de intensidade a que chegaram as relações políticas, econômicas, comerciais e culturais entre o Brasil e Portugal.

O diálogo entre Brasil e Portugal vive, nesses últimos oito anos, um dos momentos mais positivos de sua história. Caracteriza-se, hoje, por uma agenda densa, diversificada e moderna, que vai muito além de seus fundamentos tradicionais, como a amizade e os vínculos históricos, culturais e lingüísticos. Nessa nova agenda, encontram-se temas políticos (coordenação em temas internacionais de interesse comum, assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta), econômicos (aumento expressivo dos investimentos portugueses no País e desenvolvimento de importantes projetos conjuntos em áreas como telecomunicações, concessões de rodovias e implantação de **shopping centers** e hipermercados) e regio-

nais (negociações entre o Mercosul e a União Europeia) – assunto a que, há pouco, o Senador Ney Suassuna se referiu.

O Presidente da República e o Primeiro-Ministro português, José Manuel Durão Barroso, presidiram em Sintra, no dia 11, a Cimeira Bilateral. O encontro ofereceu a oportunidade para a reafirmação da prioridade mutuamente conferida pelos Governos do Brasil e de Portugal à intensificação e à diversificação de seu relacionamento. Nessa oportunidade, os dois Governos assinaram novo Acordo de Serviços Aéreos, que, entre outras positivas iniciativas, assegurará a reciprocidade de tratamento entre companhias aéreas brasileiras e portuguesas – iniciativas essas, sem dúvida alguma, voltadas para o turismo; o Brasil precisa que, da Europa, venham turistas para as nossas cidades.

No plano econômico, o Presidente da República manteve encontros com os principais investidores portugueses no Brasil e foi homenageado no dia 12 pela totalidade da classe empresarial portuguesa com o prêmio Personalidade do Ano Brasil-Portugal e Portugal-Brasil, honra inédita oferecida pela Câmara de Comércio Luso-Brasileira.

O Brasil tornou-se, nos últimos anos, o destino prioritário e preferencial do movimento de projeção externa de grandes empresas portuguesas. Até 1995, o estoque total de investimentos portugueses no País limitava-se a cerca de US\$100 milhões; até 1997, não ultrapassava US\$700 milhões; e, hoje, estima-se que se aproxime dos US\$10 bilhões. Entre 1995 e 2002, portanto, os investimentos portugueses no Brasil registraram um crescimento bastante alto, de cerca de 9.900%.

A expressiva participação de Portugal no processo de privatizações (cerca de US\$4,8 bilhões ou 7% do total, atrás apenas da Espanha e Estados Unidos e em contraste com os 0,48% de participação até fins de 1997), acompanhada de investimentos realizados nos setores financeiro e industrial, posicionou o país no quinto lugar entre os maiores investidores externos no Brasil (depois dos Estados Unidos, Espanha, Países Baixos e França e à frente de tradicionais investidores, como Alemanha e Reino Unido) e em primeiro em termos relativos, com um total de investimentos que corresponde a 6,24% do respectivo PIB em 1999, contra 2,82% da Espanha, o segundo classificado de acordo com esse critério.

Somente em 1999 e em 2000, o Brasil recebeu cerca de US\$5 bilhões em investimento direto bruto, vinculados às operações da Portugal Telecom para aquisição do controle da Telesp Celular (cerca de

US\$3,1 bilhões) e participações na Telesp fixa (atual Telefônica) e na Embratel, bem como para a compra de 19,7% da Companhia Riograndense de Telecomunicações. São também dignos de nota, entre outros, os vultosos investimentos realizados naquele ano por empresas como a EDP (eletricidade), a Epal (águas), o Grupo Sonae e a Caixa Geral de Depósitos. Além do volume impressionante dos recursos consolidados, considerando-se a pequena dimensão da economia portuguesa, ressalte-se ainda que os investimentos realizados foram incorporadores de componentes tecnológicos e gerenciais importantes, que muito têm contribuído para consolidar o processo de modernização do tecido industrial, financeiro e de serviços no Brasil.

Outro fato marcante, e provavelmente único entre os investidores estrangeiros, é a dimensão da "aposta" feita no Brasil pelas empresas envolvidas. A Portugal Telecom, por exemplo, tem 52% de seus ativos, 64% dos seus investimentos e 32% de suas receitas no Brasil. A Cimpor tem no País 40% da sua capacidade de produção total, valor inclusive superior à capacidade atual em Portugal. Por outra parte, a EDP tem quase o mesmo número de clientes no Brasil (4,8 milhões) que em Portugal (5 milhões). A Sonae, no mesmo caminho, antecipa que a importância das suas atividades no Brasil ultrapassará, em médio prazo, a sua presença em Portugal.

No plano cultural, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio inauguraram, no Centro Cultural do Ciado, importante exposição comemorativa dos 100 anos do Presidente Juscelino Kubitschek. A expansão da presença cultural brasileira em Portugal nos últimos anos e as comemorações, em base conjunta, do V Centenário do Descobrimento do Brasil constituem demonstração da grande vitalidade que o relacionamento entre os dois países vem experimentando no campo cultural. A música popular brasileira, assim como as telenovelas, constituem os aspectos da nossa cultura que mais repercutem em Portugal, embora a literatura, as artes plásticas, o cinema, a dança e o folclore não deixem de atingir um público cada vez mais expressivo.

Complementou a programação do Presidente da República em Portugal a inédita visita à sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Deve ser ressaltada a natureza especial do projeto de aprofundamento da CPLP, operação diplomática com objetivos de longo prazo que vem sendo conduzida com grande competência. O papel da organização na reconstrução do Timor-Leste comprovou a importância e a utilidade da CPLP.

Em todos os seus compromissos em Portugal, o Presidente da República pôde reiterar a prioridade que sempre atribuiu ao desenvolvimento do relacionamento bilateral, em bases de crescente dinamismo e produtividade, sempre no melhor interesse das sociedades brasileira e portuguesa.

Em Oxford, no Reino Unido, o Presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu, no dia 13 de novembro, uma palestra sobre o tema "Por uma governança global democrática: a perspectiva do Brasil". O Presidente enfatizou a sua percepção de que, por mais que a economia esteja globalizada, a comunidade internacional ainda carece de mecanismos transnacionais eficazes e justos de coordenação e controle, sobretudo na área do comércio e das finanças. Insistiu, em outras palavras, na sua tese de que existe no mundo de hoje um déficit de governança.

No dia 14, o Presidente da República recebeu da Universidade de Oxford o título de **Doctor of Civil Law by Diploma**, em reconhecimento à sua significativa contribuição nos campos político e intelectual no Brasil e na América Latina nos últimos quarenta anos. O título é concedido somente a membros de famílias reais e a chefes de Estados. Entre aqueles que já o receberam figuram os nomes da Rainha Elizabeth II, o Príncipe de Gales, o Duque de Edimburgo, o Rei da Bélgica, o Rei e a Rainha da Espanha, a Rainha da Dinamarca, o Imperador do Japão e os Presidentes da República Tcheca (Havel), África do Sul (Nelson Mandela) e Estados Unidos (Bill Clinton).

A entrega do título ocorreu em evento formal, na Convocation House, em cerimônia presidida pelo Chancellor da Universidade de Oxford, Lord Jenkins of Hillhead, que, ao discursar na ocasião, enalteceu as virtudes acadêmicas e políticas do Chefe da Nação brasileira.

A Universidade de Oxford é internacionalmente reconhecida como centro de excelência em ensino e pesquisa nas mais diversas áreas. Entre ex-alunos e professores, figuram 36 ganhadores do Prêmio Nobel. Do seu corpo docente atual, 78 professores pertencem à Sociedade Real e 112 à Academia Britânica. Oxford mantém laços tradicionais com a América Latina e com o Brasil em particular. Nomes expressivos da cultura nacional passaram por Oxford, como Gilberto Freyre. Os estudos sobre o Brasil sempre estiveram presentes nas atividades dos Colleges da Universidade e em seus institutos especializados. Mais recentemente, com a criação do Centro de Estudos Brasileiros, Oxford tem contribuído para o ressurgimento do interesse no Reino Unido pelo estudo do Brasil, de sua história, economia, cultura e sociedade.

Inaugurado oficialmente, em dezembro de 1997, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de sua visita de Estado ao Reino Unido, o Centro de Estudos Brasileiros tem desenvolvido intenso programa acadêmico e número expressivo de atividades ligadas ao Brasil, especialmente no que se refere à organização de conferências e seminários e ao intercâmbio com instituições universitárias brasileiras. Dirigido com dinamismo pelo Professor Leslie Bethell, o Centro está completando cinco anos de atividades. O estímulo ao debate franco e pluralista tem contribuído para uma reflexão abrangente sobre o tema de relevância para o Brasil, consolidando o papel do Centro de Oxford como um dos mais ativos núcleos de estudos brasileiros existentes hoje.

Na República Dominicana, o Presidente participou da XII Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-Americana.

O processo de Cúpulas Ibero-americanas, lançado em 1991 com a Cúpula de Guadalajara, México, constitui um foro de convergência política, entendimento e cooperação, forjado a partir de laços histórico-culturais e de valores e princípios compartilhados pelos 21 países que dele participam.

Como assinalou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em artigo incluído na documentação distribuída durante a Cúpula, “a solidariedade entre os povos ibero-americanos revela-se de enorme valia no atual contexto internacional. Não faltam problemas em nossa agenda. A cooperação internacional, no plano econômico, está longe de responder adequadamente às necessidades de desenvolvimento e de ação conjunta para a redução da pobreza. Desde setembro de 2001, agravaram-se as preocupações relativas à segurança internacional, em particular à luz do fenômeno do terrorismo. Continua a existir o risco do aprofundamento de um hiato tecnológico entre países do norte e do sul. Persiste a necessidade de fortalecer a governabilidade democrática e de aperfeiçoar as instituições do Estado de direito”.

Estas foram algumas das questões debatidas na República Dominicana. Em sua intervenção, o Presidente enfatizou os desafios enfrentados pelos países ibero-americanos no mundo globalizado. Defendeu a necessidade de avanços concretos seja na atualização e aperfeiçoamento das instituições de Bretton Woods, seja na nova rodada de negociações comerciais multilaterais iniciada na reunião de Doha, no Catar, em novembro do ano passado. Em um mundo afetado por crises e turbulências financeiras, bem como por práticas protecionistas e de subsídios que impedem o acesso de nossos produtos aos grandes

mercados internacionais, mais e mais se impõem a solidariedade e a cooperação entre os países em desenvolvimento. A palavra do Presidente nesse sentido foi uma contribuição significativa para os trabalhos da reunião.

Especial relevância teve a proposta do Presidente do Governo espanhol José Maria Aznar de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fosse encarregado, depois de deixar o Governo, de presidir um grupo de reflexão sobre o futuro da Comunidade Ibero-Americana e iniciativas tendentes a promover as reformas necessárias no seio da organização. Essa proposta foi aprovada por aclamação por todos os Chefes de Estado e de Governo presentes ao encontro da República Dominicana e foi mais uma prova do prestígio internacional do Presidente da República.

A reunião aprovou ainda uma moção elogiando a obra de governo realizada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, destacando a importância do processo de transição ora em curso no Brasil e, ainda, manifestando as expectativas positivas em relação ao futuro Governo do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, fiz questão de fazer aqui, no Senado Federal, esse relato sucinto dos aspectos mais relevantes da recente viagem presidencial. Julguei oportuno fazê-lo não só pelo significado diplomático inerente a essas visitas, mas, sobretudo, para valorizar, uma vez mais, o papel do Legislativo e sua participação nas ações da política externa brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de passar à Ordem do Dia, a Mesa – e eu particularmente – sente-se no indeclinável dever de dar uma explicação à Casa em virtude de um pronunciamento do Senador Roberto Requião, em sessão presidida pelo Senador Maguito Vilela, quando eu não me encontrava em plenário.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi apresentado um projeto de minha autoria – oportunidade em que foi apresentado pedido de vistas pelo Senador Eduardo Suplicy –, referente à faculdade de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias dos produtos que compõem a cesta básica. Ontem, em plenário, o Senador Roberto Requião aqui compareceu e proferiu um discurso no qual estranhava que um projeto da mesma natureza, de sua autoria, tenha sido arquivado há alguns meses na Comissão de Assuntos Econômicos. Disse S. Ex^a que esse projeto autorizava os Estados a reduzirem suas alíquo-

tas de ICM dos produtos da cesta básica a zero. Sustentou que o projeto foi arquivado, apresentou algumas razões e, em determinado momento, afirmou que esse era um fenômeno genético, uma clonagem, referindo-se ao meu projeto com relação ao dele.

Tomei a precaução de fazer alguns levantamentos e quero dar explicações a esta Casa. Apesar da ausência do Senador Roberto Requião, não posso tardar em dar uma resposta. Desejo apenas dizer-lhe que, em primeiro lugar, o seu projeto não está arquivado, mas sim foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. S. Ex^a deve acompanhar a tramitação do projeto, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve dar-lhe uma resposta. Em segundo lugar – aí é mais grave –, quero dizer ao Senador Roberto Requião que o meu projeto é diferente do de S. Ex^a e que sou contrário a qualquer espécie de clonagem, quanto mais a clonagem genética e de seres humanos. Não tenho vocação para isso. Quando muito, a minha humildade só permite que eu busque nos outros, naqueles que têm mais capacidade, inspiração para atos da minha vida pública, mas jamais copie qualquer projeto ou qualquer coisa de quem quer que seja. Não tenho vocação para atribuir a mim coisas feitas por terceiros. É só ler o projeto de S. Ex^a e ler o meu para verificar que são bem diferentes um do outro.

Era essa a explicação que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 676, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação, em conjunto, dos Projetos de Lei do Senado nºs 238 e 248, ambos de 2002, que alteram os artigos 185 e 792, do Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal)

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2002. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2002

Altera Lei nº 10.525/02, que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta-se o art. 1º A à Lei nº 10.525/02, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A A partir do ano de 2003, até o ano de 2003, inclusive, o salário mínimo será anualmente reajustado, sempre no dia 1º de maio, com ganho real nunca inferior a 10% (dez por cento)”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O inciso IV do art. 7º da Constituição em vigor estabelece, como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, um salário mínimo capaz de atender às necessidades básicas próprias e das respectivas famílias, prevendo também “reajustes periódicas que lhe preserve o poder aquisitivo”.

Estudos realizados pelo Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE calculam em R\$946,00 (novecentos e quarenta e seis reais) o valor do salário mínimo que permita ao trabalhador a satisfação das necessidades arroladas na Lei Maior, tais como moradia, alimentação, saúde, educação etc.

Ciente, porém, da impossibilidade atual de se atingir tal valor e na certeza do crescimento real da nossa economia nos próximos anos, proponho que os reajustes periódicos do salário mínimo previstos na Constituição comecem a ser realizados a partir do ano de 2003 até o ano de 2013 inclusive, quando então o Brasil deverá estar em condições de dar os primeiros passos para elevar o salário mínimo ao valor mais condizente com a realidade.

Considero, outrossim, que esse reajuste anual volte a ser concedido no dia 1º de maio, Dia do Trabalho, não só em respeito à tradição e à importância dessa data, mas pela expectativa e pela valorização daqueles que se inserem nessa categoria.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2002. – Senador **Carlos Patrocínio, PTB – TO**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.525, DE 6 DE AGOSTO DE 2002

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de abril de 2002, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 35, de 2002, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 2002, após a aplicação dos percentuais de nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento, a título de reajuste, e um inteiro e cinquenta centésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais), o salário mínimo será de R\$200,00 (duzentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$6,67 (seis reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$0,91 (noventa e um centavos).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da

República. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

.....
(*Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a Decisão Terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência recebeu, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, do Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– Nº 324, de 2002 (nº 1.023/2002, na origem), de 25 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Apoio

à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência – Prev – Municípios; e

– Nº 325, de 2002 (nº 1.024/2002, na origem), de 25 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Projeto Diversidade na Universidade – Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2001 (nº 1.130/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a liberação da contribuição de Conselhos Profissionais regionais e federais.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar terras de propriedade desse Estado até o limite de 16 mil hectares à Socôco Agroindústrias da Amazônia Ltda.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, quarta-feira, dia 27 de novembro, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, apreciados pela Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, discutimos com diversas Lideranças a respeito da vota-

ção da Medida Provisória nº 64 – item 1 da Ordem do Dia – e da matéria subsequente, que trata da reforma do Poder Judiciário. Estávamos montando um entendimento e tínhamos a informação de que a Mesa faria uma proposição de votação da referida reforma.

Tendo em vista que há um acordo quanto à votação da MP nº 64 e como, de certa forma, ela poderia obstaculizar a reforma do Judiciário, faço um apelo a V. Exª para que, antes de iniciar a Ordem do Dia, exponha a forma da discussão e da votação da reforma, porque, dependendo do que seja encaminhado, iremos votar ou não a MP nº 64, de acordo com o compromisso firmado com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou atender ao apelo de V. Exª, informando ao Plenário que, em sessão anterior, a Presidência apresentou duas sugestões – a esta altura, pelo que sei dos entendimentos, entendo desnecessário lê-las –, que não receberam manifestações das Lideranças.

Mas temos uma outra proposta, tendo em vista que, quando do preparo do encaminhamento da votação, foram detectadas algumas posições conflitantes em relação ao mesmo dispositivo. Cito um exemplo: para um mesmo inciso, foram apresentadas uma emenda supressiva e uma outra estabelecendo texto, tendo ambas recebido parecer favorável. A esse dispositivo ainda não foi apresentado um requerimento de destaque para votação em separado.

O art. 300, inciso II, do Regimento Interno, prevê que “a votação do projeto, salvo deliberação do Plenário, será em globo, podendo a Presidência dividir a proposição, quando conveniente”. E o inciso XII do mesmo artigo dispõe que “se a votação do projeto se fizer separadamente em relação a cada artigo, o texto deste será votado antes das emendas a ele correspondentes, salvo se forem supressivas ou substitutivas”.

Nesse sentido – e, neste ponto, chamo a atenção do Plenário – esta Presidência propõe que a votação seja feita por artigo, sendo com eles votadas também todas as emendas e destaques pertinentes. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência vai retirar a matéria da pauta da presente sessão, para o preparo dessa forma de votação, incluindo-a na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima quarta-feira, dia 04 de dezembro.

Quero lembrar à Casa que a matéria é de transcendental importância. Esforços foram feitos pelo Relator, Senador Bernardo Cabral, e por toda a Casa. Assim, já com o tempo decorrido, há a necessidade imperiosa de apreciarmos, da melhor maneira possível, o projeto da reforma do Judiciário. Acredito que,

votando-se item por item, a Casa terá mais condições de apresentar um melhor resultado desse trabalho.

É o que estou propondo. Se não houver objeção da Casa, vamos seguir a sugestão da Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Concordando com V. Exª, gostaria de fazer uma proposição e uma ponderação. É fundamental a organização desse processo de votação artigo por artigo realmente, porque existem destaques que são conflitantes e, efetivamente, se for aprovado um destaque conflitante, o outro será prejudicado, e, na verdade, não se vai pautar uma discussão mais global, como queremos.

Concordaremos, desde que, na próxima quarta-feira, possamos começar a votar essa questão.

E faço ainda uma sugestão: que o trabalho da Mesa possa ser feito, no máximo, até segunda-feira à tarde, para que, na terça-feira, os Líderes, junto com o Senador Bernardo Cabral, possam definir a ordem dos artigos a serem votados, exatamente para se tentar buscar um consenso e facilitar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, antes de ouvir a manifestação de outros eminentes Senadores, quero dizer que costumamos perceber o trabalho de cada Senador, mas quero aproveitar esta oportunidade para louvar o trabalho daqueles que estão ajudando a Mesa, de todos os componentes da Secretaria-Geral da Casa. O trabalho a ser realizado será difícil e vai requerer o esforço, que nunca nos faltou, daqueles que auxiliam a Mesa. Vamos ver se, até segunda-feira, a Mesa poderá entregar o assunto organizado a todos os Srs. Senadores.

Quero avisar ao Sr. Secretário-Geral, Dr. Raimundo Carreiro, e a todos que estão aqui que a Secretaria-Geral da Mesa ficará permanentemente aberta. Se a porta não estiver aberta, estará ligado o celular de cada um dos que nos estão ajudando, de todos os membros da Mesa, inclusive da Presidência, para o esclarecimento de qualquer dúvida, a fim de que esse trabalho seja perfeitamente ordenado e para que façamos justiça ao trabalho de tantos e tantos anos da Câmara dos Deputados e do Senado da República. Na sessão anterior, ouvimos o discurso vibrante e emocionado do Relator da matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não quero que pareça que o Relator não teve o cuidado de encaminhar à Mesa o seu parecer, as emendas aprovadas – todas elas alinhadas –, as emendas rejeitadas e as emendas prejudicadas. Foi um trabalho que nunca tinha sido feito anteriormente. Não quero chamar para mim o mérito, mas para todos aqueles que colaboraram. Até parece que só agora os eminentes Líderes poderão receber o documento, mas ele já está pronto, inclusive para esse cotejo. Não será culpa do Relator se a proposta de emenda constitucional da reforma do Poder Judiciário não for votada este ano. A Relatoria não tem nada a ver com esse adiamento, seja responsabilidade de quem for.

Sr. Presidente, quero apenas fazer o meu registro pessoal, nada tendo a me opor à decisão do Plenário, sugerida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O trabalho de V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, foi amplamente reconhecido não só pela Casa, como pela sociedade brasileira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, na semana passada, o Plenário desta Casa decidiu iniciar a votação da reforma do Judiciário. Aliás, já a iniciou quando votamos os requerimentos de destaque naquela semana.

Entendemos que a proposta da Mesa realmente fará com que a votação e a discussão da matéria sejam feitos da forma mais clara possível. Inclusive, quando nos preparávamos para a votação de hoje, elaboramos alguns requerimentos de preferência, porque vimos que alguns destaques poderiam vir a ser prejudicados em função da votação de outros.

Portanto, a proposta feita pela Mesa, de votar artigo por artigo, é a mais adequada, porque, dentro de cada artigo, serão verificadas as emendas relativas a ele, bem como os destaques, e, assim, ao votarmos o artigo, ele estará automaticamente definido.

Embora, à primeira vista, esse atraso de uma semana possa parecer protelatório, entendo que a sugestão apresentada pela Mesa e que agora está sendo submetida ao Plenário, com a qual concordamos, possibilitará, inclusive, uma agilização maior.

Queria apenas acompanhar o apelo do Senador Romero Jucá no sentido de, até a próxima terça-feira, termos a sistematização. Penso, inclusive, que é dispensável a reunião de Líderes para estabelecer a ordem de

votação. A ordem é a numérica de cada artigo. Sabemos que algumas questões são mais polêmicas, vão demandar mais debates, e outras menos polêmicas.

O fundamental é que todos os Senadores, e não só os Líderes, disponham desse trabalho sistematizado até a próxima terça-feira, para que cada um veja quais os artigos em que tem mais interesse, a fim de se preparar para o debate na quarta-feira.

Concordamos com a proposta da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelo que sinto, o Plenário acata a sugestão da Mesa, pelo que desde já agradece.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 29, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2002, proveniente da Medida Provisória 64, de 2002, que dispõe sobre recursos para subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda, e dá nova redação aos arts. 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 1 a 32, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 29 de 2002.

Prestados esses esclarecimentos, vamos à apreciação da matéria.

A Mesa designa o nobre Senador Paulo Souto como Relator Revisor da matéria.

Tem S. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos produtos da Comissão que tratou da crise sobre energia elétrica que o País

viveu no ano passado foi a constituição de um Comitê de Revitalização do Setor Elétrico.

Esta medida provisória trata basicamente de muitas das sugestões que foram apresentadas por esse Comitê de Revitalização.

Sinto-me na obrigação de fazer, ainda que rapidamente, alguns comentários sobre esses artigos referentes ao Projeto de Lei de Conversão nº 29, referente à Medida Provisória nº 64, que foi objeto de uma ampla negociação na Câmara dos Deputados, envolvendo todos os partidos políticos do Congresso Nacional, à qual também sou favorável.

O art. 1º tem como objetivo evitar que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica apresentem como garantias de financiamentos estranhos à concessão os direitos sobre essa concessão e os ativos referentes a ela. Trata-se, portanto, de uma medida extremamente protetora dos financiamentos, para que os ativos e os direitos referentes a essa concessão sirvam apenas de garantia a financiamentos referidos a essa concessão. É, portanto, um artigo extremamente proveitoso ao setor. Ele atende a uma excepcionalidade das concessionárias do serviço público de energia, que poderão oferecer garantias e financiamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica de que participam, outorgados antes da vigência dessa lei. Isso não invalida, entretanto, o objetivo principal do art. 1º.

O art. 2º vem na linha de transparência, de conhecimento dos preços de energia elétrica. Ele permitirá uma referência dos preços de energia elétrica neste País, quando estabelece que “as concessionárias de serviço público somente poderão estabelecer contrato de compra de energia elétrica por meio da licitação na modalidade de leilão ou por meio dos leilões públicos, já previstos em legislação anterior”. Existem algumas exclusões, que são bastante justas, como as referentes aos contratos bilaterais dos sistemas isolados ou as referentes às energias alternativas, com o objetivo de garantir os incentivos que são dados às energias alternativas.

Trata-se, portanto, esse art. 2º, de um artigo extremamente interessante dentro desse modelo que se pretende constituir, reforçar e aperfeiçoar.

O art. 3º permite um maior conhecimento por parte dos consumidores cativos, ou seja, aqueles, como todos nós que estamos aqui, que somos obrigados pelo monopólio natural a comprar energia de determinada distribuidora de energia elétrica, uma vez que os contratos serão separados. Hoje, não se sabe quanto se paga pela energia, pela distribuição e pela conexão. Essa medida permitirá dividir os contratos para sabermos exatamente a parcela do custo de energia e dos outros custos referentes à transmissão e conexão.

É, portanto, um artigo na linha da transparência, que permitirá aos consumidores – que hoje são cativos, mas que um dia deixarão de ter essa posição – fazer, eventualmente, uma opção por um tipo de energia mais barata que lhes seja oferecida. Há também algumas exceções, que são inteiramente justificadas.

O art. 4º trata de uma concessão de subsídio para a redução da tarifa do transporte de gás natural. Isso é extremamente importante, sobretudo quando sabemos que a produção de energia elétrica a partir do gás natural é uma das alternativas para a expansão do sistema elétrico. Ora, uma das coisas que encarece é o custo do gás. Então, entendeu-se que seria interessante, para reduzir o preço da energia proveniente do gás, que houvesse um subsídio no transporte. Por exemplo, a Petrobras fez um grande investimento e, naturalmente, por si própria, não poderia dar esse subsídio, mas esse artigo permite que esse subsídio seja dado por meio da arrecadação da Contribuição da Intervenção do Domínio Econômico. Com isso, quem sabe, poderemos reduzir o preço da energia elétrica gerada a partir de gás e diminuir um patamar que, no futuro, poderá dar, sem dúvida, a base de um preço de energia elétrica no País.

Essa questão foi extremamente discutida durante a crise e penso que a aprovação desse artigo é também muito produtiva, pois permitirá que as termoeletricas a gás possam, efetivamente, ter preços um pouco mais competitivos no mercado de energia elétrica.

O art. 5º é muito importante, pois trata de dar uma condição efetiva para que o subsídio que foi dado aos consumidores de baixa renda – uma providência que foi tomada este ano por uma das medidas aprovadas aqui no Congresso – seja, efetivamente, garantido por fontes de financiamentos que ficam muito bem explicitadas. Essas fontes serão o adicional de dividendos da Eletrobrás e a Reserva Global de Reversão. Quero dizer que a lei fala muito claramente em subvenção, de modo que estamos entendendo que isso se fará a fundo perdido, portanto, por meio dessas duas fontes que estão aqui muito bem colocadas: a RGR e o adicional de dividendos devidos à União pelas Centrais Elétricas Brasileiras, a Eletrobrás.

Trata-se, portanto, de resolver, no horizonte de dois ou três anos, até que se tenha uma solução melhor, essa questão importante que é o subsídio para os consumidores de baixa renda, que estão permitindo uma grande diminuição nas contas de energia elétrica no País e que já estão se retratando nas contas que esses consumidores receberam nos últimos meses.

O art. 6º, por fim, também importante, vai resolver um problema significativo de parte da indústria nacional. As indústrias consumidoras de energia elétrica, indústrias intensivas de energia elétrica, dificilmente teriam condições de concorrer nos leilões com as distribuidoras.

ras de energia elétrica. Então, esse artigo permite que se façam leilões exclusivos para consumidores finais, que vão poder comprar em leilão público essa energia para ativar as suas indústrias, e, dentro de um prazo razoável que será estabelecido em regulamento, aditar os contratos que estejam em vigor. Isso tira uma grande ansiedade em muitas dessas indústrias.

Por fim, resultante de uma discussão que foi feita e a pedido do Partido dos Trabalhadores, foi colocado o § 7º, por meio do qual as concessionárias geradoras de serviço público, sob controle federal ou estadual, poderão aditar os contratos iniciais ou equivalentes que estejam em vigor.

Essa é uma medida polêmica, eu diria que inicialmente não foi colocada nessa medida provisória pelo Governo, mas, no entendimento que existiu na Câmara, o Partido dos Trabalhadores solicitou como condição para a sua aprovação a inclusão desse § 7º, que é discutido do ponto de vista de que isso efetivamente interrompe provisoriamente a liberação da energia velha a cargo das concessionárias federais, mas, enfim, foi um entendimento para permitir, por acordo, a aprovação desse Projeto de Lei de Conversão nº 29, resultante da Medida Provisória nº 64.

Por tudo isso, voto favoravelmente à aprovação desse projeto de lei de conversão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer do Senador Paulo Souto, nesta Casa, ratifica, com as amplas explicações dadas, o parecer vindo da Câmara.

Em votação o parecer do Relator, Deputado José Carlos Aleluia, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos à apreciação do mérito.

Discussão, em conjunto, da medida provisória, do projeto de lei de conversão e das emendas, em turno único.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para discutir o mérito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de analisar alguns pontos, eu gostaria de questionar o Senador Paulo Souto – eu não consigo lembrar se o fez na sua excelente exposição – se no art. 5º S. Ex^a entende como concessão de subvenção o conceito implícito de a fundo perdido.

O Sr. Paulo Souto (PFL – BA) – Senadora Heloísa Helena, imagino que tenha falado, mas, se não falei isso, quero deixar muito claro que o objetivo e o espírito do legislador é tratar esse subsídio, efetivamente resultante tanto da RGR como da outra fonte prevista, como uma subvenção, portanto, um recurso a fundo perdido, que será pago para permitir a garantia da tarifa excepcional e privilegiada para os consumidores de baixa renda no País. É esse o meu entendimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, entrarei, agora, no mérito da discussão. Agradeço ao Senador Paulo Souto pelas explicações, que são fundamentais, em função de polêmicas que, às vezes, existem em relação a determinados conceitos estabelecidos no mundo jurídico e, daí, ficando clara que a intenção do legislador é, necessariamente, essa.

Gostaria, Sr. Presidente – e sei que todos entenderam muito bem a excelente exposição que foi feita pelo Senador Paulo Souto sobre uma MP que é resultado de um acordo, acordo possível, feito na Câmara.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer uma breve consideração, até para que conste nos Anais da Casa, para que eu fique com minha consciência tranquila. Quando fizemos o debate da privatização do setor elétrico, do mesmo jeito quando fazemos o debate do setor público, de uma forma geral, não simplesmente do ponto de vista do conteúdo estratégico que ele tem para um país, mas de uma forma muito especial em relação a determinados investimentos, como, por exemplo, abastecimento de energia e o abastecimento de água para determinadas comunidades cujos investimentos não são considerados rentáveis. E todos nós discutíamos isso no processo de privatização e, a partir do momento em que houvesse a privatização, a lógica do setor privado necessariamente seria a lógica do lucro. A lógica da discussão do processo de privatização transformaria a energia em mercadoria. Todos discutíamos aqui como ficariam, por exemplo, as comunidades de baixa renda para ter acesso ao abastecimento de energia; como ficariam os pequenos produtores rurais; como ficariam as pequenas comunidades da periferia das cidades, que são de baixa renda e não poderiam pagar o preço da tarifa que fosse compatível com os investimentos a serem feitos.

Quando essas empresas eram públicas, alguns pagavam porque podiam fazê-lo, e essa situação lucrativa proporcionava que essas mesmas empresas públicas, que tinham lucro de um lado e com esse lucro do lado de quem podia pagar, elas podiam fazer investimentos para os mais pobres.

Com a privatização, o que ocorreu? As distribuidoras, as insaciáveis distribuidoras de energia – na

semana passada, receberam sete bilhões e agora estão querendo mais dois e meio bilhões – que foram privatizadas (belgas, francesas, espanholas), que todos os anos estão mandando seus lucros, dinheiro e mais dinheiro para seus países de origem, ficaram administrando a parte que dá lucro. Mais uma vez, perguntamos: quem investirá na comunidade de baixa renda? Quem investirá para que o favelado tenha abastecimento de energia? Quem vai promover investimento de energia no campo para o produtor rural que não tem como pagar? O setor público; é o setor público que vai fazer. Antes, o setor público investia nas comunidades mais pobres com o lucro que tinha dos investimentos de quem podia pagar. Agora não; agora estamos comprando a energia mais cara, pelo preço de mercado, para viabilizar o que é certo, o que é correto: tarifa diferenciada para o consumidor de baixa renda; para o pequeno produtor rural que, efetivamente, não tem como se submeter às leis do mercado. Há uma tarifa que não é discutida em função do que é essencial, o abastecimento de energia, mas que é discutida quase como se fosse preço. É, portanto, o equilíbrio econômico-financeiro dessas empresas.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer este registro. Fizemos o debate da privatização e, agora, estamos pagando um preço alto: pagamos mais caro pela energia do que se paga em Paris, que consome a energia mais cara por tratar-se de energia nuclear. Aqui, o pequeno paga mais caro pela energia do que se paga em Paris, resultado do modelo de privatização que foi implementado.

Os insaciáveis belgas, espanhóis e franceses vieram aqui só para administrar o bom, o que dá lucro: as distribuidoras de energia. Estão mandando milhões para seus países de origem. Além dos sete bilhões que obtiveram algumas semanas atrás, querem, agora, mais três bilhões para viabilizar as supostas perdas pelo racionamento. Agora, estamos comprando ao preço da tarifa estabelecida por essas empresas privadas para fazer o que é obrigação do Estado: promover o abastecimento de energia para os que não podem pagar.

Sr. Presidente, espero que, um dia, o povo brasileiro possa ver esclarecida essa aberração feita no processo de privatização do País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a discussão.

Votação do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2002, aprovado pela Câmara dos Deputados, em turno único. (Pausa.)

Não há oradores para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a votação pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra para orientar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, encaminho favoravelmente, apesar de registrar que, pessoalmente, tenho algumas críticas ao projeto de lei de conversão. Mas para honrar o entendimento e a discussão feitos na Câmara dos Deputados, encaminhamos favoravelmente ao projeto e ao relatório do Senador Paulo Souto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Governo encaminha favoravelmente.

Como vota o Líder do PFL, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, o PFL vota favoravelmente ao relatório do Senador Paulo Souto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do PMDB, Senador Nabor Júnior?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, o PMDB manifesta a sua concordância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do Bloco PSDB/PPB? (Pausa.)

Como vota o Líder do PTB, Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, o PTB encaminha o voto favorável ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do PDT, Senador Jefferson Peres?

O SR. JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Sr. Presidente, o PDT é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder da Oposição, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do PSB? (Pausa.)

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2002.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2002

(Proveniente da Medida Provisória nº 64, de 2002)

Dispõe sobre recursos para subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda, dá nova redação aos arts. 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica somente poderão oferecer os direitos emergentes e qualquer outro ativo vinculado à prestação do serviço público, em garantia de empréstimo, financiamento ou qualquer outra operação vinculada ao objeto da respectiva concessão.

Parágrafo único. Excepcionalmente, as concessionárias de serviço público de energia elétrica poderão oferecer garantias a financiamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica de que participem direta ou indiretamente, outorgados antes da vigência desta Lei.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2003, as concessionárias de serviço público de distribuição somente poderão estabelecer contratos de compra de energia elétrica por meio de licitação, na modalidade de leilão, ou por meio dos leilões públicos previstos no art. 27 da Lei nº 10.438, de 2002.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput:

I - os direitos à contratação, entre as sociedades coligadas, controladas e controladoras ou vinculadas à

controladora comum, nos limites estabelecidos em regulamentação;

II - os contratos firmados por concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica que atuem nos sistemas isolados e os contratos bilaterais cujo objeto seja a compra e venda de energia produzida por fontes eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas e bio-massa.

§ 2º Para cobrir eventuais diferenças entre o montante de energia contratada e o mercado efetivamente realizado, as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica poderão celebrar contratos de compra e venda de energia elétrica de forma distinta da prevista no caput, conforme regulamentação a ser estabelecida.

Art. 3º Os consumidores de energia elétrica das concessionárias ou permissionárias de serviço público que não exerceram a opção prevista nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, deverão substituir os atuais contratos de fornecimento de energia por contratos equivalentes de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição e de compra de energia elétrica.

§ 1º O valor da tarifa de energia elétrica referente aos contratos de compra de que trata o caput será estabelecido em conformidade com a política energética e por regulamentação da ANEEL.

§ 2º A alteração dos contratos de que trata este artigo será realizada sem prejuízo dos direitos estabelecidos nos contratos em vigor, devendo as concessionárias e permissionárias, com antecedência de no mínimo noventa dias da

sua extinção ou prorrogação automática, encaminhar para o consumidor o texto dos novos contratos.

§ 3º Na aplicação deste artigo, salvo as alterações necessárias para constituição dos contratos de conexão e uso dos sistemas elétricos, as decorrentes de dispositivos legais supervenientes e as livremente pactuadas pelas partes, é vedado à concessionária e permissionária introduzir unilateralmente nos novos contratos de fornecimento outras alterações.

Art. 4º Fica autorizada a concessão de subsídio para redução da tarifa de transportes de gás natural com recursos provenientes de parcela do produto da arrecação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, de que trata a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

Parágrafo único. O montante anual do subsídio não poderá ultrapassar a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), observados os limites da Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Fica autorizada a concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda a que se refere a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com efeito a partir da data de sua publicação.

§ 1º A subvenção de que trata este artigo será custeada com recursos financeiros oriundos:

I - do adicional de dividendos devidos à União pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras de serviço público, sob controle federal, com a comercialização

de energia elétrica nos leilões públicos de que trata o art. 27 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e

II - na insuficiência dos recursos previstos no inciso I, nos exercícios de 2002 e 2003, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, cuja prorrogação de arrecadação foi estendida até o ano 2010, por força do art. 18 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§ 2º Para efeito de cálculo do adicional de dividendos de que trata o § 1º, serão consideradas as receitas oriundas da comercialização da energia elétrica decorrente da redução gradual de contratação de que trata o inciso II do art. 10 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

§ 3º O montante associado de no mínimo sessenta e no máximo oitenta por cento do adicional de dividendos referido no § 1º será utilizado no custeio da subvenção a que se refere este artigo.

§ 4º Competirá à ANEEL implementar a aplicação dos recursos da subvenção econômica referida neste artigo.

Art. 6º Os arts. 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.27.

.....

§ 5º As concessionárias de geração de que trata o caput poderão comercializar energia elétrica conforme regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo nas seguintes formas:

I - leilões exclusivos com consumidores finais;

II - aditamento dos contratos que estejam em vigor na data de publicação desta Lei, devendo a regulamentação estabelecer data limite e período de transição para a vigência deste aditivo; e

III - outra forma estabelecida na regulamentação.

§ 6º As concessionárias de geração de serviço público sob controle federal ou estadual poderão negociar energia nas licitações, na modalidade de leilão, realizadas pelas concessionárias de serviço público de distribuição.

§ 7º As concessionárias de geração de serviço público sob controle federal ou estadual poderão aditar os contratos iniciais ou equivalentes que estejam em vigor na data de publicação desta Lei, não se aplicando, neste caso, o disposto no caput e no inciso II do art. 10 da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998." (NR)

"Art. 28. A parcela de energia que não for comercializada na forma de que trata o art. 27 deverá ser liquidada no mercado de curto prazo do MAE." (NR)

Art. 7º O Poder Executivo editará os atos necessários à regulamentação desta Lei, e da Lei nº 10.433, de 24 de abril de 2002, no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Itens de nºs 2, 20, 21, 22 e 23 são matéria de conteúdo constitucional. A Mesa vai retirá-los de pauta porque exigem **quorum** qualificado.

Os Itens de nºs 3 a 19 serão retirados de pauta, por acordo de Liderança, e transferidos para a Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 04 de dezembro.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

– 2 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2001
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo, tendo

Parecer sob nº 236, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 20, quando teve sua votação transferida para hoje.

– 3 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999;
1, 5, 20, de 2000 e 15, de 2001)
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, tendo

Pareceres sob nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral,

– 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das

Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995, 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999, 1, 5, 20, de 2000 e 15, de 2001, que tramitam em conjunto; e

– 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária do último dia 20, quando teve a continuação da sua votação transferida para esta data.

– 4 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1995
(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 5, 16, 21, 23,
33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos da Constituição Federal.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Althoff, que acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora He-loísa Helena, que altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que acrescenta parágrafo art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade

para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Luzia Toledo, que acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal, para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.

– 11 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 62, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a alínea a do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais.

– 12 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.

– 13 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o § 1º do art. 128 da Constitui-

ção Federal, para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista tríplice à escolha do Procurador-Geral da República.

– 14 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que altera a competência do Superior Tribunal de Justiça.

– 15 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 92, DE 1999

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 81, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.

– 16 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2000

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências.

– 17 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2000

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;**

**5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas.

– 18 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2000

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5 e 29, de 2000; e 15, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.

– 19 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2001

**(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 21, de 1995;
5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999;
1, 5, 20 e 29, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.

– 20 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e

2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 20, quando teve sua votação transferida para hoje.

– 21 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2002
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior, tendo

Parecer sob nº 532, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Ricardo Santos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 20, quando teve sua discussão encerrada e a votação transferida para esta data.

– 22 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2002
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação), tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

– 23 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 240, DE 2001 – COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001-Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, tendo

Parecer sob nº 300, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com Emenda nº 1-CAE, de redação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Propõe ao Plenário que aceite a votação de algumas mensagens, como, por exemplo, a referente à escolha de nomes para o corpo diplomático.

Para a República Dominicana a indicação é do nome do Sr. Ronaldo Edgar Dunlop; para a Confederação Helvética, o Sr. Mauro Luís Iecker Vieira; para o Superior Tribunal Militar, o Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo; e a indicação do Sr. Frederico Cezar de Araújo como Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália. (Pausa.)

Não há objeção.

Vamos à votação dessas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) –

PARECER Nº 1.123, DE 2002
Escolha de autoridade
(Incluído em pauta com aquiescência
do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.123, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, sobre a Mensagem nº 307, de 2002 (nº 971/2002, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Almirante-de-Esquadra Domingos Alfredo Silva.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, dever ser procedida por escrutínio secreto.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo processo eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido os Srs. Senadores que não se encontram no plenário a virem ao mesmo, a fim de exercitarem o direito de voto.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou declarar encerrado o processo de votação. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 1.123, DE 2002

ESCOLHA DE AUTORIDADE

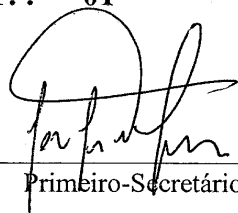
Num.Sessão: 1
Data Sessão: 27/11/2002

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 27/11/2002 16:44:
Encerramento: 27/11/2002 16:49:

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou
Bloco-PPB	PI	BENÍCIO SAMPAIO	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou
PTB	TO	CARLOS PATROCÍNIO	Votou
PTB	PE	CARLOS WILSON	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
Bloco-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	Votou
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou
Bloco-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	Votou
Bloco-PSDB	SP	JOSÉ SERRA	Votou
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
Bloco-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou
Bloco-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	ES	LUIZ PASTORE	Votou
Bloco-PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSB	ES	PAULO HARTUNG	Votou
PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	Votou
Bloco-PPS	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PTB	RN	TASSO ROSADO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PTB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou

Votos NÃO : 03 Total : 52
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

Presidente: RAMEZ TEBET

Votos SIM : 48

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerra da a votação.

Votaram SIM 48 Srs. Senadores; e NÃO 03.

Houve uma abstenção.

Total: 52 votos.

Aprovada a indicação do nome do Sr. Marcos Augusto Leal de Azevedo.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) –

MENSAGEM Nº 280, DE 2002
Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Incluído em pauta com aquiescência
do Plenário)

Mensagem nº 280, de 2002 (nº 791/2002....., na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Frederico Cezar de Araújo*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.155, de 2002-CRE

Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Frederico Cezar de Araújo obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 13 votos favoráveis; nenhum voto contrário; nenhum voto em branco; nenhum voto nulo; nenhuma abstenção. Portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo processo eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa apela às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que S. Ex^{as} exercitem o direito de voto.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, encerrarei a votação.

Aviso que haverá mais duas votações.

Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram no plenário que nele permaneçam e àqueles

que não se encontram presentes que venham proceder às votações. (Pausa.)

Está encerrado o processo de votação da mensagem indicativa do Sr. Frederico César de Araújo para o cargo de Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores; e NÃO 6.

Houve uma abstenção.

Total: 54 votos.

Aprovada a indicação do nome do Sr. Frederico Cezar de Araújo.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) –

MENSAGEM Nº 281, DE 2002
Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Incluído em pauta com aquiescência
do Plenário.)

Mensagem nº 281, de 2002 (nº 792/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Ronaldo Edgar Dunlop*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.156, de 2002 - CRE

Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Ronaldo Edgar Dunlop obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 11 votos favoráveis; nenhum voto contrário; nenhum em branco; nenhum nulo; nenhuma abstenção. Portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo processo eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, encerro o processo de

votação, lembrando a todos que ainda haverá mais uma votação.

Peço a presença dos Senadores em plenário.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores; e NÃO 6.

Houve uma abstenção.

Total: 54 votos.

Aprovada a indicação do nome do Sr. Ronaldo Edgar Dunlop.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) –

MENSAGEM Nº 287, DE 2002
Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Incluído em pauta com aquiescência do Plenário.)

Mensagem nº 287, de 2002 (nº 819/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Mauro Luís Lecker Vieira*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.157, DE 2002–CRE

Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Mauro Luís Lecker Vieira obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 13 votos favoráveis; nenhum contrário; nenhum em branco; nenhum nulo; nenhuma abstenção. Portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será feita pelo sistema eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo processo eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa apela às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que exerçam

o seu direito de voto e chama os que não se encontram em plenário para que venham proceder à votação.

Aproveito a oportunidade para fazer a comunicação de que a posse dos Excelentíssimos Senhores Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar Gomes da Silva, cuja presença está honrando este Plenário, será no dia 1º de janeiro de 2003, conforme manda a Constituição, às 15 horas, quarta-feira, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas dar o aviso de que haverá uma reunião extraordinária da CAE logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A palavra de V. Ex^a já se constituiu no aviso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Solicito aos Srs. Senadores que lá compareçam, porque trataremos de assunto de suma importância para a República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se todas as Sr^{as} e Srs. Senadores já votaram, a Mesa vai encerrar o processo de votação que está em curso. (Pausa.)

Está encerrado o processo de votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao resultado.

Votaram SIM 48 Srs. Senadores; e NÃO 03.

Houve 02 abstenções.

Total: 53 votos.

Aprovado o nome do Sr. Mauro Luís Lecker Vieira.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 24:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 21, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais o direito à alimentação), tendo

Parecer favorável, sob nº 783, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sebastião Rocha.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 25:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 52, DE 2001**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal (competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República referentes a atos internacionais), tendo

Parecer favorável, sob nº 861, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 26:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 252, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2002 (nº 1.593/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 753, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 252, DE 2002**

(Nº 1.593/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado do Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 424, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado do Goiás.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 27:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 317, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2002 (nº 1.614/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 971, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Adir Gentil.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 317, DE 2002**

(Nº 1.614/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 432, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 28:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 321, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2002 (nº 1.499/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 996, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 321, DE 2002**

(nº 1.499/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 210, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 29:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 359, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2002 (nº 1.409/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.005, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 359, DE 2002**

(Nº 1.409/00, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 324, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Fundação Luiz Ribeiro da Silva a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 30:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 412, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2002 (nº 1.388/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 412, DE 2002**

(nº 1.388/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a execução de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 117, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação Assistencial da Chapada (AAC) a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 31:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 421, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2002 (nº 1.550/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Para-

catu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.065, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 421, DE 2002**

(Nº 1.550/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 11 de junho de 2001, que outorga concessão à Fundação Comunitária e Educativa de Paracatu para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 32:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 82, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de 2000, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a Polícia do Senado Federal, tendo

Pareceres sob nºs 972 e 973, de 2002, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 3 a 6-CCJ, que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-Plen, com votos em separado, contrário

do Senador Roberto Freire, e favorável do Senador Sebastião Rocha; e

– da Comissão Diretora, Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, com a Emenda nº 7-CDir (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 20, quando teve sua apreciação transferida para esta data.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 677, DE 2002

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento da discussão do PRS/82/2000, que dispõe sobre a Polícia do Senado Federal, para que a matéria seja reexaminada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificação

A discussão da presente proposição, no âmbito da comissão técnico, suscitou inúmeras dúvidas e preocupações, entre outras pela permissão do porte de arma, pelos servidores no exercício de atividade típica de polícia, mesmo que isto ocorra com autorização expressa do Presidente da Casa. Ora, num momento em que a sociedade brasileira está empenhada no desarmamento, não nos parece próprio que o Congresso Nacional por meio de sua Câmara Alta, venha autorizar o uso de armas no recinto de uma de suas Casas. Lembremos que exatamente no período em que tal proibição não existia, o Senado Federal requentou as páginas polícias, quando alguns de seus integrantes propugnaram cenas de bang-bang em suas dependências, inclusive com vítimas fatais. É aconselhável um maior debate sobre a matéria.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2002. – **Eduardo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para retornar ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lindberg Cury. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Chico Sartori. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA. Pronuncia o seguinte o discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, inscrevi-me porque gostaria de falar nesta tarde, antes de iniciarmos a discussão da reforma do Judiciário e de sua votação.

Sei que foram solicitados destaques para 114 emendas, salvo melhor juízo. Recebi um documento – e creio que a maioria dos Senadores também –, a chamada Carta de Aracaju, da eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargadora Climenie Pontes, que passo a ler:

O Colégio Permanente de Presidente de Tribunais de Justiça do Brasil, reunido em Aracaju, Estado de Sergipe, nos dias 21 a 23 de novembro de 2002, vem a público:

reunidos em Aracaju, Estado de Sergipe, nos dias 21 e 23 de novembro de 2002, vem a público:

1 – afirmar a sua convicção de que é imprescindível e inadiável dar continuidade à votação, no Senado Federal, do projeto de Reforma do Poder Judiciário, ali em andamento, expressando sua confiança de que serão rejeitadas, por contrárias ao interesse público, as propostas de eleição direta para os órgãos de direção dos Tribunais Estaduais, de eleição de metade dos componentes do órgão especial e de extinção dos Tribunais de Alçada, esta representando indevida usurpação à iniciativa prevista aos Tribunais de Justiça.

Ainda na Carta de Aracaju, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores:

2 – aguardar, igualmente, a rejeição do dispositivo que torna obrigatória a realização dos concursos de ingresso para magistratura estadual por instituições externas ao Judiciário, com o significado inaceitável de desconfiança da seriedade e isenção dos Tribunais de Justiça, bem como o que busca deslocar para a Justiça Federal a competência para o julgamento dos crimes contra os direitos humanos.

A carta é assinada pelo Presidente da Comissão Executiva e por todos os Desembargadores e Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, fica aqui registrado, neste exato momento, a solicitação feita pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Da mesma forma, recebi da Associação dos Magistrados Brasileiros várias propostas no que se refere a esses destaques que serão apresentados e discutidos na próxima quarta-feira ponto a ponto, emenda por emenda, destaque por destaque.

No que se refere ao concurso para ingresso na magistratura, a Associação dos Magistrados Brasileiros defende a rejeição do texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que prevê a realização de concurso por órgão externo ao Poder Judiciário.

Faz a mesma relação do documento da Carta de Aracaju e traz, também, no seu bojo, no seu entendimento, a justificativa, dizendo que:

Estes destaques vão ao encontro da posição da magistratura brasileira, que é contrária à realização de concurso público para ingresso na magistratura, por entidade externa ao Poder Judiciário. Ademais, órgãos externos ao Poder Judiciário, por mais idôneos e capazes, jamais conseguirão aquilatar, com precisão, as reais necessidades a serem aferidas em concurso para ingresso na magistratura e, também, definir o perfil exigível para o bom desempenho na magistratura.

Faço, aqui, um breve comentário. A experiência mostra que não precisa ser contrário à forma de realizar o concurso. Hoje, todos os concursos públicos no Brasil normalmente são realizados por universidades, como no caso, aqui, em Brasília, a Universidade de Brasília. Entretanto as diretrizes, as regras, as normas do concurso são feitas pelo órgão ou ins-

tituição que o está realizando para contratação das pessoas habilitadas. Em momento algum deixa-se de contratar órgãos como as universidades federais – assim como no meu Estado, em que para o último concurso do Tribunal de Justiça foi contratada também a UnB para a sua realização. Porém, aquele concurso não foi feito de forma totalmente orientada pelas diretrizes, normas e regras do Tribunal. Assim, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, como outros no Brasil e até mesmo a própria Justiça Federal, aí incluindo o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, poderão, como é feito até hoje, continuar a realizar o concurso, contratando instituições idôneas que tenham estrutura administrativa, conhecimento, experiência e que estejam, eu poderia dizer, em estágio de excelência para realizar o concurso, o qual seria efetivado sob aspectos, normas e diretrizes que seriam dados pelo contratante do concurso – isso com relação ao concurso para ingresso na magistratura.

Ainda sobre a Associação dos Magistrados Brasileiros, quanto à eleição da metade do órgão especial. “A Associação dos Magistrados é contra todos os destaques que visem suprimir o inciso XI do art. 93, objeto da Emenda nº160,” aprovada também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem à frente o Senador Bernardo Cabral, que, inclusive, foi Relator da Reforma do Judiciário na mesma Comissão.

Sendo assim, ainda favorável à eleição da metade do órgão especial por todos os desembargadores.

Há, também, justificativa da Associação dos Magistrados no que se refere aos Tribunais com mais de 25 membros:

Pode ser constituído órgão especial, onde se concentram todas as atribuições jurisdicionais e administrativas, composto apenas por 11 a 25 membros, dentre os mais antigos. Com isso, os demais desembargadores estão impedidos de ter qualquer participação, sequer na escolha daqueles a quem serão conferidas todas as atribuições jurisdicionais e administrativas do Tribunal Pleno.

Portanto, a manutenção do dispositivo aprovado pela Câmara dos Deputados, bem como pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, oxigenará, pela via democrática da eleição e da participação, os órgãos que definem a política institucional e administrativa do Poder Judiciário.

rio. Preserva-se a antiguidade quanto à metade dos membros, mas permite-se aos demais a participação indireta no Órgão Especial pela eleição da outra metade, pelo que importante à democratização interna do Poder Judiciário.

Esse é o aspecto a que se refere o destaque com relação à eleição de metade do Órgão Especial.

Ainda há súmula impeditiva de recurso... Sr. Presidente, desculpe-me porque estou um pouco afônico, mas, assim mesmo, vou cumprir minha missão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – V. Ex^a engasgou-se. A Presidência também pede desculpas porque pensou que V. Ex^a havia concluído o discurso.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Realmente, esse assunto é muito polêmico e vai demandar muito tempo desta Casa. Tenho certeza de que a discussão dos 114 destaques com relação à Reforma do Judiciário vai tomar o tempo do Senado Federal até – com certeza – o recesso. Apenas teremos oportunidade de votar o Orçamento da União porque precisamos votá-lo e aprová-lo para podermos, realmente, entrar em recesso.

Ainda como proposta da Associação dos Magistrados Brasileiros: a Súmula Impeditiva de Recurso.

“A Associação dos Magistrados Brasileiros defende a criação da súmula impeditiva de recurso no lugar da súmula vinculante,” tão discutida, abordada e levada a sério por todas as instituições porque se debate que, com a súmula vinculante, vai haver rapidez, agilização do Poder Judiciário, tendo em vista que os julgamentos que já estão dentro de uma jurisprudência, de uma decisão maior da Justiça, serão vinculados a cada caso porventura ainda existente em alguma prévia, agenda ou pauta de julgamento do Poder Judiciário.

Portanto, a Associação dos Magistrados Brasileiros é contrária e defende a criação da súmula impeditiva de recurso no lugar da súmula vinculante. E justifica:

Os juízes de todo o Brasil têm plena consciência de que a repetição de ações versando matérias já pacificadas pela jurisprudência compromete a celeridade da prestação jurisdicional. O crescimento das demandas e dos recursos, entretanto, também pode ser interpretado, em sentido reverso, como uma maior demonstração de confiança do povo nas suas instituições, se-

gundo conclusão de pesquisa da Fundação Konrad Adenauer.

Isso significa dizer que a preocupação em enfrentar e resolver o citado problema, em um país como o nosso, cujas relações sociais acabaram sendo intensamente judicializadas, não deve produzir limitação aos direitos que a Constituição, em boa hora, veio assegurar aos brasileiros.

A Associação dos Magistrados Brasileiros insiste – e sou de opinião favorável – no sentido de que os recursos podem e devem ser utilizados no maior direito de ampla defesa dos prejudicados, que recorrem principalmente ao Poder Judiciário.

A Associação diz ainda que “a pretendida novidade, assim, engessará a jurisprudência e como consequência os advogados, os promotores e os juízes ficarão afastados do processo de criação e de adaptação do direito à realidade social do país”.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Concedo um aparte a V. Ex^a com satisfação e muita honra, Senador José Fogaça, do Rio Grande do Sul, por tratar-se inclusive de um **expert** no assunto da Reforma do Judiciário.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Obrigado, Senador Luiz Otávio, pelo aparte e pelo elogio. Não sou **expert**; somente estou tentando ajudar o Senador Bernardo Cabral no trabalho brilhante que vem realizando e conduzindo na Reforma do Poder Judiciário. A intenção do aparte é apenas a de cumprimentar V. Ex^a, porque é a primeira voz que se manifesta da tribuna a favor da súmula impeditiva de recurso. Como sou o autor da emenda – estou lutando por essa tese há muito tempo –, sinto-me num momento de grande regozijo por ver V. Ex^a se aliando na luta em defesa desse novo instituto procedimental da Justiça, a chamada súmula impeditiva de recurso. Já temos aprovada no texto a chamada súmula vinculante, que obriga os magistrados, em primeira instância e nos tribunais inferiores, a denegar qualquer ação ou arguição de inconstitucionalidade que incida sobre matéria já decidida em súmula vinculante. Ou seja, a súmula vinculante tem o poder de realmente vincular todas as decisões a respeito da matéria nela exposta.

Mas a súmula vinculante, a par de diminuir o número de recursos ao Supremo Tribunal Federal – e eu devo reconhecer que hoje esse número é realmente muito grande e traz prejuízo à celeridade da Justiça, à

sua eficácia, porque justiça que tarda pode não ser justiça —, a par de reconhecer que é preciso reduzir esse volume de demandas que chegam ao Supremo, é preciso também reconhecer que não se pode anular a figura do juiz individual. Esse juiz não pode perder o seu poder de criar, o seu poder de gerar novos padrões, novas culturas, novas formas de interpretação do Direito. E dar a oportunidade a esse juiz para, eventualmente, em determinadas condições históricas novas, em determinado momento sociologicamente novo, vir a discordar da súmula impeditiva e produzir matéria nova. Na verdade, com a súmula impeditiva de recurso, em 95% dos casos, o juiz vai corroborar aquilo que está decidido na súmula, vai decidir conforme a súmula impeditiva de recurso. Portanto, vai haver um corte drástico, um corte enorme no número de causas que vão bater no Supremo Tribunal Federal. A súmula vinculante tem esse efeito positivo de reduzir esse volume de trabalho que muitas vezes é trabalho inútil porque repetitivo, trabalho desnecessário porque repetitivo. Mas ao tempo em que reduz o trabalho do Tribunal, ela também reduz, de maneira perigosa, a independência do juiz, a independência do magistrado, a autonomia e o poder do juiz individual como alguém que atua em nome da Justiça, em nome do Poder que ele representa e que ele incorpora na sua atividade. Nós vamos ter, portanto, uma súmula impeditiva de recurso que poderá, conforme o caso concreto, ser adotada ou não pelo magistrado, pelo juiz individual, pelo juiz de primeira instância. Obviamente que na grande maioria dos casos o juiz vai seguir a súmula impeditiva e vai declarar que o demandante não poderá recorrer aos tribunais superiores. Em alguns casos — e serão casos excepcionais — em que esse juiz tenha feito um grande estudo, um aprofundado e criterioso estudo com base em novas realidades sociais, com base possivelmente até em algumas mudanças que possam ter ocorrido na própria Constituição, ter alterado um pouco o espírito interpretativo da Constituição, esse juiz poderá então não seguir a súmula impeditiva e conceder a arguição de inconstitucionalidade feita pelo demandante da ação. Com isso o seu recurso vai subir, é verdade, mas vai trazer um debate novo, vai trazer argumentos novos. Ficará ridículo para o juiz individual repetir sempre os mesmos argumentos se forem depois recusados no Supremo Tribunal Federal. Só quem tiver argumentos ricos do ponto de vista intelectual e jurídico, argumentos sólidos do ponto de vista da sua fundamentação normativa é que não vai seguir, não vai adotar a súmula impeditiva de recurso, o que significa que, na grande maioria dos casos, os juízes vão

adotar a súmula impeditiva. Isso me dá a certeza de que o trabalho do Supremo Tribunal Federal será intensamente aliviado, intensamente reduzido, drasticamente diminuído; portanto, não haverá aqueles milhares de casos incidindo sobre a mesma ação, sobre a mesma matéria, como hoje ocorre. Essa súmula garante dois elementos positivos: de um lado, diminui o volume de demandas ao Supremo e, de outro lado, assegura a independência do juiz individual. A súmula impeditiva é um grande achado, é uma idéia brilhante, produto de pesquisa de magistrados do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que eu, com grande satisfação e até com muito orgulho, adotei e apresentei como emenda na Reforma do Judiciário. Agora V. Ex^a, Senador Luiz Otávio, profere uma palavra favorável a esta matéria. O apoio de V. Ex^a reforça muito a posição que poderá ser vitoriosa quando apreciarmos a proposição no próximo dia 4. Obrigado, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB — PA) — Eu que lhe agradeço a participação, Senador José Fogaça e incluo no meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a.

Ainda com relação à reforma do Poder Judiciário, tenho certeza de que, se eu tivesse tido a oportunidade de usar da tribuna antes do adiamento da votação dos destaques, que seria iniciada hoje, com certeza, teríamos tido uma oportunidade bem maior. Mesmo adiando para a próxima quarta-feira, dia 4 de dezembro, nós teríamos tido a oportunidade de aqui estabelecer um debate sobre todos esses temas tão importantes para o nosso País.

Em relação aos crimes contra os direitos humanos, a Associação dos Magistrados Brasileiros propõe às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a rejeição da Emenda nº 167, aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, defende a aprovação do Destaque nº 617 ou dos Destaques nºs 618, 619, 620 e 621; todos com o mesmo teor.

A justificação diz:

A magistratura brasileira fechou questão contra a federalização da competência para o julgamento dos crimes abrangidos por tratados internacionais de direitos humanos dos quais o país seja parte.

A Justiça Federal não possui juízes em todas as comarcas do País, o que contribuiria para maior demora no julgamento dos processos a ela dirigidos por força do pretendido deslocamento de competência. Enquanto isso, a Justiça estadual mantém

enorme capilaridade em todo o território nacional, tanto que assumiu, com reconhecida eficiência, a função eleitoral, que é de natureza tipicamente federal. Demandas judiciais levadas a juízes federais distantes do local dos fatos acarretariam necessariamente a produção de provas, por cartas precatórias, pela Justiça Estadual.

A proposta consubstanciada nos dispositivos acima não conta com a aprovação da magistratura principalmente porque prevê que a suscitação de incidente de deslocamento da competência da Justiça dos Estados para a Justiça Federal fique entregue à conveniência do Poder Executivo, por meio do Procurador-Geral da República, o órgão incumbido de executar suas políticas, nesse campo.

A referida proposta gera, também, insegurança jurídica. Ao suscitar o incidente, o Procurador-Geral enseja a avocação da causa deduzida pelo Promotor de Justiça originário e agride o princípio-garantia do juízo natural, considerado cláusula pétrea, insuscetível de alteração pelo Poder Constituinte derivado.

Esse, portanto, é o destaque que se refere a crimes contra os direitos humanos.

Com relação à eleição direta para os Tribunais, a Associação dos Magistrados Brasileiros defende a eleição para seus órgãos diretivos. Portanto, propõe a aprovação do Destaque de Plenário nº 608 ou os Destaques nºs 609 e 610, que têm os mesmos objetivos.

Na sua justificação, diz:

Desde o final do Estado Novo, todas as Constituições outorgaram autonomia aos Tribunais para a eleição dos seus cargos diretivos, consagrando o princípio do autogoverno da magistratura.

No entanto, com a consolidação do Estado Democrático de Direito, é preciso garantir aos juízes o direito de eleger diretamente os administradores de seus respectivos Tribunais, garantindo-lhes participação mais efetiva nos rumos da Magistratura.

Não fora por esses aspectos, que, por si, já justificariam a aprovação dos destaques supracitados, há, ainda, o que diz com o objetivo da maior democratização interna do Poder Judiciário, recla-

mado por toda magistratura e pela sociedade brasileira como um todo.

Outro destaque diz respeito à aposentadoria compulsória, matéria que foi discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no que se refere à elevação da idade da aposentadoria compulsória, de 70 para 75 anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador Luiz Otávio, a Mesa pede a compreensão de V. Ex^a. Há, ainda, dois oradores e a Senadora Marina Silva vai pedir a palavra como Líder.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, sinceramente, vou atender à solicitação de V. Ex^a, mas eu gostaria de registrar que não usei ainda nem os meus 20 minutos, e, após a Ordem do Dia, temos direito de usar da tribuna durante 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa está pedindo a compreensão de V. Ex^a, porque senão o tempo da sessão vai se esgotar.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Ah, então, como 1º Secretário e também como meu amigo pessoal, Senador Carlos Wilson, vou atender V. Ex^a, mas deixo aqui frisado que isso já ocorreu em outras oportunidades e quem arguiu o seu direito com base no Regimento Interno da Casa permaneceu na tribuna. Esse não é o meu caso, pois darei como lido o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a apenas mais um minuto para registrar o título dos destaques: Quarentena para exercer a advocacia; Quarentena para ingresso no Supremo Tribunal Federal; Composição dos TREs; Extinção dos Tribunais de Alçada; e, finalmente, Aposentadoria Compulsória, tema de que eu falava.

Solicito a V. Ex^a que seja dado como lido o meu pronunciamento, até porque a futura Ministra Marina Silva deve ter algo muito importante a dizer nesta tarde.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

Concurso para ingresso na magistratura

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, defende a rejeição do texto aprovado na CCJR (inciso I do art. 93), que prevê a realização de concurso por órgão externo ao Poder Judiciário, bem como a intervenção do Ministério Público. Ou seja, defende a aprovação do destaque de Plenário nº 606, ou os destaques: 631, 632, 633, 666 ou 667.

JUSTIFICAÇÃO

Estes destaques vão ao encontro à posição da magistratura brasileira, que é contrária a realização de concurso público para ingresso na magistratura, por entidade externa ao Poder Judiciário. A proposta fere a autonomia administrativa do Poder e o põe em situação de desnível em relação ao Ministério Público, ao Executivo e ao Legislativo na medida em que, em relação a eles, não há exigência semelhante.

O salutar objetivo de controle da legalidade dos atos administrativos já será realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme se depreende do artigo 92, § 1º, do texto aprovado pela CCJ do Senado.

Se o objetivo da proposta deflui de fatos isolados porventura ocorridos e superados, cabe salientar que alguns tribunais, por conveniência administrativa, já realizaram e continuam a realizar alguns concursos no âmbito do Judiciário por entidades externas ao Poder, não se justificando a pretendida obrigatoriedade contida na proposta.

Ademais, órgãos externos ao Poder Judiciário, por mais idôneos e capazes, jamais conseguirão aquilatar, com precisão, as reais necessidades a serem aferidas em concurso para ingresso na magistratura e, também, definir o perfil exigível para o bom desempenho na magistratura.

A instituição de regra de concurso público por empresa ou órgão público externo não é, por si só, garantia de isenção e de idoneidade. Ademais, no sistema atual os concursos são fiscalizados pela OAB, que participa de todas as suas fases, singularidade que dispensa a tentativa de legitimar a intervenção do Ministério Público.

Quanto à exigência de experiência forense por cinco anos na advocacia, entendemos como um período excessivamente longo, pois o mesmo é mais do que suficiente para um profissional adquirir estabilidade em outro ramo da atividade jurídica, o que certamente afastará do concurso os profissionais mais qualificados, restando para a magistratura aquela parcela que não se consolidou profissionalmente mesmo passados mais de cinco anos como bacharéis em direito.

Por isso, entendemos que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados (objeto dos destaques supracitados) é mais vantajoso, por ensejar, em tempo menor (3 anos), a consolidação das experiências necessárias ao exercício da magistratura.

Eleição da metade do Órgão Especial

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, é contra todos os destaques que visem suprimir o inciso XI do art. 93, objeto da emenda 160, aprovada na CCJR, sendo assim, favorável à eleição da metade do órgão especial por todos os Desembargadores.

JUSTIFICAÇÃO

Nos Tribunais com mais de 25 membros pode ser constituído Órgão Especial, onde se concentram todas as atribuições jurisdicionais e administrativas, composto apenas por 11 a 25 membros, dentre os mais antigos. Com isso, os demais Desembargadores estão impedidos de ter qualquer participação, sequer na escolha daqueles a quem serão conferidas todas as atribuições jurisdicionais e administrativas do Tribunal Pleno.

A proposta representa solução de compromisso. Ao mesmo tempo que preserva o princípio da antigüidade, escolhendo-se por este critério metade dos integrantes do Órgão Especial, democratiza sua escolha, prevendo a eleição pelo Tribunal Pleno da outra metade do Órgão Especial, permitindo, assim, aos integrantes dos Tribunais hoje excluídos de qualquer participação no processo também eleger a metade dos integrantes do Órgão Especial, que naquele poderão representá-los.

A manutenção do dispositivo aprovado pela Câmara dos Deputados, bem como, pela CCJR do Senado, oxigenará, pela via democrática da eleição e da participação, os órgãos que definem a política institucional e administrativa do Poder Judiciário. Preserva-se a antigüidade quanto à metade dos membros, mas permite-se aos demais a participação indireta no Órgão Especial pela eleição da outra metade, pelo que importante à democratização interna do Poder Judiciário.

Eleição direta para os Tribunais

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, defende a eleição direta para seus órgãos diretivos. Portanto, propõe a aprovação do destaque de Plenário nº 608, ou os destaques nº 609 e 610, que tem o mesmo objetivo.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o final do Estado Novo, todas as Constituições outorgaram autonomia aos Tribunais para a eleição de seus cargos diretivos, consagrando o princípio do autogoverno da magistratura (Pinto Ferreira).

No entanto, com a consolidação do Estado Democrático de Direito, é preciso garantir aos juízes o direito de eleger diretamente os administradores de seus respectivos Tribunais, garantido-lhes participação mais efetiva nos rumos da Magistratura.

A Magistratura Nacional está consciente de suas responsabilidades administrativas. A participação dos Juizes de primeiro grau na escolha dos Presidentes e Vice-Presidentes é de fundamental importância, em razão do contato que têm com as partes e seus patronos, de conhecer e compreender não apenas os anseios da comunidade destinatária de seu trabalho, mas em especial a eficácia ou necessidade de providências e atos da alta administração do Poder Judiciário, no sentido de atingir as metas por eles propostas.

No Ministério Público estadual, o Promotor de Justiça participa do processo de escolha do chefe da instituição, ou seja, do Procurador-Geral de Justiça do Estado, assim como da composição do Conselho Superior daquele órgão, cujas atribuições são de extrema importância para a carreira de seus membros. É o Conselho Superior quem promove e remove os promotores de justiça; prepara e realiza os concursos da instituição; instaura e julga, em processos administrativos, as denúncias inculcadas à seus membros, etc.

Não fora por esses aspectos, que, por si, já justificariam a aprovação dos destaques supracitados, há, ainda, o que diz com o objetivo da maior democratização interna do Poder Judiciário, reclamado por toda a magistratura e pela sociedade brasileira como um todo.

Súmula Impeditiva de Recurso

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, defende a criação da súmula impeditiva de recurso no lugar da súmula vinculante. Portanto, requer-se a aprovação dos destaques de Plenário nº 614 ou 615.

JUSTIFICAÇÃO

Os juízes de todo Brasil têm plena consciência de que a repetição de ações versando matérias já pacificadas pela jurisprudência compromete a celeridade da prestação jurisdicional. O crescimento das demandas e dos recursos, entretanto, também pode ser interpretado, em sentido reverso, como uma maior demonstração de confiança do povo nas suas instituições, segundo conclusão de pesquisa da Fundação Konrad Adenauer.

Isso significa dizer que a preocupação em enfrentar e resolver o citado problema, em um país como o nosso, cujas relações sociais acabaram sendo intensamente judicializadas, não deve produzir limitação aos direitos que a Constituição, em boa hora, veio a assegurar aos brasileiros.

O acesso à Justiça é uma manifestação eloqüente do Estado de Direito Democrático. A Justiça, com efeito, presta *serviço público relevante* e, por isso, afirmar que a solução dos problemas do Judiciário passa pela *sumária redução do número de processos ou de recursos* permite afirmar também que os problemas da saúde pública no Brasil passa pela redução do número de consultas ou de internamentos hospitalares, por exemplo.

A proposta de criação da *súmula vinculante*, para enfrentamento do problema, trará como primeira consequência a maior erosão de poder do Parlamento brasileiro: os Ministros dos Tribunais Superiores serão transformados em *legisladores*, com poder de aplicar seus enunciados sumulares até mesmo retroativamente ...

Ela ainda *centralizará as decisões nas cúpulas do Poder Judiciário*, eliminando, na prática, a *garantia da independência funcional da magistratura*: os juízes acabarão transformados em meros cumpridores de ordens, exatamente como Napoleão advogava para a magistratura francesa...

A pretendida novidade, assim, *engessar a jurisprudência* e como consequência os advogados, os promotores e os juizes ficarão afastados do processo de criação e de adaptação do direito à realidade social do país.

Não sendo insensíveis aos reclamos dos órgãos superiores da justiça brasileira, cada vez mais asoberbados de processos, em face do vigente sistema recursal, os juízes entendem, todavia, que os objetivos preconizados pela proposta de adoção da *súmula vinculante* podem ser perfeitamente alcançados por outra via, *sem a presença de nenhum dos traumáticos inconvenientes, antes apontados*.

Para tanto, bastará que os senhores parlamentares decidam escrever no texto na Reforma Constitucional relativa ao Poder Judiciário dispondo que *nenhum recurso poderá ser admitido ou endereçado ao STF, ao STJ e ao TST, sempre que a decisão do órgão jurisdicional de hierarquia inferior refletir o entendimento da jurisprudência desses tribunais*.

Quer dizer: se entre o juiz da causa, o tribunal de apelação e o tribunal superior (STF, STJ ou TST) houver *uniformidade de entendimento jurídico em torno da questão proposta e decidida*, não haverá, efetivamente, qualquer razão lógica, ética ou jurídica que justifique a necessidade de *novo pronunciamento* nesses tribunais.

O entendimento uniforme das instâncias judiciais deve atuar, por conseguinte, como um *fator capaz de impedir a admissibilidade e o julgamento de recursos*, **sem que isso gere a necessidade do juiz ou tribunal de jurisdição inferior de editar uma *súmula correspondente* como a denominação (*súmula impeditiva de recurso*) possa eventualmente sugerir**.

É certo que a solução alvitrada permitirá que qualquer cidadão ingresse com a ação em juízo.

Convém lembrar que a proposta de súmula vinculante também não terá a força de evitar o aforamento de novas demandas, mesmo contendo pretensões contrárias à súmula. Como todos sabem, por ser a ação um direito subjetivo público, a parte tem o direito que o Judiciário emita um pronunciamento, mesmo para declará-la privada do direito que alega ter.

São essas, dentre outras, as razões da magistratura brasileira para pleitear a aprovação da proposta de *súmula impeditiva de recursos* em lugar da *súmula vinculante*.

Com ela alcançar-se-á a redução do volume de processos e de recursos nos Tribunais Superiores, manter-se-á o pluralismo jurídico, a independência da magistratura e a fecunda participação de todos os atores judiciais (advogados, promotores e juizes) no processo de criação e de ajustamento do direito às realidades das diversas regiões do país.

Crimes contra Direitos Humanos

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, propõe aos senadores a rejeição da emenda 167 aprovada na CCJR. Portanto, defende a aprovação do destaque 617 ou os destaques 618, 619, 620 e 621, todos de mesmo teor.

JUSTIFICAÇÃO

A magistratura brasileira fechou questão contra a federalização da competência para julgamento dos crimes abrangidos por tratados internacionais de direitos humanos, dos quais o país seja parte.

A Justiça Federal não possui juizes em todas as comarcas do País, o que contribuiria para maior demora no julgamento dos processos a ela dirigidos por força do pretendido deslocamento de competência. Enquanto isso, a Justiça estadual mantém enorme capilaridade em todo o território nacional, tanto que assumiu, com reconhecida eficiência, a função eleitoral que é de natureza tipicamente federal. Demandas judiciais levadas a juizes federais distantes do local dos fatos acarretariam necessariamente a produção de provas, por cartas precatórias, pela Justiça Estadual.

A proposta consubstanciada nos dispositivos acima não conta com a aprovação da magistratura principalmente porque prevê que a suscitação de incidente de deslocamento da competência da justiça dos estados para a justiça federal fique entregue à conveniência do Poder Executivo, por meio do Procurador-Geral da República, o órgão incumbido de executar suas políticas, nesse campo.

Ora, pouca coisa é mais nefasta para o regime democrático do que se deixar ao arbítrio de alguém ou de alguma entidade – certamente com interesse jurídico, econômico, político, ou qualquer outro sobre determinada demanda judicial – o poder de provocar, concretamente, caso a caso, a fixação de competência de determinado juiz ou tribunal para julgar tal ou qual litígio judicial.

Já se conheceu tal prática em alguns países, mas invariavelmente em época de ditadura.

A referida proposta gera, também, insegurança jurídica. Ao suscitar o incidente, o Procurador-Geral enseja a avocação da causa deduzida pelo Promotor de Justiça originário e agride ao princípio-garantia do juízo natural, considerado cláusula pétrea, insuscetível de alteração pelo poder constituinte derivado.

A agravar ainda mais o problema, salienta-se que o texto aprovado para o inciso V-A é norma de impossível concreção, eis que não especifica as causas relativas a direitos humanos e, ainda, não faz remissão à lei ordinária para essa especificação. Com efeito, ao referir-se aos “direitos humanos” a norma nada especifica, rompendo com a melhor tradição democrática de nossas cartas constitucionais, acerca do princípio da legalidade dos crimes e das penas.

Essa imprecisão da norma levará, por outro lado, a uma sucessão infindável de conflitos de competência a abarrotar os tribunais superiores com procedimentos para dirimir disputas a respeito de qual juízo deverá apreciar qual matéria.

Isso sem considerar que os jurisdicionados sequer saberão, previamente, acerca do juízo onde serão julgados, se estadual ou federal, pois tudo ficará na dependência da vontade do Procurador.

O mesmo pode-se dizer quanto ao § 5º do mesmo artigo, eis que ao aludir à “grave violação de direitos humanos” deixa em aberto a compreensão do que venha a ser considerado como crime nessa órbita, em ofensa aos princípios universalmente aceitos da legalidade e da taxatividade dos crimes em tipos explícitos.

Essas são, dentre outras, as principais razões da magistratura brasileira para a rejeição dos dispositivos objeto dos destaques 617 a 621.

Aposentadoria Compulsória

A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, é contra a elevação da idade de aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos para os servidores públicos. Portanto, defende a rejeição dos destaques de Plenário nº 646, 647 e 648.

JUSTIFICAÇÃO

A AMB é contra a alteração da idade, primeiro porque a proposta é objeto estranho à Reforma do Poder Judiciário.

Em segundo lugar, porque, proposta de mesmo teor já foi rejeitada em 2000 pela Câmara dos Deputados, quando da votação desta PEC por aquela Casa, e pelo Senado, no primeiro semestre de 2001, bem como pela CCJR na votação das Emendas de Plenário em 30/11 do corrente.

Entendem os juízes de todo o Brasil que essas deliberações bem refletiram o interesse público, eis que a sociedade brasileira enfrenta período de acentuada transição, necessitando tanto o Poder Judiciário quanto o MP de um maior dinamismo no processo de criação do direito.

A renovação dos quadros em todas as carreiras públicas, nomeadamente no âmbito do Poder Judiciário, do MP e outros órgãos públicos, é condição fundamental para a incessante atualização da jurisprudência e sua adequação às demandas sociais contemporâneas, bem como para a viabilização de novas práticas político-administrativas.

A renovação dos quadros integra a pauta de luta da magistratura com vistas à maior democratização interna dessas Instituições e a eliminação do nepotismo.

É importante salientar também, que no atual cenário, em transformação, a renovação dos quadros e de idéias, contribuirá para estimular a adoção de novas condutas administrativas, inclusive contra o nepotismo.

Extinção dos Tribunais de Alçada

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, defende a manutenção no texto do relator, da Emenda de Plenário nº 147 já aprovada na CCJR, que propõe a fusão dos Tribunais.

JUSTIFICAÇÃO

A fusão dos Tribunais já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados (art. 41 da PEC 29/2000).

Seu restabelecimento, reclamado pela maciça maioria de magistrados, trará como vantagens: a) a economia orçamentária com a reorganização administrativa dos cargos e funções; b) a celeridade processual, pela eliminação das reiteradas dúvidas de competência e c) a especialização dos juízes, mediante classificação em Câmaras com competências específicas.

A centralização da atividade recursal em um único órgão não impedirá, sempre que isso for considerado como conveniente ou necessário, pelo Tribunal de Justiça, conforme foi aprovado pela CCJ do Senado (art. 125, § 6º), a criação de Câmaras Regionais para distribuição descentralizada da Justiça.

Experiências recentes de unificação foram exitosas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, comprovando que a duplicidade de tribunais com competência recursal, no mesmo Estado, já não mais é necessária.

Quarentena para ingresso no STF

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, defende a manutenção no texto do relator, da Emenda 81 - CCJ (citada no destaque nº 579).

JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas nomeações de ministros do STF, sobretudo naquelas mais recentes, cresce o tom da crítica social a respeito dos critérios de escolha de tão elevadas autoridades judiciárias. Questiona-se o grau de aproximação política de alguns nomeados com o Presidente da República (que indica seus nomes ao Senado Federal) e, em consequência, aproximação com atos de governo que poderão estar, logo a seguir, submetidos a julgamento, no plano da constitucionalidade, pelo próprio STF.

Tal situação é perniciosa sobretudo para o próprio Supremo Tribunal Federal, já que se deve preservar, além da isenção absoluta de seus ministros, por certo também sua imagem pública.

O instituto da quarentena constante do texto do Relator é um excelente mecanismo para preservar-se o Supremo Tribunal Federal - e os próprios ministros nomeados - de crescentes críticas a respeito de tal sistema de provimento das vagas da Suprema Corte.

Quarentena para exercer advocacia

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, defende a aprovação dos destaques de Plenário nº 582, 643 ou 657, que suprimem a chamada quarentena para o exercício da advocacia por ex-juizes.

JUSTIFICAÇÃO

O imediato ingresso do juiz na advocacia logo após deixar o cargo pode implicar privilégio pessoal, em detrimento dos demais advogados. Contudo, o estabelecimento de restrição ilimitada de prazo longo significa o inevitável afastamento do profissional, lançando-o no ostracismo, não permitindo que ele volte a trabalhar, contribuindo com seu conhecimento e experiência para o enriquecimento da cultura jurídica nacional. Assim, o destaque supressivo não tem cunho meramente corporativo, como pode parecer para alguns, porque consulta ao interesse público manter o cidadão/juiz ativo após aposentadoria.

Ademais, o texto, tal como proposto na CCJ/Senado, implica odiosa discriminação ao juiz aposentado, pois só em relação a este é que prevalece a restrição ilimitada. Embora o conteúdo ético, reconhecido na idéia, o “remédio” não pode ser demasiado a ponto de prejudicar a sociedade. Daí por que o texto da Câmara, por seu equilíbrio, merece ser restaurado. Ao mesmo tempo que veda a atuação do profissional/juiz como advogado no âmbito do juízo ou tribunal no qual jurisdicionava e, portanto, poderia exercer a influência indesejada; não lhe tolhe, de forma absoluta e ilimitada, a possibilidade de seguir trabalhando no campo do direito, sendo útil à coletividade. Tanto procede o pleito que foram propostas três emendas no Plenário desta Casa, objeto dos supracitados destaques, todas tendo como objeto reparar a discriminação atacada

Composição dos TREs

A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, é contra a alteração do art. 120 da Constituição Federal, acompanhando o texto do relator. Portanto, contra a Emenda de Plenário nº 141.

JUSTIFICAÇÃO

As recentes eleições gerais no Brasil demonstraram de forma definitiva que o sistema eleitoral brasileiro é exemplar: várias eleições em um mesmo dia, resultados confiáveis em tempo brevíssimo, poucas reclamações, inovações criativas como a urna eletrônica. Enfim, um sistema que dá certo.

Por que a pretendida mudança?

Não há qualquer sentido na mudança da composição dos tribunais eleitorais, sobretudo com aumento do número de juízes federais, quando a totalidade da malha judiciária de primeiro grau é composta de juízes estaduais.

Não se observa sequer uma razão prática, política ou de qualquer outra natureza a justificar minimamente a proposta. Transparece, assim, que é o interesse corporativo – e não o interesse público – que sustenta a proposta, bem tendo feito a CCJR em rejeitá-la.

Brasília, 25 de novembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa agradece a compreensão de V. Ex^a, que demonstra seu espírito democrático ao permitir que seus companheiros e companheiras também possam usar da palavra.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, como Líder.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um breve registro. O pesquisador João Bosco Bonfim realizou um trabalho muito significativo no que concerne às ações e denúncias referentes à exclusão social e à pobreza.

No dia 28, às 19 horas e 30 minutos, no Centro Cultural de Brasília, ele lançará o livro **A Fome que não Sai no Jornal**, título até muito parecido com a música de Chico Buarque que diz: “a nossa dor não sai no jornal”.

A ação dos Parlamentares se pauta, em muitos momentos, por aquelas informações que saem na mídia. Temos a obrigação de acompanhá-la para estarmos sempre atualizados e sabemos que em muitos momentos importantes da vida do País os meios de comunicação têm abordado assuntos relevantes para a sociedade.

Eu própria tive a experiência, no período em que trabalhamos na Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza, de verificar a importância dada pela grande imprensa às várias propostas que surgiram naquela Comissão, inclusive a que já havia sido apresentada a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O pesquisador alerta para o fato de que, embora exista essa grande quantidade de informações, nem sempre elas se traduzem em ações concretas de combate à fome e de soluções para que as pessoas possam melhorar sua condição de vida.

Evidentemente, esse não é o papel da imprensa, mas precisamos estar sempre atentos para o fato de que não podemos nos conformar com essa situação nem tratar como normais as várias e terríveis notícias que recebemos a todo momento acerca de casos de extrema pobreza e de miséria no mundo inteiro. No Brasil, há 53 milhões de pessoas pobres e, no Planeta, existem dois bilhões de seres humanos vivendo abaixo da linha da pobreza.

Então, na verdade, faz-se esse alerta de que devemos estar sempre voltados para as ações que,

tendo em vista a **praxis** do nosso cotidiano – quer na política, quer no Executivo – possam levar a cabo ações que possam diminuir o sofrimento humano naquilo que é radicalmente legítimo, que é a sua necessidade de sobrevivência. Então, quero apenas dar relevo aqui para o lançamento do livro **A Fome que não Sai no Jornal**, dizendo que se trata de um documento, até mesmo, de pesquisa de todas as informações, pela forma como essas informações são tratadas e, que muitas vezes, já não conseguem sequer mais se traduzir em indignação ou em ação concreta por parte daqueles que assistem o tempo todo a tais fatos.

Então, num momento em que se está discutindo uma proposta ousada de combate à fome, que é o Programa Fome Zero, do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o lançamento de um livro como esse vem nos ajudar, da mesma forma como nos ajudou o livro apresentado pelo ex-Governador Cristovam Buarque, **A Segunda Abolição**. Considero ambos trabalhos relevantes e, portanto, deveremos estar muito atentos para o fato de que, neste momento, a sociedade brasileira se mobiliza, as instituições públicas estarão se mobilizando, as instituições de pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas, o Ipea, as entidades que lidam com a questão da fome, da pobreza, todas estarão se mobilizando. E o mais importante é que possamos estar fazendo esse esforço de combate à fome, essa busca de fazer com que em nosso País a fome seja zero, considerando todo esse acúmulo dos que já estão fazendo e dos que iniciaram essa jornada de forma muito exitosa, como foi o caso do nosso saudoso Betinho e daqueles que se dispõem, pelo trabalho acadêmico, a nos oferecer contribuições, como a que será lançada, no dia 28, às 19 horas e 30 minutos, no Centro Cultural de Brasília.

Eu gostaria apenas de fazer este registro, porque considero muito importante que num momento como este todos possam se sentir parte do problema e parte da solução. Parte das equações são colocadas no sentido do combate à fome e da falta de oportunidade de vida digna para as pessoas, mas também precisamos dar as respostas.

E é nesse sentido que quero aqui encaixar o trabalho feito pelo pesquisador que lança o livro, ao qual acabo de fazer a referência.

Muito obrigada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro e pedir a transcrição de um documento.

Há alguns dias, o Jornal **Folha de S.Paulo** publicou uma matéria intitulada "Licitação da Petrobras favorece Estrangeiro". Tal matéria dizia que a Petrobrás iria comprar algumas plataformas, exigindo um aço que não teria no Brasil, mas apenas na Noruega.

Com essas informações, procurei me certificar. Nesse caso, solicitei à Petrobras uma resposta sobre essa questão. Recebi, então, uma correspondência da Petrobras que esclarece todos os pontos. Quanto a essa questão específica do aço, a Petrobras esclarece que o aço NV-40 ainda não é produzido no Brasil, apenas porque ainda não houve demanda para tal. A Petrobras ressalta que fez contato com a Usiminas, no início do ano, e verificou que a Usimi-

nas tem perfeitas condições de fabricar o aço NV-40 a curto prazo. A única condição necessária seria a certificação do processo, que é uma ação simples. Vale registrar ainda que esse tipo de aço não é fabricado apenas na Noruega, mas em vários países, sem maior complexidade.

Além disso, a Petrobras esclarece a questão dos eletrodos e também do treinamento de soldados. Não vou me ater a detalhes, mas gostaria de registrar a lisura e a seriedade com que a Petrobras vem tratando a questão, agradecer o envio dos esclarecimentos e pedir a transcrição do ofício encaminhado em sua forma integral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Brasília, 21 de Novembro de 2002.

Prezado Senador,

Com relação à notícia veiculada no Jornal Folha de São Paulo de 18/11/02 com título "Licitação da Petrobras favorece estrangeiro", cumpre-nos informar que:

- 1) o aço utilizado na maior parte das estruturas dos cascos tem a especificação NV-40 (ou 420 megapascal).

Correto. O aço NV-40 é adotado na estrutura principal da P-51 e da P-52. É um aço de maior de resistência, o que se traduz em ganhos significativos no peso final da unidade. A prática de usar aços de maior resistência é usual em projetos similares de semi-submersíveis, onde a relação entre fluabilidade e peso é essencial.

2) o aço NV-40 não é produzido no país e é feito apenas na Noruega (país-sede da Aker), na Alemanha e na Inglaterra.

O aço NV-40 ainda não é produzido no Brasil apenas por que ainda não houve demanda para tal. Fizemos contatos com a Usiminas (CENPES, Engenharia e DNV), no início deste ano e verificamos que eles têm perfeitas condições de fabricar o aço NV-40, em curto prazo. A única condição necessária é serem certificados, o que é um processo simples, tendo em vista que já são certificados para o NV-36. Estas informações foram confirmadas recentemente pela Usiminas, que ratificou sua capacidade para fabricar chapas de aço NV-40. Este aço é fabricado em todo o mundo, não apenas naqueles países citados.

3) o concorrente nacional terá que importar os eletrodos (solda).

Quanto aos eletrodos, este tipo de obra contempla processos de soldagem do tipo manual, semi-automáticos e automáticos, já comumente empregados pela indústria nacional, tais como: eletrodo revestido, arame tubular e arco-submerso. Existem fabricantes brasileiros que podem fornecer estes consumíveis. Caso seja necessária a importação de eletrodo especial, este requisito se aplicará para ambos os aços (NV36 e NV40).

4) treinar especialmente soldadores para trabalhar com essas especificações, tornando, necessariamente, suas propostas mais caras.

O treinamento de soldadores para uma obra de vulto como a P-51 e P-52 é atividade rotineira do estaleiro para qualificá-los como também dos procedimentos de soldagem conforme boa prática da indústria. Essa qualificação é a mesma para soldagem de aço NV36 e NV40. Portanto, consideramos que não há nenhuma desvantagem para o mercado nacional.

Vale ressaltar que a licitação está na fase de esclarecimentos técnicos e gerenciais e até o momento nenhum questionamento neste sentido foi feito por nenhum dos licitantes. Esta fase da licitação tem a finalidade de interagir com os proponentes, esclarecer questões técnicas e contratuais. Quaisquer sugestões de proponentes que venham a melhorar a competitividade do processo e/ou a qualidade do produto são encorajadas e bem-vindas nesta fase da licitação para a análise pela Petrobras.

Atenciosamente,

João Leal Neto
Gerente do Escritório da Petrobras em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra, seguindo a relação dos inscritos, ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

O SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também ao Senador Eduardo Suplicy. Serei breve e objetivo. Tenho dois registros a fazer, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

O primeiro diz respeito a uma proposta de emenda constitucional que tramita na Casa que considero de relevante importância e que vai ao encontro do que abordou, nesta tarde, a Senadora Marina Silva: a questão da fome no nosso País.

Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional nº 21, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o art. 6º, da Constituição Federal, para incluir entre os direitos sociais do cidadão a alimentação. Já estão na lista: educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade, infância e assistência aos desamparados. Agora, esta PEC que já se encontra na segunda sessão de discussão vai, certamente, merecer a aprovação desta Casa e, num futuro breve, da Câmara dos Deputados, fazendo com que se possa destacar a alimentação também como um dos objetivos básicos fundamentais do combate à pobreza, com relação ao tratamento dos excluídos, daqueles que se encontram praticamente à margem, abaixo inclusive da linha de pobreza.

Portanto, louvo aqui a iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. Sou Relator da proposta de emenda constitucional que recebeu inclusive profundos elogios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, que, na pessoa de seu Consultor, Hernan Gomez Bruera, fez reconhecimentos no sentido de que essa PEC possa servir de parâmetro para toda a América Latina, para que esses países defendam a alimentação como um dos fundamentos da democracia e de combate à pobreza, neste Continente.

O segundo registro breve que faço, Sr. Presidente, é na verdade um apelo ao Governo ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, principalmente ao Ministério dos Transportes, no que se refere à liberação de recursos à rodovia federal do Estado do Amapá, BR 156. Essa rodovia recebeu uma emenda da Bancada do Amapá, no valor de R\$50 milhões, mas apenas R\$4.700 milhões foram empenhados, e, até agora, nenhum centavo foi liberado, e estamos

praticamente terminando o ano. Há informações de que o Palácio do Planalto não pretende liberar mais nenhum recurso referente à emenda de Bancada. E é lamentável que a nossa rodovia principal, que ficou praticamente todo o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso sem receber recursos federais, que tenha recebido algum recurso liberado nos anos de 2000 e 2001, e novamente, em 2002, chegamos a essa situação de irresponsabilidade e inconsequência do Governo Federal, que não libera qualquer recurso para a nossa BR. O Acre, por exemplo, conseguiu liberar R\$20 milhões para as suas rodovias federais, e o Amapá, zero. Então, há um equívoco nisso, porque a rodovia está em construção, inclusive um trecho de aproximadamente 30 quilômetros foi construído pela empresa que está à frente da obra e não há recursos, até mesmo esses R\$4.700 milhões que estão empenhados talvez não sejam liberados.

Fica aqui esse apelo acompanhado do sentimento de angústia do povo do Amapá, porque a BR-156, coluna dorsal do Estado do Amapá, que vai ligar Macapá a Oiapoque e, conseqüentemente, a Guiana Francesa, ou seja, fará a ligação terrestre do Mercosul com a União Européia, recebe esse tratamento totalmente diferenciado em relação às demais rodovias federais. Pelo que consta, praticamente todas as rodovias federais dos demais Estados receberam recursos do Orçamento da União, os recursos foram liberados, mas lamentavelmente a BR-156 nada recebeu, para ela nada foi liberado.

Fica esse registro e o apelo para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do Ministro do Transporte e da Secretaria-Geral da Presidência do Ministro Euclides Scalco, tenha um pouco mais de sensibilidade para com as questões do norte do país e não estabeleça tratamento tão diferenciado. Liberou 23 milhões de reais, por exemplo, para o Acre, aporte justo e merecido, mas não libera sequer um centavo para a rodovia do Amapá, para a BR-156.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Wilson, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemora-se, no dia 2 de dezembro de 2002, o centenário da publicação de **Os Sertões**. Vale lembrar a frase de Monteiro Lobato de que um país se faz com homens e livros. Não há dúvida de ambos: o homem Euclides da Cunha e sua obra maior

Os Sertões são fatores do maior relevo na construção da Nação brasileira.

Embora o homem Euclides tenha há muito nos deixado, permanece o seu exemplo de admirável integridade intelectual e humana. Permanece, sobretudo, esse livro, singular em toda a literatura universal, ao qual o homem Euclides dedicou o melhor de seus esforços e o brilho intenso de sua incomparável inteligência.

Os Sertões não são, contudo, produto de um só homem. Por meio dele, expressa-se toda uma comunidade, toda uma experiência histórica. Essa experiência é a dos habitantes do sertão, dos sertanejos de modo geral; e é, muito particularmente, a da comunidade dos seguidores de Antonio Conselheiro, que se fixaram no arraial de Canudos, personagens de uma experiência histórica de trágico desfecho no ano de 1897.

Euclides da Cunha nasceu em 1866, em Cantagalo, no Rio de Janeiro. Com a perda da sua mãe, aos 3 anos de idade, o menino Euclides passou a viver com parentes, freqüentemente mudando de cidade. Já rapaz, a escassez dos seus recursos financeiros contribuiu para que escolhesse o curso de Estado-Maior e Engenharia Militar da Escola Militar, onde recebia um modesto soldo. Lá tomou contato com as idéias positivistas, evolucionistas e republicanas, que desfrutavam de crescente prestígio nos quartéis.

Ardoroso republicano, Euclides vive um episódio, no ano de 1888, que o faz momentaneamente famoso na Capital do Império. Quando da inspeção do Ministro da Guerra, o jovem cadete lança sua espada ao chão, em protesto político. Euclides será, por esse feito, desligado da carreira militar. Recebe, então, convite de Júlio Mesquita para escrever no jornal **A Província de S. Paulo**, que logo se tornará, com a proclamação da República, **O Estado de S. Paulo**. Não é à toa, pois, que **O Estado de S. Paulo** sempre recorda a história de Euclides da Cunha e de **Os Sertões**. Afinal de contas, suas histórias se confundem. Trata-se de uma história em que Euclides da Cunha teve um papel fundamental, contribuindo para que **O Estado de S. Paulo** se tornasse um dos principais jornais de nosso continente.

A mudança do regime fez com que Euclides fosse reconduzido ao Exército, concluindo o curso de Engenharia Militar e recebendo a patente de primeiro-tenente. Não se adaptou, entretanto, à carreira militar e passou a trabalhar como engenheiro para o Governo de São Paulo, ao mesmo tempo em que voltou a colaborar na imprensa.

Os acontecimentos da guerra de Canudos levam-no a escrever dois artigos sobre o assunto e, em seguida, a viajar para o palco das operações, como correspondente de **O Estado de S. Paulo**, empenhando-se em relatar os eventos da quarta e última expedição das tropas governistas, bem como a analisar os antecedentes, o contexto e o significado do conflito.

O livro **Os Sertões** será escrito ao longo dos 4 ou 5 anos seguintes, principalmente em São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo, onde trabalha na reconstrução de uma ponte. O escopo do livro torna-se muito mais amplo do que o das reportagens que o antecederam. Seguindo as orientações deterministas vigentes na época, Euclides pretende explicar o *momento* histórico pela ação do *meio* e da *raça*, dividindo o livro em três partes que lhes correspondem: *a terra, o homem, a luta*. Ademais, sua visão do conflito entre os camponeses e as tropas governistas sofre substancial mudança.

Sr. Presidente, um fato marcante para qualquer um que se aventure por **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, é o seu estilo. Parecendo, de início, tão impenetrável quanto à caatinga vai, aos poucos, arrebatando nossa imaginação e emoção. A sua descrição da terra sertaneja recebe, juntamente com as contribuições dos mais diversos conhecimentos científicos da época, uma impressionante dramaticidade, pela qual os elementos naturais ganham vida e se fazem quase humanos.

A caracterização da experiência humana nos sertões nordestinos é tão brilhante quanto comovente, em que pesem os vários reparos que devem ser feitos. Preso aos esquematismos de um pensamento racista que passava então por científico, Euclides preocupa-se com a sorte do homem brasileiro em geral, produto da mestiçagem de várias etnias. O sertanejo, particularmente, expressaria a persistência de elementos mais arcaicos, refratários ao influxo da civilização que chegava pelo litoral.

Quando Euclides da Cunha erra pela ciência, que tanto evoluiu desde seu tempo, ele logo acerta pela poesia, pelas qualidades excepcionais do escritor. Em outras palavras, acerta por sua sensibilidade de observador, agudamente atenta aos sofrimentos e grandezas dos seres humanos comuns. Assim é que o retrato do sertanejo, mesmo sofrendo das distorções de certos preconceitos, sai marcado por profunda empatia. Sua aparência, desgraciosa e fatigada à primeira vista, esconde um dinamismo e energia que impressionam, tão logo os acontecimentos o exijam. “É antes de tudo um forte”, na expressão antológica,

aquele que enfrenta sem abatimento ou queixa as duras lides, as adversidades do sertão.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador José Sarney, concedo o aparte a V. Ex^a, que tão bem conhece a literatura brasileira e, obviamente, **Os Sertões**, de Euclides da Cunha.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, quero associar-me ao registro que V. Ex^a faz, nesta tarde, dos 100 anos da publicação de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. V. Ex^a tem sido um homem que se preocupa não só com os fatos políticos deste País, mas também, nos diversos momentos em que nós todos devemos lembrar figuras da nossa literatura, eventos da nossa história literária, V. Ex^a tem sempre comparecido a essa tribuna. V. Ex^a hoje, nesta tarde, expressa um sentimento que é muito bom de ser expresso pela classe política brasileira diante de um fato tão extraordinário como este, da comemoração dos 100 anos de um livro que passou a ser uma obra definitiva na história da literatura deste País, **Os Sertões**. É um livro monumental. Quando começa a ler as 60 primeiras páginas, dedicadas à descrição da terra, o leitor não se sente desestimulado quando enfrenta as outras 150 páginas, em que ele descreve o homem de uma maneira magistral, para finalmente entrar no que se refere à luta de Canudos, que é a terceira parte do livro. De linguagem dominadora, vai ao poético para depois descer ao científico; e não fica só nos detalhes, mas também nos grandes vãos com que ele procura definir o corpo desse livro tão bem construído. Quando chegamos àquele desespero das páginas finais, nosso coração se dilacera. Agora tive a oportunidade de reler mais uma vez **Os Sertões**, porque fui convidado a fazer o prefácio de sua edição comemorativa deste ano, e pude ter a noção de como é gigantesca a obra de Euclides da Cunha. S. S^a disse que não é um livro de defesa – é de denúncia –, profundamente dedicado a estudar o homem e as sub-raças do sertão, e que constituem a parte fundamental do livro. Ele é pessimista quando diz que aquele simplório homem do sertão, na figura do jagunço e do tabaréu, a civilização destruiria. Somos testemunhas de que eles permanecem ainda nos sertões brasileiros, principalmente nos sertões onde se desenrolou a Guerra de Canudos. Verificamos que, de certo modo, nas velhas raças do Brasil, podemos ter uma longa visão desse tempo todo. Presume-se que a inspiração para o nome do livro **Os Sertões** tenha vindo de quando ele

leu uma crônica de Machado de Assis, sobre o livro de Coelho Neto, meu conterrâneo, quando escreveu um livro sobre sertões. Nessa crônica, Machado de Assis fala que ainda havia de surgir um escritor para escrever um livro sobre sertões. E esse escritor aparece: Euclides da Cunha, a quem Machado convidou a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Mas ele não quis. Pediu a Rio Branco que o convencesse a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Como V. Ex^a mesmo fixou, esse foi um livro escrito em São Paulo, em Rio Pardo, quando ali passou 30 anos servindo, em sua carreira militar. Em 3 anos escreveu o livro, de 1898 a 1901. O livro saiu em 1902, pelos Editores Lambert, e encontrou grande sucesso. Da primeira vez não houve exatamente um grande sucesso, mas, a partir da segunda edição, quando o próprio Euclides disse que desejava fazer aquela edição como definitiva e respondeu a algumas indagações, aí, então, o livro ganhou sua independência como grande obra. Euclides passou a ser o autor dos sertões, assim como o sertão passou a dominar a figura de Euclides da Cunha. Realmente, V. Ex^a aponta um momento dos mais extraordinários da literatura brasileira quando, aqui no Senado, relembra, nesta tarde, o centenário de **Os Sertões**. Enquanto existir neste País o homem, a literatura, a força da palavra escrita, evidentemente **Os Sertões** estará incluído como um dos livros mais definitivos já criados pela inteligência do nosso País. Muito obrigado a V. Ex^a pela gentileza de conceder-me participar desse discurso brilhante que profere neste instante.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador José Sarney. V. Ex^a demonstra conhecimento em profundidade dessa obra tão importante para a História do Brasil, a história de nossa literatura, que vem sendo comemorada de inúmeras formas, seja ali em São José do Rio Pardo, seja na Bahia, na terra de Canudos.

Tive oportunidade de conhecer a região de **Os Sertões** quando Lula fez a sua caravana de cidadania vindo desde Pernambuco até São Paulo, São Bernardo, passando pela região de Canudos. Ali pude verificar, não propriamente Canudos, que hoje está sob as águas da represa ali criada, mas o local onde às vezes ressurgiu.

V. Ex^a, como aquele que escreve o prefácio do mencionado livro, torna-se, então, parceiro de uma outra notável escritora brasileira, talvez aquela que mais aprofundadamente escreveu sobre **Os Sertões** e que, pela Editora Ática, escreveu um prefácio bem como a edição crítica tão notável, Professora Walnice

Nogueira Galvão, na série Bom Livro Especial, Euclides da Cunha, **Os Sertões** – Campanha de Canudos.

Prezado Senador José Sarney, há uma passagem deste prefácio que me comoveu. Vou ler uns trechos, em homenagem a Walnice Nogueira Galvão:

Tal é, em linhas gerais, a complexa questão da composição de **Os Sertões**. E a maneira como o texto a enfrenta está à altura, ao pôr em jogo recursos nada simplistas ou lineares, acentuados pelas galas de uma retórica do excesso e pela exacerbação de um discurso persuasivo. Para amarrar a matéria, Euclides tomou ainda emprestada dos canudenses milenaristas e messianistas – que ali se concentraram para esperar o Juízo Final anunciado pela chegada do novo século, numa vida de oração e penitência para salvar a alma – a visão escatológica. E mostra como, através da inversão demoníaca das imagens bíblicas que presidem à crença salvacionista, é possível aderir ao ponto de vista deles. Isto se efetiva através da mimese do grande sintagma narrativo da Bíblia, por meio do qual é traçado o arco que vai da criação do arraial de Canudos, o Gênesis bíblico, até seu aniquilamento pelo fogo, o Apocalipse, em conjunção com as profecias das sagradas Escrituras.

Euclides, por sua formação como engenheiro militar, era adepto do progresso e da ciência, o que já se vê na escolha da profissão. Nunca lhe tinha ocorrido que a modernização é causa de dores e perdas para os pobres, os quais chacina sem piedade quando os encontra em seu caminho. Abrir uma estrada de ferro. Escavar uma barragem. Perfurar uma mina. Implantar um aeroporto ou base aérea. Urbanizar o centro de uma cidade. Automatizar uma fábrica. Adotar a reengenharia em uma empresa. Grilar, registrar no cartório e cercar áreas devolutas, tornando de um só aquilo que era de todos. Desativar ou relocar uma indústria. Alinhar a economia de um país ao mercado globalizado. Ou mesmo substituir uma monarquia por uma república.

São todos, em diferentes instâncias, fenômenos da modernização. Tanto Euclides acreditava nela que termina por condenar a guerra no fecho do livro, dizendo que os canudenses deviam ter sido tratados a

cartilha e não a bala, concluindo pela ilusão ilustrada de acreditar na educação como panacéia para a iniquidade.

Gostaria, Senador José Sarney, de informar V. Ex^a e de transmitir-lhe um convite. O Teatro Oficina, na Bela Vista, no próximo dia 2, às 18 horas, apresentará **Os Sertões**, sob a direção de José Celso Martinez Correa, que também faz o papel de Antonio Conselheiro. Certamente, José Celso gostaria, se possível, de contar também com a presença de V. Ex^a.

E quero aqui homenagear José Celso Martinez Correa por esse seu trabalho. Há anos, ele o vem preparando para apresentá-lo agora, por ocasião da comemoração dos cem anos.

As descrições de Euclides da Cunha, da comunidade de Canudos e de seu líder, bem como o seu relato e a sua interpretação do conflito armado em que aquela foi dizimada, caracterizam a obra.

Para Euclides da Cunha, tão marcado pelo Positivismo, o cearense Antonio Maciel, dito o Conselheiro, deveria ser “um documento vivo de atavismo”, um caso patológico de “psicose progressiva”, que entrou “para a história como poderia ter ido para um hospício”. Euclides reconhece, entretanto, que o que faz com que Antonio Conselheiro não se torne um simples louco é o fato de que expressa em profundidade o mundo de onde surge e em que passa a ser um protagonista de relevo. Esse “grande homem pelo avesso”, como o caracteriza, é capaz de gestos e ações verdadeiramente grandiosos.

Após duas décadas de peregrinações no interior do Nordeste, a princípio solitárias, Antonio Conselheiro vai reunindo um número cada vez maior de fiéis em torno de si. Estes mostram-se prontos a segui-lo aonde quer que vá, a ouvir suas prédicas, a participar de seus mutirões para construir igrejas e cemitérios, obtendo apenas o suficiente para viver. Seus sermões falam do desmantelo dos tempos de então, dos erros nos costumes, da lamentável separação entre a Igreja e o Estado que adveio da República, de um mundo melhor que se avizinha.

Começam os conflitos com as autoridades civis e religiosas, assim como com os detentores do poder econômico, preocupados com a crescente popularidade do Conselheiro. Este vai procurar abrigo com sua gente na velha fazenda de Canudos, abandonada à beira do rio Vaza-Barris, protegida pelas serras do Cambaio e Canabrava. Lá é fundado o Império de Belo Monte, que cresce vertiginosamente. Os moradores, homens, mulheres e crianças, ajudam-se uns aos outros na construção das casas; os alimentos são

igualmente distribuídos. Todos os que chegam à comunidade e assim o desejam são a ela integrados, num espírito comunitário que faz lembrar **A Utopia**, de Thomas Morus, e todos aqueles que querem construir um mundo mais solidário.

Iniciam-se as expedições militares contra a cidade de Belo Monte ou Canudos, já então com uma população estimada entre 10 e 25 mil habitantes, o que a tornava uma das mais populosas da Bahia. As duas primeiras expedições foram prontamente rechaçadas. A terceira, preparada com estardalhaço e muitos recursos, reúne 1.300 soldados sob o comando do Coronel Moreira César, que é morto no primeiro ataque. A derrota faz-se completa, requerendo uma nova expedição, com 8 mil homens e poderoso aparato bélico, que termina por incendiar a cidade de Canudos e massacrar os seus habitantes.

Acompanhando a guerra de perto, a visão maniqueísta de Euclides da Cunha, da luta da civilização progressista e republicana contra a barbárie monarquista e fanática, desmorona. A crueldade e a covardia empregadas pelas forças governistas são descritas em seu livro de modo pungente, sem falseamentos. A campanha militar, que se queria gloriosa, aparece em tintas sombrias, denunciando Euclides o massacre organizado, a prática sistemática das execuções sumárias.

Não faltam, entretanto, em **Os Sertões**, momentos em que os combatentes demonstram heroísmo e intensa coragem. Euclides manifesta larga admiração pela persistência e firmeza dos jagunços de Canudos, lutando nas condições mais adversas, assolados pela desnutrição e pela superioridade das armas adversárias. Um destes episódios marcantes é o do prisioneiro negro, de aparência transtornada pelos rigores da luta e pela fome, que mostra espantoso brio no momento de sua execução improvisada. Como o cabo de esquadra que procurava cingir-lhe o pescoço com a corda tivesse dificuldade em desincumbir-se da tarefa, pela maior estatura do condenado, este mesmo o ajuda, tranquilamente ajeitando a corda e enlaçando o próprio pescoço. Neste momento, revelam as palavras comovedoras de Euclides:

Retificara-se de súbito a envergadura abatida do negro, aprumando-se, vertical e rígida, numa bela atitude singularmente altiva. A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retraíram dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobranceira fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, ilumi-

nou-lhe a fronte. Seguiu impassível e firme; mudo, a face imóvel, a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito uma estátua, uma velha estátua de titã, soterrada havia quatro séculos e aflorando, denegrada e mutilada, naquela imensa ruinaría de Canudos.

A epopéia sangrenta testemunhada por Euclides da Cunha, assim como o contato direto com a terra e o homem sertanejos, alteram em profundidade sua compreensão da problemática que dera origem ao conflito. O que movia a comunidade de Belo Monte não era a questão política, mas uma muito mais profunda questão social. O divórcio entre as civilizações do litoral e do sertão deveria ser superado. Condenando a guerra, Euclides concluiu o livro dizendo que os sertanejos deviam ser educados e integrados ao conjunto da Nação, tratados à cartilha e não à bala.

O decorrer do tempo, no entanto, trouxe novas e mais completas abordagens da comunidade de Belo Monte e do seu trágico confronto com as forças governistas. Rui Facó e Nelson Werneck Sodré passaram a interpretar o episódio como uma manifestação de conflito entre classes sociais. Nas palavras de Rui Facó, publicadas em 1963,

O movimento messiânico de Canudos, sob a liderança carismática de Antonio Vicente Mendes Maciel, foi expressão da extrema pobreza das massas rurais, em luta armada contra os potentados latifundiários, e não simplesmente uma consequência de fanatismo religioso.

Não se pode deixar de ressaltar a imensa importância da dedicação do historiador sergipano José Calasans para ampliar nossos conhecimentos dos eventos de Canudos. Ele começou suas pesquisas ainda na década de 40, entrevistando vários dos sobreviventes e levantando inúmeras outras fontes. Despido dos preconceitos de um século atrás, José Calasans, que faleceu no ano passado, aos 85 anos, desenvolveu profunda empatia com a comunidade desaparecida de Belo Monte, chegando a definir-se como um “conselheirista”.

Há, de fato, muito a ser valorizado naquela malograda experiência comunitária, na qual se nota, hoje, o empenho para fazer com que as pessoas desvalidas do sertão tivessem sua dignidade reconhecida, independentemente de quaisquer determinantes socioeconômicos ou étnicos. Constatamos, na cons-

trução do arraial de Canudos, intuições profundas dos conceitos de cidadania e de justiça social.

É preciso ir além de Euclides da Cunha em busca da verdade histórica mais completa sobre a comunidade de Canudos e a guerra que a exterminou, Sr. Presidente, Senador Bello Parga. O que não é possível é dispensarmos o imenso e magistral legado euclidiano, que tanto amplia nossa consciência da Nação brasileira, com sua grandeza e seus problemas. Sem **Os Sertões**, sem o vigor de seu pensamento e de sua expressão artística, o movimento liderado por Antonio Conselheiro estaria muito mais esquecido, como tantas outras organizações comunitárias e revoltas populares esmagadas pela repressão dos poderosos.

Abro um parêntese, Sr. Presidente, para agradecer a contribuição do assessor João Francisco, do Senado Federal, que me ajudou na elaboração de tal memória sobre a obra **Os Sertões**.

Introduzindo na consciência histórica brasileira a "pessoa coletiva", no dizer de Walnice Nogueira Galvão, dirigindo um olhar interessado e comovido aos pobres do sertão, Euclides da Cunha pôde superar as limitações da época e trazer até os dias de hoje o seu vivíssimo apelo pelo fim das desigualdades imensas que dividem a sociedade brasileira.

Possa o conhecimento e a memória de **Os Sertões** nos encher de energias, ainda mais agora que o Brasil elege Presidente da República uma das pessoas que estão honrando a memória daqueles que viveram em Canudos. Refiro-me, obviamente, a Luiz Inácio Lula da Silva, que há poucos dias, quando foi ao interior de Pernambuco, a Caetés e Garanhuns, conforme noticiou a imprensa, foi saudado nas ruas por toda a população das duas cidades. Ali estava alguém que percorrera, há poucos anos, novamente, a trajetória que fez quando menino, saindo da caatinga e de lugares como Canudos.

Possam os brasileiros ver, presenciar e testemunhar a transformação de nossa Nação na direção de uma civilização justa, como todos aqueles que habitaram Canudos ao tempo de Antonio Conselheiro tanto queriam. Senador José Sarney, tenho a convicção de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva contribuirá em muito para que essa esperança seja efetivamente realizada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência, nos termos da alínea "a" do inciso II do §1º do art. 40 do Regimento, propõe seja indicado o Senador Romeu Tuma como observador parlamentar para acompanhar os trabalhos da Assembléia-Geral das Nações Unidas em Nova York, além dos nomes anteriormente indicados.

Em votação a indicação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Moreira Mendes, Romero Jucá, a Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves e o Sr. Senador Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez trago a esta Casa um problema que volta a ameaçar a vida de muitos brasileiros. A vida de mais de 60 mil doentes renais crônicos, que necessitam de serviços de hemodiálise, está seriamente ameaçada. Não podemos nos esquecer da tragédia de 1996, quando 42 pacientes renais crônicos morreram numa clínica de Caruaru, em Pernambuco. E não é demais afirmar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que uma nova tragédia está por acontecer.

O problema é tão grave que a Associação Brasileira dos Centros de Diálise e de Transplante – ABCDT, entidade que congrega as mais de 500 clínicas que fazem a hemodiálise no País, entrou com ação na Justiça responsabilizando criminalmente o Sr. Ministro da Saúde pela integridade física desses mais de 60 mil pacientes renais crônicos.

A defasagem na remuneração pelo Sistema Único de Saúde – SUS em razão dos serviços de diálise prestados por essas clínicas é a grande responsável por essa trágica situação. A direção da ABCDT foi, por diversas vezes neste ano, ao Ministério da Saúde; chegou a conversar com o próprio Ministro Barjas Negri, mas o Governo Federal continua irredutível. Não haverá, pelo menos neste Governo, nenhum reajuste nesta remuneração às clínicas.

Antes de explicar com detalhes os argumentos a favor da necessidade de um aumento urgente da remuneração em pelos menos 50% dos atuais valores,

gostaria que as Sr^{as} e os Srs. Senadores tomassem conhecimento do número de pessoas atingidas por este grave problema. Ao todo, existem hoje no Brasil cerca de 100 mil doentes renais crônicos que necessitam de hemodiálise, mas somente um pouco mais da metade desse contingente tem acesso ao serviço. Na maioria das vezes, esses pacientes são chefes de família. Sem eles, essas famílias ficarão seriamente prejudicadas.

Se multiplicarmos o número de doentes pelo de familiares, chegamos a 400 mil pessoas envolvidas, direta e indiretamente, com a doença e seu tratamento. Como eu já disse, as clínicas estão às portas da falência; muitas já faliram. Não há dinheiro para pagar as dívidas. Os medicamentos e equipamentos são importados, cotados em dólar. A água para fazer o tratamento tem que ser tratada – e muito bem tratada. Vamos imaginar que essas clínicas mantenham uma média de 10 funcionários cada uma para fazer a hemodiálise. São 500 clínicas. Multiplicando este número por dez, chegaremos a 5 mil pessoas envolvidas no tratamento médico. Estes também são chefes de família. Multiplicando por quatro, teremos 20 mil pessoas que dependem do bom funcionamento das clínicas. Resumindo: é um número muito grande de brasileiros que, por obra e graça da falta de vontade política do Governo Federal, está com suas vidas ameaçadas.

Ainda mais, Sr. Presidente: conversando com os dirigentes da ABCDT e até com pacientes renais crônicos, tomei conhecimento de que existem pessoas no Governo Federal, mais especificamente no Ministério da Saúde, que não se importam com o número de pacientes e muito menos com a remuneração das clínicas. Pensam simplesmente que o número de 60 mil pessoas é pouco para tentar se resolver o problema com sensatez e um pouco de cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que mais chama a atenção neste problema é que o arcabouço legal existente, firmado por leis, obriga o Governo a dar uma remuneração decente aos centros de diálise. Depois da tragédia de Caruaru (PE), o então Ministro da Saúde, José Serra, reformulou o sistema de atendimento de hemodiálise e transplante em todo o País. Uma bateria de instrumentos reguladores e verbas para aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal transformou o atendimento aos pacientes renais; o Brasil passou a ser um exemplo para o mundo.

Mas este serviço de excelência, criado pelo Governo Federal, durou pouco. As verbas começaram a

fugir pelo ralo, a inflação dos preços dos serviços (água, energia elétrica, telefone, fretes, combustível) aumentou vertiginosamente, embora sem nunca fazer parte importante dos cálculos dos medidores oficiais da inflação. Infelizmente, a situação voltou a ser como era antes de 1966: o caos econômico e financeiro das clínicas. Hoje, existem clínicas no Brasil que estão rolando dívidas de mais de R\$1 milhão junto a fornecedores de medicamentos e equipamentos importados.

Nos Estados Unidos, o governo paga em média US\$180 por sessão de hemodiálise às clínicas autorizadas. Aqui no Brasil, a média não ultrapassa os US\$30, e isto quando o SUS não atrasa o pagamento às clínicas, o que é comum acontecer. Cada sessão dura cerca de quatro horas, o que mal dá para pagar a conta de energia elétrica e de água. Nos últimos cinco anos, o Ministério da Saúde concedeu apenas um único reajuste, de 15%, na remuneração dos hospitais públicos, filantrópicos e particulares. A maioria dos equipamentos é importada, e seus preços refletem a alta do dólar. O sistema, definitivamente, entrou em colapso.

Não devemos nos esquecer: os pacientes renais têm de ser atendidos a cada 72 horas, caso contrário, morrem. Devem ser tratados em clínicas ou hospitais próximos às suas casas ou cidades – precisam de três sessões semanais.

Países vizinhos ao nosso, como Argentina, Paraguai e Uruguai, pagam aos centros uma média de US\$140 por sessão de diálise. Na França, esse valor atinge a casa dos US\$350. O próprio Governo Federal cobra dos planos de saúde e empresas de seguro um valor tabelado de R\$160,81 por sessão de hemodiálise, pelo atendimento prestado aos clientes dessas empresas por meio do SUS.

Só para fazer uma comparação: com os US\$30 pagos pelo SUS aos centros, considerando-se uma unidade de diálise que atenda 48 pacientes, podemos afirmar com segurança, segundo levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, que uma unidade autônoma de diálise gastaria R\$167,02. Em uma unidade de hospital particular, esse gasto seria de R\$153,70.

Outro dado, que chega a ser humilhante: com os US\$30 do SUS, o Brasil ocupa a última posição no mundo em termos do valor dessa remuneração.

Nunca é demais repetir: os altos custos operacionais dos serviços de diálise, que utilizam, no atendimento aos pacientes, substâncias e equipamentos que são comprados em dólar, entram em choque com

as baixas remunerações, deficitárias, das sessões de diálise por parte do SUS.

O Ministério da Saúde deveria ter apoio complementar dos planos de seguro de saúde, o que não ocorre. Há um verdadeiro terror, como diz o Senador Tião Viana, dos planos de seguro de saúde em garantir o acesso a tratamento prolongado, como o da hemodiálise. Quem paga é o usuário. Em qualquer unidade de hemodiálise do País, 25% dos usuários deveriam estar vinculados a planos de saúde, mas essa porcentagem não atinge os 4%. Na primeira fase de manutenção de um doente renal crônico, o custo mensal dos medicamentos, nos quatro primeiros meses, é da ordem de R\$1,2 mil por paciente, valor que poderá cair para R\$400,00 se houver um procedimento correto, sem interrupção. Hoje, o Ministério da Saúde só cumpre o repasse de 30% do custo do medicamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Portaria do Ministério da Saúde exige atendimento adequado aos pacientes renais crônicos, mas como falar em controle de qualidade se a própria sobrevivência dos serviços de Terapia Renal Substitutiva está ameaçada em virtude da insolvência econômica decorrente da discrepância entre a remuneração que é praticada pelo SUS e o custo operacional real por sessão de hemodiálise?

O problema está colocado. Cabe agora ao novo governo, que se instala a partir de primeiro de janeiro de 2003, resolvê-lo com sensatez e olhando sempre para a vida desses mais de 60 mil pacientes renais crônicos que são atendidos pelos centros de diálise de todo o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou iniciar meu pronunciamento fazendo uma provocação bem-humorada e descontraída aos Parlamentares aqui presentes – e a todos os que me ouvem a distância –, uma provocação em forma de perguntas de almanaque. As perguntas giram em torno da história do dinheiro no Brasil. Então, vamos lá. Saberiam dizer em que período de nossa história surgiram as primeiras moedas cunhadas no País, nas quais aparece a palavra Brasil? A expressão popular “cara ou coroa” está ligada ao surgimento de que série de moedas? A pataca e o dobrão circularam em que época? Qual a moeda mais valiosa da coleção brasileira?

Esse início provocativo, Sr. Presidente, foi só para chamar a atenção para o Museu de Valores do

Banco Central do Brasil, situado no 1º subsolo do Edifício-Sede do Banco Central, aqui em Brasília. Quem o visita, Sr. Presidente, faz uma verdadeira incursão retrospectiva no tempo, desde o início da colonização até as últimas emissões do Real. Percorrendo suas salas, o visitante entra em contato com cédulas, moedas e valores que circularam no País nos 500 anos de nossa história. Há fatos curiosos, como o carimbo que Dom João IV, rei de Portugal, mandou aplicar sobre moedas portuguesas e espanholas que estavam em circulação. Esses carimbos aumentavam o valor das moedas e muitas chegaram a exibir vários carimbos.

Retiro de publicação do Banco Central algumas informações sobre o Museu de Valores. A idéia da criação de um museu voltado para a história do dinheiro, para a numismática e a evolução dos meios de pagamento surgiu com a própria criação do Banco Central. Providencialmente, o Banco estabeleceu como princípio reunir, conservar e divulgar um patrimônio cultural que poderia, de outro modo, permanecer inacessível ao conhecimento da maioria dos brasileiros.

Em 31 de agosto de 1972, o Museu de Valores foi inaugurado no Rio de Janeiro. Com a transferência do Banco para a nova Capital, para cá foi transferido o acervo do Museu. Ele se compõe de mais de 128 mil peças, brasileiras e estrangeiras, nas quais se destacam barras e pepitas de ouro, matrizes de cédulas, cunhos, discos monetários, uma máquina de cunhar moedas.

As atividades desenvolvidas pelo Museu de Valores são diversas. Há exposições de longa duração, temporárias e itinerantes. O Museu mantém biblioteca especializada; desenvolve pesquisa e organiza coleções de moedas, cédulas, documentos e objetos representativos da história dos meios de pagamento. Desenvolve programa educativo direcionado ao alunado das escolas de ensino fundamental e médio. O Projeto Museu-Escola transmite, de forma dinâmica e criativa, informações sobre o dinheiro e a história do meio circulante brasileiro, bem como o papel do Banco Central no contexto da sociedade brasileira.

Com um espaço aberto ao público de 1.300 metros quadrados, o Museu abriga várias salas. A Sala Brasil exibe desde as moedas-mercadoria que aqui circularam no início da colonização até as mais recentes emissões do Real. A Sala Mundo traz exemplares do dinheiro em circulação em mais de 50 países, como parte do intercâmbio mundial existente entre os Bancos Centrais. A Sala Ouro é a que encanta, de

imediatos, a maioria dos visitantes. São oito vitrines mostrando o ouro em suas diversas formas e os instrumentais relacionados à extração, fundição e refino. Entre as várias pepitas em exposição, encontra-se a maior em exposição no mundo: ela pesa cerca de 60 quilos. Foi encontrada em Serra Pelada, Pará, em 1983. A Sala Emissões mostra todas as cédulas e moedas emitidas desde a criação do Banco Central: são oito padrões monetários, do Cruzeiro de 1942 ao Real, instituído em 1994.

Há ainda a Sala Curiosidades Monetárias. Ali estão cédulas de altíssimo valor nominal, que circularam em períodos de grande inflação; diferentes processos de impressão e falsificação de cédulas; as mais antigas moedas do mundo, que circularam a partir do século VI antes de Cristo.

Sr. Presidente, fiz um relato breve para destacar o nosso Museu de Valores. Conquanto o falar tenha sido breve, a importância do Museu extrapola em muito a dimensão encurtada de meu pronunciamento. A intenção primeira foi dar notícia, para tantos brasileiros que nos ouvem pela **Rádio** e pela **TV Senado**, da existência do Museu. A segunda, chamar a atenção para as atividades que ele desenvolve em seu âmbito de atuação e, inclusive, para sua dimensão cultural e educativa. Em terceiro lugar, suscitar o desejo de conhecê-lo, visitá-lo, estabelecer contato – inclusive, Sr. Presidente, convém divulgar o sítio do Banco Central, na Internet, e o e-mail do Museu, que é . É possível agendar visitas guiadas, estando o Museu aberto de terça a sábado.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de não deixar meus interlocutores e ouvintes sem a resposta das questões que lhes enderecei, a pretexto de despertar-lhes o interesse para o nosso Museu de Valores. Não é surpreendente que tenha sido durante o domínio holandês que as primeiras moedas cunhadas no País trouxessem o nome impresso Brasil numa das faces? A expressão “cara ou coroa” surgiu com as moedas que traziam a figura do rei numa das faces e com as armas da Coroa Portuguesa na outra. Essas moedas começaram a ser cunhadas em 1727. As famosas patacas foram as moedas que circularam por mais tempo no Brasil: 139 anos, de 1695 a 1834. Era uma série de moedas de prata de diferentes valores e a de 320 réis – pataca – deu o nome à série. A série dos dobrões surgiu no auge do ciclo do ouro. O dobrão de 20.000 réis, com 53,78 gramas, foi uma das moedas de maior peso em ouro que circulou no mundo.

Última resposta: a moeda mais valiosa da coleção brasileira chama-se “Peça da Coroação”. Foi mandada cunhar para comemorar a coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil. Mas, como não

agradou ao Imperador, a produção foi suspensa. Em virtude disso, foram feitos apenas 64 exemplares. Sabe-se que, no mundo da numismática, quanto menos numerosa a produção de uma peça, mais valiosa ela se torna. Assim, por terem sido poucas as moedas produzidas, ela ganhou o **status** de a mais valiosa. Fica, assim, portanto, satisfeita a curiosidade por mim suscitada nos ouvintes com as perguntas que lhes dirigi no início desta minha fala.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra para fazer um rápido, mas relevante registro. Hoje, 27 de novembro, é o Dia Nacional de Combate ao Câncer. Essa data deve ser lembrada aqui, nesta Casa Legislativa, e em todas as demais do País, pois o câncer é um dos males que ultrapassou as barreiras do século XX e, infelizmente, nos acompanha neste começo de terceiro milênio.

Muitos avanços nas áreas de prevenção, diagnóstico e tratamento desse mal têm sido conseguidos, especialmente a partir da década de 90. No entanto, o câncer segue a ser uma grande incógnita em vários aspectos. Vejamos, por exemplo, outra terrível doença: a AIDS. Em poucos anos foram implementadas maciças campanhas de prevenção, uma vez que é pacífica a sua forma de contaminação, e ainda mais se descobriu sobre como tratá-la. Hoje ela já não assusta tanto, e a sobrevida dos soropositivos tem aumentado de forma excepcional.

Eu, há muito, preocupo-me com o câncer. Em grande parte, ainda, o diagnóstico precoce e a prevenção são as melhores armas na luta contra essa doença. No entanto, o trabalho de esclarecimento e educação é lento e gradual, mas nunca deve ser relegado. Já em 1984, no primeiro mandato de meu marido, o governador João Alves Filho, em Sergipe, ative-me a esse tema. Na época implantei o Pró-Mulher, um programa de política social e de saúde do governo que visava à prevenção do câncer cérvico-uterino e mamário, priorizando a educação e a medicina preventiva. Procurava diagnosticar e tratar as lesões cervicais e da mama, prevenindo o câncer, bem como conscientizar a mulher de que a eficácia desse trabalho de prevenção depende de seu empenho em realizar os exames em caráter periódico de forma permanente.

Em termos nacionais quero destacar o trabalho do INCA – Instituto Nacional de Combate ao Câncer, órgão ligado ao Ministério da Saúde. O Instituto tem

realizado um excelente trabalho em várias frentes, especialmente no que diz respeito à prevenção, ao diagnóstico precoce e à consolidação e expansão de serviços de assistência oncológica. Todavia, como mulher, acredito ser extremamente relevante os esforços do órgão para o controle do câncer do colo do útero. Para se ter uma idéia, Sr^{as} e Srs. Senadores, anualmente, o INCA tem proporcionado a realização de cerca de 8 milhões de exames preventivos, em todo o País.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que todas as iniciativas são bem-vindas. Mas, muito extenso é ainda o caminho que temos de percorrer para, se não erradicar, ao menos minimizar o futuro sofrimento dos pacientes e de suas famílias. Programas antitabagismo e de reeducação alimentar e física são importantes para que possam ser diminuídos os riscos de um futuro surgimento do câncer. No entanto, a constante divulgação de campanhas do auto-exame, no caso do câncer de mama, e o estímulo para que o homem, acima dos 40 anos, procure fazer o exame a respeito do câncer de próstata, são imprescindíveis, pois apenas a informação e a atuação individual contra esse mal terão efeitos significativos a curto prazo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem sendo lembrado como um dos instrumentos mais importantes e estratégicos para um realinhamento dos investimentos no País, tendo em vista a necessidade de se retomar o crescimento econômico voltado para a geração de emprego e para a redução das desigualdades sociais.

Há razões de sobra para isso. O BNDES tem sido, nos últimos anos, o principal agente financiador do desenvolvimento do País. É dono de uma carteira de financiamentos que se aproxima dos R\$100 bilhões. Neste ano de 2002, deve atingir cerca de R\$32 bilhões em empréstimos. No ano de 2001, o BNDES emprestou R\$25,2 bilhões distribuídos nos vários setores da economia.

Desde sua criação, em 20 de junho de 1952, diversas leis vêm outorgando ao BNDES a responsabilidade de administrar recursos, fundos e programas, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social do País. Em 1988, essa responsabilidade foi consideravelmente ampliada, tendo em vista que a Constituição Federal, no art. 239, §1º, determi-

nou que, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos recursos que viriam a constituir o atual Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – deveriam ser destinados a programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES.

Atualmente, os recursos acumulados provenientes do FAT, conforme o balanço do BNDES de 2001, representam cerca de R\$50 bilhões. Se somados aos recursos do PIS/PASEP repassados antes mesmo da Constituição de 88, esse valor salta para R\$70 bilhões, constituindo-se na maior fonte de recursos para financiamento que a instituição dispõe.

De fato há de se ter atenção especial ao direcionamento dos investimentos, através do BNDES, nos próximos anos. É inadmissível que o Banco continue realizando empréstimos em favor de empresas estrangeiras interessadas em adquirir estatais brasileiras ou, ainda, socorrendo grupos empresariais que apostaram muito e erraram em suas previsões.

Devemos lembrar ainda que, para compensar os seus próprios erros, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem se valido dos préstimos do BNDES. A recente crise no abastecimento de energia, em decorrência da falta de investimentos, dentre outras medidas, diríamos, reparadoras, o Governo determinou ao BNDES a concessão de empréstimos em favor das distribuidoras de energia elétrica num montante que já soma R\$4,9 bilhões, para compensar as perdas de arrecadação por causa do racionamento. Vale lembrar que a população está pagando esse prejuízo na forma de aumentos de tarifas, mas, mesmo assim, o Governo determinou o empréstimo a título de antecipação de receita.

São, portanto, desvios de finalidade que não podem continuar ocorrendo. Além disso, para um novo direcionamento nos empréstimos do BNDES, precisam ser observados outros fatores, tais como: setor da economia a ser priorizado, o atendimento das demandas das empresas de menor porte e, principalmente, a distribuição regional dos recursos de forma a corrigir desigualdades e proporcionar o aproveitamento de potencialidade das regiões que hoje são colocadas em segundo plano.

Considerando os dados mais recentes divulgados pelo próprio BNDES, do total de empréstimos concedido pelo Banco de janeiro a setembro deste ano, apenas 11,4% foram direcionados ao setor agropecuário, enquanto que os setores da indústria, do comércio e de serviços somaram 85,6% dos recursos.

O desenvolvimento da agricultura é especialmente estratégico para o País. Temos um potencial

enorme ainda não explorado, já que parcela considerável de nossas áreas agricultáveis ainda não são utilizadas ou são subutilizadas, apresentando baixos índices de produtividade. Veja, Sr. Presidente, que ainda dependemos da importação de produtos básicos, como, por exemplo, o trigo, para suprir nossas necessidades internas.

É inadmissível que um País com as dimensões que tem o Brasil, possua 20% ou 30% da população com problemas de nutrição e de fome. É necessário investir pesado na agricultura, sobretudo na agricultura familiar e na pequena empresa agrícola, que são as que mais geram emprego.

Com base em estudos do próprio BNDES, depois da indústria do vestuário, a agricultura é o setor da economia que mais gera emprego como retorno de investimentos. A cada milhão de reais investido em agricultura são gerados 187 novos empregos.

Também há de se aumentar a atenção para as micros, pequenas e médias empresas, já que também são estas as que geram mais empregos e propiciam rápido retorno social e econômico para o País. Até o mês de setembro deste ano, os investimentos do BNDES nestes setores da economia representaram apenas 22% do total das aplicações.

Outro aspecto, que precisa ser considerado para um redirecionamento nos investimentos do BNDES, é a distribuição regional dos recursos.

Quando analisamos as aplicações do BNDES considerando as macrorregiões do País, observamos que as regiões Sul e Sudeste concentram um volume de investimentos muito superior se comparado ao das demais regiões.

Com base na média dos últimos anos, os investimentos do BNDES nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste representaram 23% do total, enquanto que as regiões Sul e Sudeste tiveram 77% dos investimentos. Isso não guarda qualquer proporção com a distribuição populacional. Na verdade, a falta de critérios para aplicação dos recursos do BNDES está contribuindo para o aprofundamento das desigualdades regionais.

Com o objetivo de contribuir para a solução desse grave problema, apresentei nesta Casa um Projeto de Lei que estabelece a distribuição populacional como critério para a aplicação dos recursos do BNDES.

O Projeto de Lei de nº 204, de 2002, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, tem por finalidade o estabelecimento de critérios justos de distribuição e aplicação dos recursos administrados pelo

BNDES. Além disso, a proposição visa a tornar esse Banco um poderoso instrumento de redução das desigualdades regionais, dando efetividade aos art. 3º, inciso III, e 170, inciso VII, da Constituição Federal, quando propõem um adicional fixo que se soma às aplicações do Banco nas regiões mais pobres do País (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, a região Norte, que abriga 7,6% da população do País, recebeu do BNDES, na forma de empréstimos para o setor produtivo, apenas 2,9% dos investimentos, considerando a média dos últimos anos. No Nordeste, a relação é igualmente desfavorável: a região abriga 28,1% da população e recebeu 12,2% dos recursos do banco.

A adoção do critério populacional se deve ao fato de que a maior parte dos recursos do BNDES são provenientes do PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esses recursos devem ser aplicados em benefício do trabalhador. Portanto, nada mais justo que os programas de desenvolvimento econômico e social, financiados pelo BNDES, guardem certa proporcionalidade com a distribuição geográfica dos trabalhadores brasileiros.

O PLS nº 204, de 2002, que aguarda o relatório da Senadora Heloisa Helena na Comissão de Assuntos Econômicos, para o qual solicito especial atenção, constitui-se numa contribuição concreta para a correção de algumas das distorções que se verifica no direcionamento do BNDES, que considero de fundamental importância para o êxito das mudanças necessárias à retomada do desenvolvimento econômico e social do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II,
do Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 673, de 2002).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2002 (nº 4.358/2001, na origem), que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.032, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Ricardo Santos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 16-CCJ, que apresenta.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 16, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal), tendo

Parecer favorável, sob nº 886, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 21, DE 2001

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais o direito à alimentação), tendo

Parecer favorável, sob nº 783, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sebastião Rocha.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 52, DE 2001

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal (competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República referentes a atos internacionais), tendo

Parecer favorável, sob nº 861, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

– 5 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 1998

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998 (nº 731/95, na Casa de origem), que regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal (regulamenta a concessão de bolsa de estudo a estudantes carentes não atendidos pela rede pública), tendo

Parecer sob nº 1.022, de 2002, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 6 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 13, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002 (nº 402/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, tendo

Parecer sob nº 1.033, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com as Emendas nºs 1 a 2-CCJ, que apresenta.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 38, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2002 (nº 4.860/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (entroncamento com a BR-020 ao entroncamento com a BR-040, no Distrito Federal), tendo

Parecer favorável, sob o nº 899, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora *ad hoc*: Senadora Marluce Pinto.

– 8 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 240, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002, de iniciativa da Comissão Especial Rio São Francisco, que dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recur-

dos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e dá outras providências.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 91, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2002 (nº 1.143/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Abolição FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 571, de 2002, da Comissão de Educação: Relator: Senador José Jorge, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 198, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2002 (nº 1.231/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 793, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 228, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2002 (nº 1.356/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Liberdade de Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob o nº 922, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 361, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2002 (nº 1.151/2001, na Câ-

mara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade de Jesus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.006, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 381, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2002 (nº 1.679/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romero Jucá.

– 14 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 386, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2002 (nº 1.425/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiaçú, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.008, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 387, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2002 (nº 1.515/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Gomes Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.136, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 16 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 390, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2002 (nº 1.421/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ARCC, Associação Remediense Comunitária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.009, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 17 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 400, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2002 (nº 1.461/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lençóis Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.012, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 18 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 411, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2002 (nº 1.382/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Praia do Canto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.013, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

– 19 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 435, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2002 (nº 1.595/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Soteropolitana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.115, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

– 20 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 461, DE 2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2002 (nº 1.684/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.016, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Benício Sampaio.

– 21 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 468, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2002 (nº 1.702/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Editora Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.130, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romero Jucá.

– 22 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 472, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2002 (nº 1.835/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vale do Jaguaribe para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracati, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.122, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.)

(OS 20806/02)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR RAMEZ TEBET**

**27/11/2002
quarta-feira**



-
- 09:00 - Reunião do PMDB**
Hotel Bonaparte - BSB-DF
- 11:00 - Solenidade de entrega das medalhas "Suprema
Distinção Câmara dos Deputados" e "Mérito
Legislativo Câmara dos Deputados"**
Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional
- 15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal**
- 18:00 - Cerimônia de imposição da " Medalha do Mérito Mauá
" e entrega de Diplomas**
Salão Nobre do Clube do Exército

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 392, DE 2001-SF, DESTINADA AO “ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E DA INSTALAÇÃO DO RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA (INSTITUÍDOS PELO DECRETO S/N DE 5 DE JUNHO DE 2001)”.

Ata da 22ª Reunião, realizada em trinta de outubro de 2002

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois, às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Waldeck Ornelas, Maria do Carmo Alves, Paulo Souto, Renan Calheiros, Antônio Carlos Valadares e João Alberto de Souza, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao “Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)”. Havendo número regimental, o Senador Paulo Souto, no exercício da Presidência, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a Leitura, Discussão e Votação do 3º Relatório Preliminar da Comissão, que conclui pela apresentação de Projeto de Lei que altera a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Após, a Presidência concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Waldeck Ornelas para dar início a apresentação do seu 3º Relatório Preliminar, que iniciou tecendo comentários sobre os dois relatórios preliminares anteriormente apresentados e falou da importância desse último, que promove modificação na Lei nº 9.433. Após a Presidência coloca em votação o 3º Relatório Preliminar, sendo aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente em exercício, Senador Paulo Souto, parabeniza os trabalhos da Comissão, e em particular o Senhor Relator, Senador Waldeck Ornelas pelo empenho e dedicação. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 392, de 2001, destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 11 de junho, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa).

Considera-se, portanto, aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico que a presente reunião destina-se à leitura, discussão e votação do terceiro relatório parcial, que conclui pela apresentação do projeto de lei que altera a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Waldeck Ornelas, para fazer a leitura do relatório parcial.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão vem funcionando desde o segundo semestre do ano passado e já produziu dois relatórios parciais que estão publicados pela Comissão dando conta das suas atividades, da análise da situação do rio São Francisco e das providências que são necessárias para que se cuide efetivamente da sua revitalização.

O que, neste momento, consideramos necessário, a partir dos estudos realizados, é que se promova uma modificação na lei que regulou o uso da água no Brasil, a lei que estabeleceu a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos, que é a Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

Nesse sentido, elaboramos um relatório sintético, com base nos estudos que foram realizados, concluindo pela apresentação de um projeto de lei que modifica o art. 22 da referida Lei nº 9.433 para assegurar que os recursos gerados pela cobrança de água em cada bacia permaneçam ou estejam vinculados à própria bacia hidrográfica, ou seja, tenham que ser utilizados na mesma bacia, onde venham a ser gerados.

De modo que, embora integrando este Fundo Nacional de Recursos Hídricos, eles possam estar aplicados na bacia de origem.

Esse é o sentido do único artigo desta lei, estabelecendo que:

“Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e com as multas decorrentes da inobservância das disposições contidas nesta lei deverão ser aplicados integralmente na bacia hidrográfica onde foram gerados e serão utilizados.”

E seguem-se as diversas alíneas.

A lei vigente diz:

“Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica que foram gerados e serão utilizados ...”

Seguem-se as alíneas.

De modo que a lei vigente estabelece que serão aplicados, prioritariamente, na bacia. Estamos propondo que sejam aplicados integralmente na bacia hidrográfica.

Essa é a única modificação que estamos fazendo na Lei de Recursos Hídricos, de modo a possibilitar, inclusive, que a Agência Nacional de Águas possa ter êxito na sua política de implantação dos comitês de bacias hidrográficas, na medida em que, tendo início a implantação dos comitês de bacia, essa vinculação venha a ser um aperfeiçoamento na legislação vigente, nas regras vigentes, de maneira a possibilitar que se avance o processo de implantação dos comitês de bacia.

Como todos sabemos, em relação ao comitê da bacia do São Francisco, já foram eleitos todos os representantes, e o comitê está para ser implantado proximamente.

De maneira que peço o apoio de todos para essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Não havendo Senadores inscritos para discutir o projeto, eu, de minha parte, quero dizer que se trata de uma modificação importante, porque estimulará – não tenho nenhuma dúvida – a atuação dos comitês de bacia, fará com que a fiscalização seja mais eficiente, e esses comitês estarão absolutamente seguros de que esses recursos serão aplicados em benefício da própria bacia.

Creio, portanto, que é uma modificação que aperfeiçoa a legislação existente atualmente, e por isso mesmo parabeno esta Comissão, particularmente o seu Relator, Senador Waldeck Ornelas, que tem realizado um excelente trabalho nesta Comissão, com mais esta proposição extremamente importante com relação à legislação sobre recursos hídricos no Brasil.

Então, não havendo oradores inscritos, submeto o projeto à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa).

Está aprovado o projeto apresentado por esta Comissão.

Nada mais havendo a discutir, dou por encerrada a presente reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

(Levanta-se a reunião às 14h55min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 392, DE 2001-SF, DESTINADA AO “ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E DA INSTALAÇÃO DO RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA (INSTITUÍDOS PELO DECRETO S/N DE 5 DE JUNHO DE 2001)”.

Ata da 23ª Reunião, realizada em seis de novembro de 2002.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, às quinze horas e quinze minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Waldeck Ornelas, Paulo Souto, João Alberto e Francelino Pereira, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao “Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)”. Presentes também o Deputado Félix Mendonça, Deputada Estadual Jusmari Terezinha de Souza Oliveira, Prefeito Oziel Oliveira, do município de Luiz Eduardo Magalhães e o Reitor da Universidade Federal da Bahia, Dr. Neumar Monteiro de Almeida Filho. Havendo número regimental, o Senador Paulo Souto, no exercício da Presidência, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Joaquim Carlos Teixeira Riva, Técnico e Consultor da FUNDESPA – Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas e SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. A seguir, a Presidência convida o Dr. Joaquim Riva para tomar assento à mesa dos trabalhos. Após, o Senhor Presidente em exercício, Senador Paulo Souto concede inicialmente a palavra ao Relator para prestar alguns esclarecimentos a respeito da Admissibilidade da proposta de Emenda a Constituição que vincula recursos do Orçamento à Revitalização do Rio São Francisco, aprovado na última terça-feira na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. sendo aprovado no Senado. Também comentou sobre o Seguro Desemprego.

go dos Pescadores Artesanal, que já estão recebendo e afirmou que tudo isto é resultado dos trabalhos desta Comissão. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao expositor para dar início a sua explanação, discorrendo sobre o Plano Piloto de Revitalização do Rio São Francisco – Trecho Ibotirama - Juazeiro. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Waldeck Ornelas para suas considerações iniciais, e após, agradeceu ao Dr. Joaquim Riva pelo subsídio que trouxe a esta Comissão e comunicou a próxima reunião marcada para o dia 20/11 para apresentação do Relatório Final da Comissão. Após, A Presidência agradece a presença do Dr. Joaquim Riva pela grande contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão Especial criada mediante o Requerimento nº 392, destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Como houve manifestação a respeito da desnecessidade da leitura da ata, passamos à comunicação de que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Joaquim Carlos Teixeira Riva, técnico e consultor da Fundespa – Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas – e Seplantec, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia.

Passo, inicialmente, a palavra ao Relator desta Comissão, Senador Waldeck Ornelas.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito o início desta reunião para comunicar que ontem tive a oportunidade de acompanhar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, juntamente com o Senador Antonio Carlos Valadares, autor da proposta, a apreciação da admissibilidade da PEC que vincula recursos à revitalização do rio São Francisco, de modo que, tendo a Comif vssão de Constituição, Justiça e de Redação, da Câmara, aprovado, ontem, a admissibilidade desta emenda, é mais um passo que se dá. A próxima etapa será a constituição da Comissão Especial para apreciar o seu mérito e depois, finalmente, a apreciação da matéria pelo Plenário da Câmara dos Deputados. A emenda, como

todos recordam, nasceu aqui, foi aprovada pelo Senado, por unanimidade. Consideramos que este é um item fundamental na luta em defesa do rio São Francisco.

Quero também tecer comentários a um trabalho resultante dos esforços desta Comissão, dos entendimentos feitos a partir daqui: o seguro-desemprego do pescador artesanal. Já estamos no período do defeso da piracema no rio São Francisco, no trecho da nascente até a barragem do Sobradinho, que começou no último dia 15 de outubro. Então, os pescadores artesanais, a partir deste ano, já estão podendo receber o seguro-desemprego por intermédio dos lotéricos e da “Caixa Aqui”. Isso é importante porque simplifica a situação; de um lado, possibilita que efetivamente o pescador artesanal possa receber o seu seguro-desemprego sem ter que se deslocar muitas vezes 200, 300km para ir a uma outra cidade onde haja agência da Caixa Econômica, recebendo mês a mês, regularmente; e, de outro lado, que possa respeitar o defeso da piracema, porque estará tendo a sua renda assegurada.

Esse é também o resultado dos trabalhos desta Comissão, que ouviu o representante do Ministério do Trabalho a esse respeito. Pude, na condição de Relator, fazer contatos com a Caixa Econômica nesse sentido, utilizando inclusive a experiência que havíamos desenvolvido no Ministério da Previdência de pagar os benefícios mediante casas lotéricas. Com isso, o SOS Velho Chico está fazendo um amplo trabalho de divulgação junto às colônias de pescadores, junto aos Comitês locais do SOS Velho Chico, para que os pescadores possam ter acesso a essa facilidade. De outro lado, sabemos que existem muitos pescadores na Bacia do São Francisco que não têm registro de pescador. Esse é um trabalho permanente que haverá de ser feito para que possam dispor desse benefício.

Eram esses os esclarecimentos iniciais que eu gostaria de prestar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Após esses esclarecimentos, passamos a palavra ao Dr. Joaquim Carlos Teixeira Riva, que fará a exposição prevista para esta reunião.

O SR. JOAQUIM CARLOS TEIXEIRA RIVA – Exmº Sr. Senador Paulo Souto, Exmº Sr. Senador Waldeck Ornelas, é realmente um prazer extraordinariamente grande estarmos aqui, representando a Fundespa e a Seplantec, para expormos o Plano Piloto de Revitalização do rio São Francisco, no trecho compreendido entre as cidades de Ibotirama/Juazeiro.

Verdadeiramente, este plano começou em 1998, quando então a Seplantec contratou a CESP – Companhia Energética de São Paulo para fazer um plano de fomento do Vale do rio São Francisco.

Esse projeto teve um sucesso tal que promoveu um convênio entre a ANA e a Seplantec, convênio esse que contratou a Fundespa para execução dos estudos que eu irei aqui hoje apresentar e que já estão em seu estágio final.

Importante é salientar que há dois anos o plano de fomento realizado pela CESP mostrou um ponto importantíssimo: que o desenvolvimento do Vale do São Francisco estará intimamente dependente de um plano de recuperação de meio ambiente.

Então, não é um projeto de transporte ou de recursos hídricos. É um projeto de meio ambiente que em seu bojo traz os itens de recursos hídricos – esses voltados à água para irrigação –, energia e de transporte fluvial, que será o agente que catalisará o desenvolvimento de todo o oeste da Bahia, convertendo principalmente Juazeiro e Petrolina em grandes pólos comerciais e industriais do semi-árido. Nós costumamos falar que Juazeiro e Petrolina, sem dúvida alguma, são as áreas do sertão que deram certo. Pretendemos estender isso para todo o semi-árido.

Esse nosso projeto trata verdadeiramente de águas, de como devemos cuidar da água do rio para que por meio dela se consiga principalmente – esse é o principal item sobre meio ambiente – a melhoria da qualidade de vida do homem. Isto é o básico, é o principal.

Passaremos à apresentação.

Esse item, esse **slide** mostra exatamente o Plano Piloto de Revitalização, patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente, ANA, Governo da Bahia, tendo como agente executor a Fundespa, uma fundação de estudos e pesquisas aquáticas sediada em São Paulo.

Nós tínhamos que buscar uma sentença-chave, um **slogan** para o projeto. Como diz respeito à água, nós o chamamos de Águas para Novos Sertões. Realmente o sertão, o semi-árido precisa de água. Unicamente por meio dela nós melhoraremos a qualidade de vida lá.

São duas premissas básicas a partir do projeto do plano de fomento. O primeiro é um plano piloto de revitalização da bacia. Nós vimos que o rio, o caudal fluvial, está extremamente degradado sob o ponto de vista de meio ambiente. Ou seja, seria necessário fazer uma recuperação dele. E quais são os benefícios imediatos que iremos ter? As condições de desenvolvimento regional sustentável; a viabilização de im-

plantação industrial ao longo de suas margens, principalmente nas regiões de Juazeiro, Petrolina, Barreiras e outras regiões. E, finalmente, uma navegação fluvial que consideraremos, empresarialmente, viável porque, hoje, não temos o que tentamos chamar de hidrovia do rio São Francisco e, sim, a via navegável do rio São Francisco. À medida que tenhamos um controle da degradação de meio-ambiente e uma correção dela, automaticamente, esses itens estarão sendo viáveis.

Segundo ponto, um balanço hídrico energético, porque falamos de água e, hoje, já começa a ter, ao longo da bacia, um conflito sobre usos de água, o uso de água para geração **versus** o uso de água para irrigação e demais usos. Por isso, há um item do plano – o balanço hídrico – que foi corrido, modelo MSUI, e fizemos todo o estudo, sobre o ponto de vista de geração, controle de cheias, irrigação de meio-ambiente e, finalmente, transporte fluvial.

Um diagnóstico rápido da bacia: fizemos o projeto entre os municípios de Ibotirama e Juazeiro. Temos alguns segmentos básicos. Um segmento que o rio se encontra livre, ou seja, em seu estado natural que é entre Ibotirama e Xique-Xique, numa distância de mais ou menos 230 km. Uma zona de transição entre Xique-Xique e Pilão Arcado, que é influenciada pelas oscilações de nível do reservatório de Sobradinho e onde reside a maioria das deposições sólidas que são carregadas pelo curso fluvial. Posteriormente, temos a área de lago, reservatório e, finalmente, um trecho, também livre, mas de fundo rochoso entre Sobradinho e Juazeiro, Petrolina, um trecho pequeno, de uns 40 km, contrariando basicamente todo esse trecho que é profundamente móvel formado por bancos de areia.

Uma batimetria de precisão foi feita ao longo desse trecho pelos técnicos da Fundespa. Esse nível zero, que está aqui colocado, é o nível mínimo de água alcançado entre os municípios de Ibotirama e Pilão Arcado, nos últimos 20 anos. Colocamos essa linha de referência de lâmina d'água menos 3, para que tivéssemos uma profundidade mínima para que se tornasse viável o transporte fluvial, num calado de pelo menos 2,5 metros. E temos, aqui, a linha de batimetria levantada ao longo do leito menor do rio.

Então, vemos que são alguns trechos rasos, mas não é basicamente a extensão total do rio, extremamente rasa, como anteriormente se pensava. Se formos traçar uma profundidade média, ela estará entre 4m e 5m, alguma coisa assim. E esses trechos rasos são deposições sólidas, provocadas, principal-

mente, pela erosão de margens, como veremos posteriormente.

Aqui, são fotos de satélites em que se vê essas áreas brancas, que são os muitos trechos de erosão do rio ao longo do tempo, mostrando um canal extremamente variável. E isso vem de muito tempo, pois lembro que os índios chamavam esse rio de rio “Opará”, que quer dizer, em guarani, “rio tonto”, ou seja, um rio que mudava muito o seu canal principal. E essa mudança é devida às erosões que se dão ao longo da margem pela ocupação humana, pela ação predatória e também porque estamos em uma área de um solo bastante frágil, que é o solo de caatinga.

Eu gostaria que prestassem bem atenção nesse canto, nessa erosão, que é justamente o próximo **slide**. Ei-lo aqui: temos uma voçoroca bastante grande próxima à margem, criada pelas chuvas torrenciais de verão, somadas com o solo frágil e uma deposição sólida no interior do caudal fluvial. Por baixo dessa deposição sólida, algumas dezenas de anos atrás, tínhamos uma ilha. Esta ilha está totalmente encoberta hoje.

Fizemos um estudo de transporte sólido ao longo do rio, porque existem teses que mostram que essa deposição sólida vem basicamente dos afluentes, e vimos que ela vem realmente do caudal principal do leito principal. O nosso trecho estudado foi esse aqui, onde ocorrem as maiores médias de deposição sólida. Vejam: de 100 a 140 mil toneladas/dia de deposição sólida; alguma coisa que vai nos dar 22 milhões de toneladas/ano de deposição sólida, e isso medido apenas na época das cheias. De onde vem essa suspensão sólida? Principalmente de erosão de margem, como vamos ver a seguir.

Trechos de batimetria. Essa é a carta onde fica a cidade de Morpará. A batimetria feita pela Cesf, há dois ou três anos atrás, indicava que o canal principal estaria passando junto à cidade de Morpará; a batimetria feita agora, em junho ou julho passado, mostra o canal situado junto à margem esquerda – pulou da margem direita para a esquerda. Essas setas indicam erosões das margens, o carreamento sólido e a formação de bancos de areia de tal maneira forte que não permitem mais o acesso de barcos de calados maiores ao porto da cidade de Morpará. A régua de Morpará está nessa exata posição.

Um outro caso típico, isso já próximo a Ibotirama: temos o fluxo principal correndo entre ilhas. Esses trechos em bege ou mais escuros são deposições sólidas medidas em campo, e um fato extraordinariamente interessante que prova o que estamos querendo falar: temos um fluxo principal passando

entre essa deposição sólida e uma ilha, uma erosão muito forte em um ponto da ilha de montante, e o fluxo está abrindo um canal no meio dessa ilha, ou seja, em virtude dessa deposição sólida, dentro de um ou dois anos, o fluxo principal, que está passando aqui hoje, deverá estar cortando esta ilha.

Aquela parte da ilha de montante é esta fotografia. Vejam o estado de degradação intensa que se encontra o trecho de montante da ilha. Como é que são essas erosões de margem? A erosão de margem deixa a margem praticamente na vertical, junto a ela o que chamamos de piscinas, que são trechos com lâmina d'água alta, mas esta erosão provoca uma deposição muito intensa na margem contrária, restringindo bastante o curso principal do rio no seu leito menor. Esses trechos precisam de correção.

Mostro agora fotos tiradas no mês de junho passado, com as diversas quedas, e vemos a imagem de uma ausência quase total da mata ciliar. O trecho aqui é caatinga. Trata-se de um solo extremamente frágil. Há areia e uma composição de argila e silte bastante baixa.

A próxima foto mostra uma outra queda de margem, situação bem localizada.

Essa outra fotografia é muito interessante. Trata-se de uma queda de margem, uma árvore que, possivelmente nessa próxima cheia, irá cair. Ribeirinhos que moram próximo a esse ponto, disseram que a queda de margem se dá numa cadência de cinco a sete metros/ano, dependendo das cheias. Cheias mais altas podem ter valores mais altos que sete; nas cheias normais, em torno de cinco metros/ano.

Na próxima foto, vemos silte e as cheias. Vêem-se cheias baixas ou médias. Vemos também uma cheia alta e a erosão provocada entre as camadas de silte.

Aquelas deposições sólidas concentram-se na margem contrária. Então a margem natural que, há alguns anos estava numa posição, está cada vez mais se afastando mais em vista da deposição sólida.

Entrando em contato com o pessoal do local, muitos moradores dizem que a sua casa que estava próxima à margem – cinco ou dez metros da margem –, em questão de dez anos, está a duzentos, duzentos e cinquenta metros da margem, em função da deposição sólida.

A próxima fotografia foi retirada junto à balsa que liga a Barra a Xique-Xique. Esse é o tanque de combustível a diesel que alimenta a balsa. Vejam o aspecto de erosão. Na próxima cheia, ter-se-á de providenciar a relocação do tanque. Essas casas, que

estavam bastante afastadas do rio, hoje encontram-se próximas à zona de erosão.

Essa foto é de uma ilha. Trata-se de um problema forte, de uma erosão na ilha, com uma deposição sólida na margem próxima à ilha.

Essa outra fotografia mostra trecho cuja margem tinha acabado de cair.

Nessa próxima foto, vemos alguma mata ciliar que irá conter possivelmente as quedas de margem futuras. Lembramos que o rio é semi-árido e, não, um rio tropical. Ele tem um solo frágil e uma mata ciliar com raízes rasas que dão realmente uma segurança bastante frágil à margem.

A outra foto mostra um trecho já com mata ciliar. Aqui a mata ciliar ou densa em alguns trechos está bastante mantida.

O que realmente precisa ser feito? O rio vem há dezenas de anos sendo comido pelas erosões que provocam as deposições sólidas. O que normalmente é feito para tanto? Um trabalho de contenção mecânica de erosões de margem, por trás da qual se coloca uma faixa de mata ciliar, que, no caso, ficará entre 40m, 80m, e a colocação de espigões, ou seja, diques que provoquem o afunilamento de fluxo e uma lavagem natural desses diversos bancos de areia.

Estivemos vendo com bastante cuidado isso. Qualquer processo de dragagem em um trecho desse é tremendamente grande, com resultado extremamente pouco positivo, porque é dragado hoje para ter uma futura deposição sólida em curtíssimo prazo.

Então, como visto no Reno, Mississipi e em outros rios mais, temos que conter as margens, reduzir a deposição sólida e colocação de espigões para que faça uma lavagem natural do leito menor.

Como serão feitas essas contenções de margens? Esses projetos estão sendo realizados pela Fundespa hoje. Entre Ibotirama e Pilão Arcado, fizemos a seleção de 42 áreas de contenção de margens. Serão usados colchões de fibras preenchidos com uma mistura de areia do leito mais 10 ou 15% de calcário. Então, será feito um talude de um para dois ou um para três, colocado o colchão, que irá evitar erosões futuras, e, por trás dele, uma faixa, como disse antes, entre 40m e 80m, de mata ciliar natural, usando até espécies nativas, é óbvio, mas até com um valor comercial, como, basicamente, a aroeira.

Este é um caso típico, realizado onde existem ilhas, é feita uma contenção de margem, aliada a espigões, que são feitos para fazer uma orientação de fluxo.

Isso foi feito no rio Mississipi, Reno, Wall, com sucesso total.

Os espigões são basicamente diques transversais ao leito, espaçados de uma forma tal que haja deposição sólida entre esses diversos diques, tornando estável o leito menor, que hoje é muito instável – por isso chamado pelos índios de “Opará”. Então, seria feita uma deposição sólida entre espigões, deixando esse leito livre e com uma profundidade bastante maior. Esse leito livre teria uma largura de 280m a 350m e uma lâmina d’água que giraria em torno de 5m.

Este é o rio Wall. Os europeus chamam exatamente de civilizar o rio, ou seja, tirar aquele aspecto caótico que ele tinha antes, com variação de leito, formação e cortes de ilha. Esta é uma foto do rio Wall, de 1831; esta outra é uma recente, com espigões e o rio perfeitamente sentado.

V. Ex^{as} poderiam estar pensando que esse é um processo caro. Não é. Os espigões, no século passado, eram feitos de madeira; passaram depois a serem feitos de pedra. Hoje, são tubos de fibra têxtil, tubos com comprimento de 28m, alguma coisa assim, ou 30m, diâmetro de 2m a 4m até, preenchidos com material do rio. Trata-se de um sistema simples. Vejam, cada um desses espigões de 28m, 30m são montados, instalados em questão de oito horas. Trata-se de um processo simples e de custo relativamente baixo.

Fizemos a avaliação de custo de contenção de imagens em todo o trecho, avaliados em R\$40 a R\$50 milhões, isso em dois anos ou mais até. Isso em todo o trecho, mas somente de contenção de imagem. Estamos levando os espigões, porque para a instalação de espigões precisam ser feitos alguns testes mais, porque todos os estudos que temos são exatamente do rio Reno e outros mais, cujas características físicas, de solos, hídricas são bastante diferentes daquelas enfrentadas em um rio de semi-árido.

Um outro trecho que temos é um trecho de transição, que é a variação do reservatório de Sobradinho. Aqui temos as regiões de dunas e nessa região, próximo de Pilão Arcado, uma deposição sólida muito intensa, também provocada por queda de margens. Com a contenção das margens com espigões, iremos conter essa deposição sólida que estamos tendo nas vizinhanças de Pilão Arcado e mais uns 20km, 30km a montante.

Um outro trecho que temos, que, para Pernambuco e Bahia, é importantíssimo, é Sobradinho/Juazeiro. É um trecho em rocha, cujo nível de água tem uma influência direta das vazões de Sobradinho. Rochoso, ou seja, para que possamos fazer com que o

transporte fluvial chegue nos terminais de Juazeiro e Petrolina com segurança e numa condição viável sob o ponto de vista de custo, teremos que fazer obras. São cerca de 42 pontos de obras ou trechos de rochas duras, granitos ou gnaiss, com volume – hoje é um pouco menor do que esse – avaliado de 120, 150 mil m³ que hoje seriam cortados a fogo. E a construção de espigões em alguns pontos, para que o nível de água fique mais alto por ocasião das vazões mínimas de Sobradinho.

Com isso, conseguiríamos chegar com comboios grandes – daqui a um pouquinho vamos falar a respeito disso – a Juazeiro, calado de 2,5m.

Esse **slide** mostra uma viagem que nossas equipes de campo fizeram, onde se vê o canal balizado que existe hoje entre Sobradinho e Juazeiro, que é bastante precário, com uma navegação extremamente precária com risco de batida em rochas.

Essas são as rochas típicas que teriam que ser cortadas.

Vejam os perigos, por essa foto: as bóias extremamente próximas de rochas, com correntezas e fluxos de água muitas vezes jogam os próprios comboios contra as rochas.

Bom, estamos falando de obras entre Sobradinho e Juazeiro, da ordem de 650.000m³.

Uma outra coisa que é muito importante: a Chesf planeja a construção da barragem de Itamotinga, próxima à Ilha do Pontal. Essa barragem, esse reservatório na quota 362,5, que corresponde à quota média da vazão defluente de Sobradinho, deixaria livre esse trecho para os comboios maiores. Seria ainda necessário fazer aquelas obras que mencionamos antes. Isso iria dar uma condição de navegação livre e extremamente segura nesse trecho.

Barragem na quota 362,7 – os novos estudos indicam 362,5. Ela teria uma potência bastante alta, com uma queda bastante pequena. A queda total seria entre 10 e 11 metros, com uma potência instalada de 280 a 320 megawatts, dependendo do fator de potência e com uma área de 280. Os novos cálculos indicam uma área bastante menor que essa, ou seja, uma vaporização da ordem de 6 a 7% daquela vaporização que é verificada no lago de Sobradinho.

Alternativas de aumento de vazões firmes. Lembrem-se de que o nosso projeto é um projeto de uso de águas. Fizemos estudo sobre como aumentar as vazões firmes e corremos o modelo que é corrido sempre pela ONS. Ele chama-se MSUI. Esse modelo diz que à medida que começamos a ter desvios de água para outros usos que não seja a geração, os ris-

cos de déficit realmente começam a crescer. O risco de déficit padrão hoje é da ordem de 5%. Vejam que com o desvio de água de 180m³, que é o que está acontecendo mais ou menos hoje e que irá acontecer dentro de 10 anos, 228 ou 230m³, mais ou menos, iríamos ter uma elevação desse risco de 7 a 8%, considerando a demanda de quilowatt/hora que temos hoje. À medida que essa demanda de quilowatt/hora crescer ao longo dos anos, o risco se tornará maior.

Em virtude disso, estudamos um meio de aumentar vazões para usos que não sejam de geração. Qual é exatamente a idéia? É uma permuta de água por quilowatt/hora, ou seja, temos as usinas da Cemig e Chesf que produzem este megawatt/hora. Nós teríamos de ter algumas vazões deles, alguns níveis de vazão que deixariam de gerar. Assim, o órgão que cuidasse da questão das águas poderia ter unidade geradoras próprias, de tamanho pequeno e médio. Por exemplo, usando usinas hidráulicas pequenas, usinas térmicas, principalmente usando vegetais, eucalipto e outros vegetais de custo baixo – no semi-árido isso é facilíssimo –, energia eólica e co-geração. Seria feita uma permuta, principalmente na época de seca, da seguinte ordem: para cada metro cúbico de água teríamos que fornecer 2,8 megawatts médios de potência. Considerando que, no ano de 2012, a vazão para usos consuntivos será de 220m³ por segundo, multiplicando isso, precisaríamos de uma série de usinas, em diversos módulos, que nos compensasse uma perda de uns 550 megawatts médios para compensar os usos da água.

Fizemos alguns cálculos de valor de água, mas não colocando o valor de oportunidade da água, mas, sim, o custo da água, considerando-se as térmicas, eólicas e outros usos. Deu um custo de água da ordem de vinte milésimos de real por metro cúbico de água, que é um custo mais baixo do que o calculado pela ANA até então. É realmente um sistema viável.

Como energia para essa permuta ou troca, eu colocaria biotérmica, que é, no final, final uma usina térmica movida a cavaco de madeira, que pode ser eucalipto ou outra espécie vegetal da região.

Para a eucaliptoria, íamos precisar um total de 90 hectares plantados por megawatt de potência, sendo que esses 90 hectares teriam um corte de 5 em 5 anos. Os reflorestamentos seriam feitos em áreas degradadas, o que temos muito, principalmente nas proximidades do reservatório de Sobradinho. O transporte dessa madeira seria feito pela água, usando mão-de-obra local e equipamento inteiramente nacional. Todo o equipamento de uma usina dessas pode vir de Piracicaba. Fizemos uma análise de cus-

to, dando mais ou menos de R\$1,6 mil por quilowatt instalado.

Quanto à eólica, fizemos um estudo no platô de Irecê e outras. Mesmo em Sobradinho e Juazeiro, temos ventos com uma velocidade de 25 a 28 quilômetros/hora, perfeitamente compatíveis com a energia eólica.

A Bahia produz hoje apenas 12%, 13% do álcool que consome – apenas 20% do açúcar que consome. Quanto às áreas que a Codevasf destinou para frutas, etc, que, somadas, vão dar uns 400, 500 mil hectares, se usássemos de 15 a 20% dessas áreas para cultura de cana, iríamos completar o consumo de álcool e açúcar da Bahia e teríamos a co-geração da cana, entrando também nesse sistema de permuta.

No que se refere aos estudos feitos do sistema hídrico da bacia para fazer essa permuta de água, sobre o que se está pensando para o futuro, fomos ver os inventários. Os inventários que existem estão no alto do rio São Francisco: Retiro Baixo, Pompeu. Existem os inventários das diversas usinas ao longo do rio São Francisco – Formoso, Romão, Januária, Bananeiras, Paratinga.

Outros inventários que estão prontos e são bastante viáveis são basicamente afluentes mineiros do rio, ou seja, o de Alívio, no rio das Velhas; Paracatu, no rio Paracatu; e Escaramuça, no rio Urucuia.

Estudamos ainda Itamotinga, a biotérmica e a co-geração. Vamos ver os resultados disso.

Na verdade, temos que pensar que todas as vezes que a Agência Nacional de Energia Elétrica faz um inventário das futuras obras, tem-se aquele valor de potência ou de quilowatt/hora segurado. Aquele é um valor basicamente assegurado. Então, é muito difícil se converter quilowatt hora em água, mas existe alguma coisa. Por exemplo, se fizermos Retiro e Pompeu, vamos gerar mais 293 megawatts médios que, se convertidos em água, poderiam nos fornecer 105m³ por segundo d'água. Mas esses 105m³ estão sendo usados para gerar esta potência, mas à medida que Pompeu e Retiro estejam prontas, vamos ter na jusante da usina de Três Marias maiores níveis de vazões, ou seja, chamamos de ganho sistêmico e que, por lei, não está enquadrada na geração. Então, este ganho em vazões poderia ser usado para irrigação e os demais usos. Então, naquele sistema alternativo, que é Pompeu e Retiro, em Três Marias, poderíamos ter um ganho sistêmico de vazão grátis, e isso seria algo vindo da geração de 35m³ por segundo. Aquele outro sistema que comentamos do rio Paracatu, Velhas e Urucuia iria dar uma energia firme de 150 megawatts médio que poderia ser convertido em

54m³ por segundo e nos geram uma vazão sistêmica de 16m³.

Bom, como precisamos compensar em 2012 cerca de 200, 220m³ d'água, colocamos também as biotérmicas, a co-geração e até a barragem de Itamotinga que funcionará a fio d'água para obtermos um ganho sistêmico de água, ou seja, aquela permuta: iremos trocar esta energia por esta quantidade d'água, iremos trocar a soma de 168 mais 238 mais 14 por esta quantidade d'água, ou seja, que nos irá dar 200m³ por segundo. Então, não iríamos prejudicar o planejamento da geração e íamos ter, em contrapartida, a água para os diversos usos, que também fizemos os cálculos, e Juazeiro e Petrolina mostram isso hoje. Ele já tem um déficit de kw/h, hoje, tanto é que está sendo construída uma usina térmica em Petrolina de 128 mega, que corresponde ao consumo que Juazeiro e Petrolina têm. Então, não podemos deixar de ter ganhos para o futuro de quilowatt/hora e não podemos deixar também de ter ganhos em vazões. Então, a maneira que vimos dentro da lei que existe hoje, das normas que existem hoje, foi exatamente a permuta.

Nesse próximo slide, vemos Itamotinga, que foi projetada próxima à Ilha Pontal. E existem muitas áreas de cultivo próximas daqui. Então, tomamos a liberdade de dar uma nova versão para Itamotinga, que chamamos de alternativa "2", que seria construída a cerca de 22km, 25km a montante do local que se está pensando, o lago ia ser bem menor. Lembrem-se de que falei num lago antes de 250km², cai pela metade, a potência fica exatamente a mesma, queda bruta de 10m, quota de fio d'água 362,5, possibilitando que os comboios cheguem com facilidade a Juazeiro e Petrolina.

Creio que é muito interessante essa próxima: aqui está a localização da Alternativa "1", e esta nova alternativa, que chamei de nova, e Itamotinga. Todos esses números, esses pontos são áreas de cultivo, vilas que ficariam inundadas com Itamotinga na ilha Pontal e, nessa nova posição, iria ser inundada apenas a localidade 2, que é Pedrinhas, que está na quota 358.

Pelos comentários que ouvi, pelas entrevistas que fizemos, o grande problema que Itamotinga tinha não é tanto de custo, mas social. Colocando nessa posição, e aumentando a capacidade de geração e de uso consultivo da água do sistema, talvez tenhamos um benefício bastante maior.

Aspectos sociais e econômicos. O norte principal desse projeto é água para o desenvolvimento. Desenvolvimento do oeste baiano, desenvolvimento ao

longo do rio e desenvolvimento de Juazeiro e Petrolina – como já disse antes: o sertão que deu certo –, como os maiores centros comerciais do interior de toda essa área. Porque, hoje, vão farelo e milho da região de Barreiras para toda essa região, além de frutas e outros produtos.

A idéia, então, do plano, é basicamente esta: fomentar o desenvolvimento ao longo do rio, incrementar a área plantada – nós já iremos comentar isto – e fomentar Juazeiro e Petrolina para serem maiores do que, hoje, já são.

Eu, aqui, tomei a liberdade – e as nossas equipes de campo, com mais uma série de dados – de levantar a renda da população da área marginal ao rio São Francisco, entre Pirapora e Juazeiro. V. Ex^{as} podem notar que 50% da população ganha menos de R\$200/mês, e 30%, menos de R\$100/mês. Com uma população estimada em 6 a 7 milhões de pessoas, então, temos cerca de 2,5 a 3 milhões de pessoas ganhando menos que R\$200/mês. Isso para os maiores de 14 ou 15 anos, e temos uma faixa de 20 a 25% em níveis extremamente baixos.

Vemos, então, que é necessário que haja uma ação a partir da água, a partir do meio ambiente, que gere emprego, renda e qualidade de vida. Está sendo feito isso já.

Há alguns projetos. Em um deles a nossa equipe de pesquisadores esteve, e realmente notou uma brutal diferença.

Eu queria, então, contar uma pequena história. Tivemos contato com um pescador e, naquele exato momento, ele estava pescando um surubim que pesava cerca de meio quilo ou um quilo, alguma coisa assim. Então, perguntamos: “Por que o senhor pega o peixe tão pequeno?” E ele disse: “Se eu não pescar esse peixe, que é o único que tenho, irei passar fome. Eu não tenho tempo de esperar o peixe crescer.”

Então, fomos visitar, em contrapartida, o pólo contrário, o Projeto Brejos da Barra que, basicamente, é um projeto social, com piscicultura de tilápias em canais gerando 5 mil quilos/ano.

As mulheres praticam a horticultura, que é consumida e vendida. Há um frigorífico de peixe com filetagem e a produção, basicamente, vai para Juazeiro, Xique-Xique e toda essa região. Substituíram-se as casas de pau a pique e se construiu uma escola agrícola ambiental e de informática.

É para os senhores verem como isso traz uma grande modificação. Foi perguntado lá: a renda anual passou de R\$300 para R\$5 mil por família.

Vejam, então, que a diferença é brutal, e com investimento ou subsídio muito pequeno gerando emprego/renda.

Aumentando um pouco a nossa escala, chegamos a Petrolina e Juazeiro. A Vale Export é uma cooperativa que tem o número de mil e quinhentos e todos eles, agricultores pequenos, foram transformados em miniempresários do agronegócio. Eles basicamente têm uma exportação de uva e manga que atinge de 90% a 95% da exportação dessas frutas do Brasil, principalmente para os países europeus.

Para os senhores terem idéia, na Europa, em países como Holanda e Alemanha consomem-se 52 quilos de fruta por pessoa/ano, enquanto no Brasil consomem-se 5. Então, vejam o quanto de mercado interno ainda temos para promover. E essa região é a melhor que temos para a promoção da exportação e para o mercado interno também.

A transparência atual mostra o oeste da Bahia. Lembro-me bem de que lá estive no ano de 1989. A cultura de soja estava começando, outros produtos mais. Vejam como a safra de 2000-2001 aumentou e um aumento maior ainda previsto para a safra de 2003-2004 da soja e do milho. Há previsão de um aumento muito grande também de algodão, café, frutas, que têm um valor agregado muito maior do que soja e milho.

Para se ter uma idéia, o café, na região de Barreiras, tem uma produção de 59 sacas por hectare, enquanto a média no Brasil é de 18; em São Paulo, 20. Há a presença da irrigação na cultura do café e do algodão. Ou seja, temos um mercado internacional aberto para o oeste da Bahia.

O valor bruto da produção do oeste da Bahia hoje alcança de 18% a 20% do valor bruto da produção baiana, com tendências de crescimento. Observem o valor da safra (em azul, na transparência), de 2000-2001, e vejam o aumento do valor bruto da produção, que vai praticamente dobrar na safra 2003-2004, como vimos antes. Essas são projeções da Aíba.

Mostramos, portanto, o valor bruto da produção. Observamos que café e algodão, com produções relativamente pequenas, abocanham uma parte grande desse valor de produção, porque têm um valor bastante mais alto do que a soja e o milho no próprio mercado.

O que queremos? Fomentar os pólos, a agricultura nessa região do oeste da Bahia. Para tanto, precisamos de infra-estrutura de água, quilowatt /hora e transporte. Nesse sentido, a nossa idéia é que, à me-

dida que o rio esteja reconstituído na sua parte ambiental, de uma forma natural, vamos poder navegar com comboios de 12 mil toneladas. Os comboios que hoje são da Franave têm capacidade de mil a mil e quinhentas toneladas. Lembro-me de que eu, com 22 anos de idade, no IPP, fiz os testes de tanque de prova dos comboios da Franave que são usados até hoje. E há uma diferença brutal: com 22 anos, eu tinha cabelos ainda pretos e fartos e hoje tenho pouco cabelo e branco e não se mudou nada. E já faz quase quarenta anos, Senador. (Risos)

Mas o importante é que temos que mudar a mentalidade, da mesma maneira que no Reno mudou, no Mississipi mudou, aqui temos que mudar.

Por que a hidrovia do São Francisco é tão importante? Já vi cálculos e cálculos (de IPT, de Geipot etc.), e esses são cálculos nossos.

A partir do plano de fomento feito pela Bahia, em 1998, tivemos um processo de atração de empresas novas. Uma delas, a Óleos Vegetais Caramuru, já está com um projetinho pronto para montar, em Juazeiro, uma moageira de grãos para 600 mil toneladas por ano, mas a moageira só será implantada se o rio São Francisco tiver condições de transporte fluvial, se for empresarialmente viável. O montante de 600 mil toneladas por ano de soja corresponde a mais de 200 mil hectares plantados em Barreiras ou região, ou seja, um acréscimo da área plantada de 15 a 20% com relação ao que temos hoje.

Galvani pretende transportar, também em Juazeiro, 250 mil toneladas por ano de fosfatados, usando os mesmos barcos que trarão a soja. A BR pretende transportar 200m³ por ano de combustível. E as indústrias Tork estão prontas para vir para cá para entrar com frotas e terminais, às expensas deles – quem constrói as frotas são eles, quem faz o terminal são eles, em convênio com a Caramuru e essas outras empresas. A Cargill também, hoje, pensa, de uma maneira célere, em implantar o transporte fluvial, principalmente para abastecer o Ceará e aquela região toda de farelo e milho.

Em relação às obras do trecho Sobradinho a Juazeiro, temos a eclusa de Sobradinho e o Porto de Juazeiro. Temos que tornar extremamente viável, por causa disso, o trecho de Sobradinho a Juazeiro, pequeno. Ordem de custo para tornar esse trecho viável: R\$7 milhões a R\$8 milhões, para fazer todas as obras que eu tinha mencionado antes.

Para tanto, os comboios da Franave podem ser usados em transportes pequenos, mas é preciso que sejam usados comboios grandes, como, por exemplo, o comboio Bage, no rio Madeira. Para os senhores te-

rem uma idéia, há cinco anos, o comboio que transportava soja no rio Madeira tinha capacidade de quatro a cinco mil toneladas. Neste ano, são 32 mil.

Então, quando falo que podemos transportar pelo rio São Francisco de oito a dez, é algo plenamente viável. A navegação só será viável nessas condições, e viabilizada – sempre digo – pela recuperação do meio ambiente. Não são obras para a construção do transporte fluvial; são obras para a recuperação do meio ambiente.

A próxima foto, por favor. Creio que é a última.

Vejam as vantagens. Desde o projeto de 1998, estudamos também que Salvador poderia ter um grande porto do estilo do Porto do Itaqui, que é um dos maiores portos, Tubarão e Itaqui. E ali temos o canal de Cotegipe, em que facilmente entram navios no estilo **cape size**, com 120 até 200 mil toneladas de carga, porque temos ali lâminas d'água de 22 a 25 metros. Hoje, já sei que, próximo à Ford, está sendo pensada a construção de um porto para grãos. Isso é extraordinariamente importante para a produção de Barreiras.

Abro um parêntese para dizer que, em maio do ano passado, tive um contrato com uma empresa do Japão, Mitsui, que queria soja para o Porto de Oita, no Japão, e mencionaram a soja de Barreiras como a melhor soja do Brasil. Então, seria a soja que preencheria aqueles requisitos técnicos que o Japão quer.

Barreiras manda carga de milho e farelo para esta região toda – Sobral, Fortaleza, Mossoró, Natal –, por caminhão, a um frete de R\$80 a R\$90 por tonelada. Se for implantada a multimodalidade rodoviária Barreiras-Ibotirama; fluvial, Ibotirama-Juazeiro; e, finalmente, por ferrovia ou por rodovia dessa região iremos baixar o frete para R\$65 a R\$70. É uma variação extremamente grande, com a vantagem de criarmos núcleos comerciais aqui em Ibotirama e aumentar o núcleo comercial de Juazeiro.

Com relação ao porto de Cotegipe – observem a importância –, iria haver uma certa competição salutar com Suape, mas teria uma vantagem grande com relação a Ilhéus, onde hoje entram navios de 28 a 30 mil, e tem que se proceder a uma dragagem constante do canal. Portanto, fizemos uma comparação entre Ilhéus e o porto na Bahia de Todos os Santos, quadro comparativo em dólares/tonelada de soja, com chegada em Rotterdam ou no Japão. Partida de Ilhéus para Rotterdam: U\$59; partida da Bahia de Todos os Santos: U\$20 a menos, pelo uso de embarcações de tonelage quatro vezes maior, o que reduz

grandemente o frete. Para Oita, no Japão, o preço basicamente cai a algo próximo da metade.

Essa foi a última.

Estamos aqui prontos para algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Penso que se trata de uma exposição da grande oportunidade dessa iniciativa, tomada pelo Governo do Estado da Bahia e que teve o apoio importantíssimo da Agência Nacional de Águas. Creio que, a partir de agora, temos uma grande vantagem, que é a de saber exatamente o que queremos com relação a esse trecho do rio São Francisco, compreendendo o trabalho de hidrovias e todos os trabalhos que estão previstos para essa área.

Lamento apenas que, infelizmente, embora esse plano constasse do plano do Governo Federal, basicamente não foi feito absolutamente nada com relação a isso. Mas valeu muito a pena esse trabalho, que tem no Senador Waldeck Ornelas um grande entusiasta, um grande conhecedor, que tem lutado intensamente por isso. E acredito que S. Ex^a tem um mérito muito grande na conclusão desse trabalho que está sendo apresentado agora nesta Comissão do Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas, que certamente terá alguns pontos importantes com relação à exposição que foi aqui apresentada.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais presentes, a exposição que o Dr. Riva nos apresenta traz alguns dados já conclusivos dos estudos realizados que são extremamente importantes para os trabalhos de revitalização do rio São Francisco. Esse é aqui o nosso objetivo.

O primeiro aspecto para o qual gostaria de chamar atenção é que esse trabalho é resultante – como salientou o Senador Paulo Souto – do convênio entre a ANA e o Governo do Estado da Bahia, por meio da Seplantec. Esses recursos da Agência Nacional de Águas foram derivados de uma dotação inicial que deu R\$40 milhões à ANA, e menos de um milhão, oitocentos e poucos mil foram destinados a esse projeto. Portanto, observem que basta que haja meios, e poucos meios, para se poder avançar tanto em relação ao conhecimento, no caso, desse trecho do rio, que é o trecho Ibotirama-Juazeiro que, economicamente, tem uma importância peculiar neste momento, como demonstrou o Dr. Riva ao fazer os seus comentários de natureza socioeconômica.

Eu gostaria de prender-me, sobretudo, à questão ambiental, e, nesses dados trazidos, é muito importante a conclusão de que a deposição de material

sólido no rio vem do próprio caudal principal, ou seja, deriva do carreamento de material das margens para o leito do rio. É, por conseguinte, o leito principal do rio a área em que deve ser concentrada a ação de recuperação ambiental.

Creio que essa é uma conclusão importantíssima e estratégica para balizar o trabalho de revitalização do rio São Francisco. A erosão das margens é questão fundamental, seja atuando-se por meio do controle do desbarrancamento e da recuperação como também da recomposição das matas ciliares.

Outro ponto muito claro é que a demanda de recursos é bem pequena. Então, com um valor da ordem de R\$40 milhões a R\$50 milhões, haveria o trabalho de recuperação e de controle das margens. Por outro lado, há um recurso de aproximadamente R\$7 milhões para o derrocamento no trecho de Sobradinho a Juazeiro para, assim, possibilitar essa atividade de desenvolvimento na região.

Nos últimos anos, o Ministério dos Transportes aplicou na hidrovia do São Francisco um valor próximo a R\$20 milhões. Foi um dinheiro desperdiçado, porque não estava respaldado pela realização de estudos técnicos prévios para possibilitar que, efetivamente, a via navegável se transformasse numa hidrovia, como é o caso aqui demonstrado.

Tenho pensado muito nesse assunto referente à hidrovia há cerca de seis a oito anos. Em relação à proteção ambiental, ela é uma aliada, uma vez que, se não houver água, não é possível a navegação tampouco um meio ambiente saudável. Desse modo, é necessário um trabalho de recuperação ambiental para que a hidrovia seja um subproduto da revitalização.

Sr. Presidente, não desejo fazer nenhuma pergunta ao Dr. Riva. Apenas agradeço-lhe pelos subsídios que trouxe hoje. Destaco que esta é a última reunião de depoimentos desta Comissão, que funciona há mais de um ano. No próximo dia 20, será realizada a última reunião, em que se apresentará o relatório final da Comissão. Dois relatórios preliminares e parciais foram apresentados para que se pudessem tomar posições.

Encerro a minha participação, chamando a atenção para a importância da aprovação pela Câmara dos Deputados dessa emenda constitucional que nasceu no Senado Federal, vinculando recursos à revitalização do rio São Francisco pelo prazo de 20 anos. Esse fato é de fundamental relevância para que todo esse trabalho seja feito no trecho de Pirapora até Juazeiro e Petrolina, demonstrando que, com poucos

recursos, foi possível – saliento novamente – realizar estudos tão amplos e objetivos a esse respeito.

Pretendemos efetivamente que o rio São Francisco seja inteiramente recuperado para que, garantida a sua perenidade, se possa promover o desenvolvimento sustentável de toda aquela região. Esse procedimento é extremamente importante para todo o Nordeste brasileiro. O desafio é exatamente ver esse trabalho realizado num prazo que possibilite que os benefícios sociais e econômicos possam ser apropriados pela população e pela região.

Eram esses os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Encerrando a reunião, faço apenas uma pequena consideração, enfatizando a minha alegria em perceber que houve uma grande mobilização de toda a Bancada dos Deputados Federais e dos Senadores da Bahia no sentido de que as emendas de responsabilidade dessas Bancadas e também as que foram apresentadas nas Comissões, com o objetivo de ajudar o Governo Federal, foram concentradas basicamente em obras de responsabilidade do Governo Federal, mas que são extremamente importantes para o Nordeste, inclusive para o nosso Estado.

Eu, por exemplo, estava há pouco na Comissão de Infra-Estrutura, juntamente com o Senador Waldeck Ornelas, e propomos – pelo menos é uma esperança, embora não costumemos acreditar muito nas emendas feitas pelos contingenciamentos – recursos que, aprovados, talvez poderiam quem sabe, iniciar perfeitamente este plano aqui esboçado, da mesma forma que as emendas da Bancada, que cuidaram de apresentar soluções para problemas de infra-estrutura importantíssimos, como para a parte de, por exemplo, rodovias, ferrovias e portos, no Estado da Bahia.

Isso revela realmente uma preocupação muito grande com relação a um plano de logística que realmente possibilite a um Estado que está crescendo tanto na agricultura, na indústria etc, ter facilidades no escoamento de sua produção.

Agradeço, portanto, ao Dr. Joaquim Riva pela colaboração prestada a esta Comissão, cujo Relator é o Senador Waldeck Ornelas.

Antes de concluir a reunião, passo a palavra novamente ao Relator.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença, nesta Comissão, do Prefeito Osiel Oliveira, de Luís Eduardo Magalhães; da Deputada Estadual pela Bahia, Jus-

mari Oliveira; do Deputado Félix de Almeida Mendonça e também do Reitor da Universidade Federal da Bahia, Dr. Naomar de Almeida Filho, que nos dão a grande satisfação de participar desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Ou seja, há uma pacífica invasão dos baianos na Comissão.

Agradeço a presença de todos os senhores presentes e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h30min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 81, DE 2000 -CN “DESTINADA A PREPARAR OS ATOS COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, QUE TRANSCORRERÁ EM 12 DE SETEMBRO DE 2002”.

Ata da 6ª Reunião, realizada em doze de novembro de 2002

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, às quinze horas e cinco minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Francelino Pereira, Arlindo Porto, Pedro Simon, Maguito Vilela, Mauro Miranda, Lindberg Cury, Nabor Júnior, Antônio Carlos Júnior e Gilberto Mestrinho e os Senhores Deputados Paulo Octávio, Antônio do Valle, Ronaldo Vasconcellos, Eli-seu Resende, Silas Brasileiro, Agnelo Queiroz e Vittorio Mediolí membros da Comissão Mista Especial “destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschke, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado Paulo Octávio, declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada, A Presidência informa que a presente reunião destina-se a Apresentação e Votação do Relatório Final da Comissão. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator Senador Francelino Pereira para dar início a apresentação do seu Relatório. Em seguida, a Presidência colocou em votação o referido Relatório, sendo aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)**

BAHIA		BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)
PFL	- Antonio Carlos Júnior	PMDB	- Alberto Silva
PFL	- Waldeck Ornelas	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Paulo Souto	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
RIO DE JANEIRO		PFL	- José Agripino
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PTB	- Tasso Rosado
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	SANTA CATARINA	
BLOCO	- Roberto Saturnino (P1)	PMDB	- Casildo Maldaner
MARANHÃO		PFL	- Geraldo Althoff
PFL	- Bello Parga	PFL	- Jorge Bornhausen
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	- João Alberto Souza	PMDB	- Renan Calheiros
PARÁ		BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PSB	- Ademir Andrade	BLOCO	- Heloisa Helena (P1)
PMDB	- Fernando Ribeiro	SERGIPE	
PMDB	- Luiz Otávio	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PERNAMBUCO		BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Maria do Carmo Alves
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	AMAZONAS	
PFL	- José Jorge	PFL	- Bernardo Cabral
SÃO PAULO		PDT	- Jefferson Péres
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PMDB	- Gilberto Mestrinho
PFL	- Romeu Tuma	PARANÁ	
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Osmar Dias
MINAS GERAIS		PMDB	- Roberto Requião
PFL	- Francelino Pereira		- Olivir Gabardo
PTB	- Arlindo Porto	ACRE	
PL	- José Alencar	BLOCO	- Marina Silva (PT)
GOIÁS		PMDB	- Nabor Júnior
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Tião Viana (PT)
PMDB	- Iris Rezende	MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Maguito Vilela	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
MATO GROSSO		PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Carlos Bezerra	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PFL	- Lindberg Cury
RIO GRANDE DO SUL		PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PMDB	- Valmir Amaral
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	TOCANTINS	
PMDB	- Pedro Simon	PTB	- Carlos Patrocínio
CEARÁ		PFL	- Leomar Quintanilha
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	BLOCO	- Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
PMDB	- Sérgio Machado	AMAPÁ	
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PARAÍBA		PDT	- Sebastião Rocha
PTB	- Wellington Roberto	PMDB	- José Sarney
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	RONDÔNIA	
PMDB	- Ney Suassuna	BLOCO	- Chico Sartori (PSDB)
ESPÍRITO SANTO		PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Luiz Pastore	PMDB	- Amir Lando
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	RORAIMA	
PSB	- Paulo Hartung	PMDB	- Marlucé Pinto
PIAUÍ		BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)	PFL	- Mozarildo Cavalcanti

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPLEY (Bloco PT/PPS-SP) ² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TTULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (Inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (Inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (Inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (Inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (Inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (Inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (Inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (Inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3285

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hemandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.08.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becerra	MT	2291		2. (vago) ³		
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Geraldo Althoff	SC	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) ⁵		
Belo Parga	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2212		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)						
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) ⁶	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ⁷	PI	3085		3. (vago) ¹⁰		
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹¹						
Heloísa Helena (PT)	AL	3107		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Pérez (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB						
Roberto Saturnino (PT) ¹³	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051						

Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(Vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.

³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

PROCURADORES ¹

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1128
Gerson Camata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (PSDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
PDT		
Jefferson Pères	AM	2081

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Designados em 27.06.2001.

² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).

³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:	CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
	CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
	CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
	CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 30.7.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	1403/3203	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 - Mariuce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Bello Parga	MA		3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
		2013/2014			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 18/11/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO	PR- 2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE	GO- 2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO	MG- 2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001			

REUNIÕES:

SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO:

☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS					
Presidente: ROMEU TUMA					
Vice-Presidente: MARINA SILVA					
(29 titulares e 29 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Olivir Gabardo	PR	3206/3207
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Vago			Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: José Roberto A. Cruz
 Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
 Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br Atualizada em: 22/11/2002

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Valmir Amaral	DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Heloísa Helena	AL – 3197/3199
Emilia Fernandes	RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
MARIA DO CARMO ALVES	SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)	
HELOÍSA HELENA	AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES	RS – 2331/2337
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB	
Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Gilvam Borges	AP – 2151/2157
João Alberto Souza	MA – 4073/4074
PFL	
Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
VAGO	
BLOCO PSDB/PPB	
Benício Sampaio	PI – 3085/3086
Freitas Neto	PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Tião Viana	AC – 3038/3493
PDT	
Sebastião Rocha	AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:**

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
2141/47			
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
3173/75			
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
2211/17			
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
2241/47			
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Olivir Gabardo	PR	3206/3207	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 22/11/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Luiz Pastore	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antônio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 – Olivir Gabardo	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

Atualizado: 22/11/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92

PFL

FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57

BLOCO (PSDB/PPB)

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)

GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
-----------------------	------------	------	--

PDT

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 16/05/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTE

PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Olivir Gabardo	PR	3206/3207
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546
 Atualizada em :22/11/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Luiz Pastore	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Vago			4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070//4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre

Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 22/11/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC					
Presidente: AMIR LANDO					
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francellno Perelra	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Pêres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 31/10/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-
		2022/24	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém,

pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS